

cadernos do

terceiro mundo

LIBANO
ataque sionista
reportagem
no campo de batalha

60.00 • MT-80.00 • Pg 80.00 • CV 80.00 • Cr\$ 200.00 • Ano V

MALVINAS
a grande lição



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

Aos efeitos

Malvinas, Líbano

DURANTE os quatro anos e meio de publicação de *cadernos do terceiro mundo* raras vezes tivemos semelhante dificuldade em «fechar» uma edição. Essa dificuldade, que motiva um inevitável atraso na distribuição da revista, advém exclusivamente do prolongamento de dois acontecimentos que continuam a agitar a cena política mundial: Malvinas e Líbano.

Se, como publicação mensal, não podemos pretender o acompanhamento das crises internacionais – bruscamente alteradas em muitas ocasiões num limitado espaço de tempo, dias ou mesmo horas – situações há que não é possível virmos a prelo sem a elas nos referirmos, seja por um desfecho previsível (Malvinas), seja por um abrupto acontecimento de dimensões e implicações gravíssimas (Líbano).

No extenso «dossier» que dedicamos ao tema Malvinas, partimos de uma resenha histórica e da abordagem da questão do petróleo para a análise política e militar dos antecedentes e do desenrolar da crise. Concluímos com uma visão da nova Argentina que forçosamente sairá da derrota dos generais de Buenos Aires e da mudança radical nas alianças, estratégias e definições políticas produzidas pela tentativa frustrada da Junta militar para recuperar o arquipélago do Atlântico Sul.

Como era esperado, Galtieri não sobreviveu à rendição e os membros da Junta, na incapacidade de encontrarem um candidato consensual, entraram em conflito entre si. A permanência no cargo do novo presidente imposto pelo exército, general Bignone, surge aos olhos de todos muito duvidosa.

Quanto a nós, uma certeza: a situação na Argentina estará presente nas páginas das nossas próximas edições.

De Beirute, onde se encontravam no princípio de Junho, Neiva Moreira e Beatriz Bissio trazem-nos testemunho dos bombardeamentos israelitas que ao longo de todo esse mês arrasaram a capital libanesa. Nos seus textos, os nossos companheiros corroboram a interpretação de um largo sector da opinião pública internacional, para quem a política sionista na região assenta no genocídio do povo palestino e no megalómano sonho do «Grande Israel», que se estenderia do Nilo ao Eufrates: as duas linhas azuis da bandeira do Estado israelita.

Os métodos para a «solução final» palestina, aplicados por Begin e Sharon, assemelham-se aos outrora tentados por Hitler, quando o «Führer» pretendeu o extermínio da população judaica. Se na Europa das décadas de 30 e 40 os judeus eram diferenciados por uma humilhante estrela amarela, no Líbano, em 1982, o exército de ocupação israelita marca os palestinos com uma cruz nas costas. Mas todos sabemos que, dos mil anos a que aspirava, o III Reich durou apenas doze.

Cartas

Malvinas

Em toda a questão da guerra das Malvinas, para lá da acção colonialista britânica, da «solidariedade» do imperialismo (com particular realce no apoio norte-americano à senhora Thatcher) e do ocidente em geral (até o senhor Balsemão e amigos...), há um aspecto curiosíssimo que vale a pena referir. Fala da grande «cambalhota» que os generais argentinos foram obrigados a efectuar no que respeita a alianças (embora táticas) e apoios.

Para ilustrar esta situação basta reler uma pequena notícia vindia no número dos cadernos de Janeiro deste ano. Ao tomar posse do seu cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, Costa Méndez declarava orgulhoso que a Argentina, ao contrário dos países do Terceiro Mundo, pertencia ao grupo das «nações de raça branca e de religião cristã» e que o seu país não estava identificado «nem com a origem histórica nem com as condições sociais» desse bloco. E acrescentava Costa Méndez que o aspecto fundamental da política externa da Argentina seria «a manutenção de boas relações com os Estados Unidos».

Pelos vistos os norte-americanos nunca deixaram de considerar a Argentina um aliado «branco e cristão» de segunda classe e não hesitaram em se colocar ao lado dos ingleses quando chegou a hora de escolher o campo. Outra conclusão que os generais de Buenos Aires já tiraram certamente é a de que a solidariedade tem vindo apenas desse Terceiro Mundo que tratavam com desprezo e do mundo socialista que não tem regateado apoio político apesar do anti-comunismo visceral dos governantes argentinos.

A «cambalhota» a que me refiro é exemplificada pelos calorosos agradecimentos de Costa Méndez ao Movimento dos Não-Alinhados e ao seu presidente, Fidel Castro. Terá ele descoberto onde deverá procurar os verdadeiros amigos? E esse reconhecimento perdurará para lá do fim da guerra?

António Costa Torres,
Portalegre, Portugal

Qualquer que seja o resultado final da crise das Malvinas, um dos derrotados é, de certa forma, o governo dos Estados Unidos. A razão é simples:

Ao apoiarem a reacção colonialista dos ingleses, depois de hipocritamente se terem mostrado neutrais, os norte-americanos revelaram perante todos os povos latino-americanos que quando foi necessário escolher entre o «espírito americano» e o «clube da NATO», eles não hesitaram nem nunca hesitarão. Entre os «irmãos continentais» e os «primos britânicos», Reagan, Haig e Comp.⁸ não perderam muito tempo: passaram-se para o lado dos «primos».



A derrota a que me quero referir é esta: os povos da América Latina devem ter percebido bem a lição e não-de pressionar os seus governos a oporem-se às alianças com Washington. Claro que não me refiro a todos os governos latino-americanos, pois alguns deles não precisaram das Malvinas para saberem o que são os dirigentes norte-americanos, como é o caso de Cuba, Nicarágua, etc.

Manuel Anjos, Luanda

Brasil, Cuba e Nicarágua

(...) Gostaria de vos pedir: primeiro, uma reportagem sobre a situação económica brasileira no que diz respeito a empréstimos ao exterior e contratos de risco em projectos de mineração; segundo, uma reportagem sobre Cuba e Nicarágua — países pelos quais tenho grande admiração — também no campo económico.

Guilherme J. F. Rocha, Rio de Janeiro

guias

Já me tinha habituado, no início de cada ano, a adquirir o «guia do terceiro mundo» que, para mim representa mais do que uma publicação a comprar regularmente. É um utensílio de trabalho dada a minha qualidade de professor liceal de história. Como até agora ainda o não vi à venda nem tão-pouco anunciado na revista, pergunto-vos: saiu ou não saiu o guia de 82?

Albino Esteves, Lisboa

n. r.: Com efeito, em 1982 não haverá «guias». Publicado durante dois anos consecutivos em que figurou como «best-seller», não só nas livrarias portuguesas mas igualmente em Angola e Moçambique, o nosso suplemento anual correrá o risco de não poder oferecer aos leitores suficientes aspectos inovadores e que, ao repetir parte do seu texto, não justificasse plenamente a compra e consulta de uma nova edição. Mas podemos anunciar que a preparação do guia 83 já se iniciou nas nossas redações no México, Rio de Janeiro e Lisboa, prevento toda a equipa de «cadernos do terceiro mundo» lançar a próxima edição em Dezembro de 1982 ou Janeiro do próximo ano. E desde já estamos em condições de assegurar que o guia 83 contará, além das actualizações das monografias dos países, das tabelas económicas e estatísticas, novas secções que terão um âmbito não confinado apenas aos países considerados do Terceiro Mundo.

NOII

Graças à extensa análise que os *cadernos do terceiro mundo* publicaram sobre a «Nova Ordem Informativa Internacional» pude esclarecer muitas dúvidas que este tema teve sempre para mim. Após a leitura dos vários artigos cheguei a uma conclusão a que muitos outros leitores chegaram certamente: é ainda muito longo o caminho para que o Terceiro Mundo alcance um verdadeiro sistema alternativo à informação comandada e orientada pelas grandes empresas transnacionais.

Alberto Chambuga, Maputo

Intercâmbio

● D. Marques Galvão

Caixa Postal 134
58000, João Pessoa, PB — Brasil

● Guilherme J. Ferreira da Rocha
Rua Feliciano de Aguiar, 424, Casa 1,
Fundos, Maria da Graça
20781, Rio de Janeiro, RJ — Brasil

● Rui de Carvalho M. da Cunha
Escola Nacional de Aviação Militar
C.P. 140, Negage — Ulige
Rep. Pop. de Angola

● Carlos Manuel Bravo Rodrigues
Praça da Igreja, 7, c/v D.
2700 Amadora — Portugal

● Estêvão Helder Falé Infante
Av. Combatentes da Grande Guerra, 80,
2.º D.
2700 Amadora — Portugal

● Ladislau José Bernardo
Rua Joaquim Kapango, C.P. 447
Wacokungo — Rep. Pop. de Angola

● José Castigo Mutemba
C.P. 2814
Maputo — Rep. Pop. de Moçambique

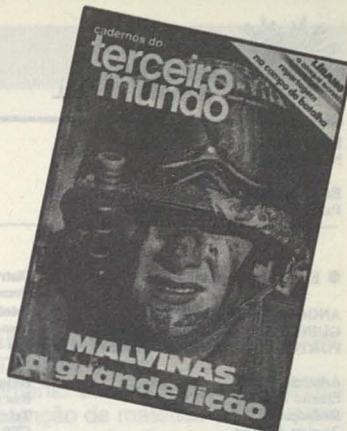
● Bernardo Vasco Chavango
Largo da Palmeira Manhica, C.P. 3
Maputo — Rep. Pop. de Moçambique

● Mutar Cassamá
a/c Amâncio da Cunha, C.P. 100
Bissau — Rep. da Guiné-Bissau

● Litos Jerônimo dos Santos
C.P. 634 — Beira-Sofala, Rep. Pop. de Moçambique

● Albino Chimuca da Costa Changonga
C.P. 634 — Beira — Sofala
Rep. Pop. de Moçambique

● Avelino da Costa Lobo
C.P. 720 — Luanda
Rep. Pop. de Angola



Editorial

5 Petróleo: quem força a queda dos preços?

Matéria de capa: Malvinas, a grande lição

- 8** A história dá razão à Argentina, *Roberto Remo*
- 11** A Argentina já não será a mesma, *Carlos Castilho*
- 21** Petróleo: chave para o quebra-cabeças, *Beatriz Bissio*
- 30** As viúvas de Monroe, *Neiva Moreira*
- 32** Dois exércitos, dois mundos em confronto, *Esteban Valenti*
- 35** Os dilemas do pós-guerra, *Carlos Castilho*
- 38** O processo de latino-americanização, *Agustín Castaño*

Comunicação

- 43** A guerra psicológica da CIA, *Fred Landis*

América Latina

- 53** Nicarágua: «Zero» à direita, *Arqueles Morales*

África

- 57** Cabo Verde: Reforma Agrária deita sementes à terra, *Baptista da Silva*

Médio Oriente — Reportagem Especial

- 62** Beirute sob as bombas, *Beatriz Bissio*
- 71** O ataque israelita: como nos tempos de Hitler, *Neiva Moreira*

Norte-Sul

- 77** O sistema do café, *Marcos Arruda*

81 Panorama Tricontinental

Ciência e tecnologia

- 89** Pode a mandioca salvar o Terceiro Mundo? *Ed Cowan*



Beirute em ruínas



A batalha naval das Malvinas



Reforma Agrária em Cabo Verde



**PORTO PAGO
REVISTA MENSAL**

**cuadernos del
tercer
mundo**

**third
world**

**cadernos do
terceiro
mundo**

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● Edições em português

**ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Administrador

Ernesto Pádua

Redacção

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

Leonardo Mourão

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Composição e Impressão

Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Ltd.^a

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreia SARL

Representantes

Angola

Luis Henriquez, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito e João Escadinha

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

Altair L. Campos

Secretário de Redacção

Carlos Castillo

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabarra Filho (São Paulo)

C.P. 60086, CEP 05033

Arte

Carmem Saporetti (editor)

Samara e Amaury dos Anjos

Tradução

Vanize Campos

Revisão

José Carlos Gondim

Cláudia Guimarães

Assinaturas

Maria Mourão

Documentação e Arquivo

Lídia de Freitas

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição

Homero Souza

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Ed. Ltd.^a

Rua do Senado, 349

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 — grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ

Registo na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registo no INPI n.º 013.539

Registo no SCDP/SR/DPF

n.º 2.195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

**MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS**

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercero mundo a.c.

calle California, 98A — Coyoacán

México, 21 DF — telefone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572

México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA

EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru — Telephone: 724-712

● Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ

EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA

INGLESAS NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFA** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Editor e Director: Altair L. Campos

Propriedade:

tricontinental Editora, Ltda.

Redacção e Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10-1°.

tel. 320650 1200 Lisboa

Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Calle de Correo 20288. **LA PAZ:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADA:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Cerdova 601 y Mendumbo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia, 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arco 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRA-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza del Monte di Pietà 59/60, Roma — Feltrini, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paolo, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humboldt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Óscar Pérez Cásas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMA:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educacion, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGES, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Editorial

Petróleo: quem força a queda dos preços

A partir de 1973, o mundo assistiu a uma subida em espiral dos preços do petróleo. E desde meados de 1981, a um fenómeno inverso: a queda das cotações do *crude*. Para explicar os dois fenómenos, os meios de imprensa do sistema transnacional usaram as leis do mercado, isto é, a relação entre a oferta e a procura.

Essas explicações omitiram ou colocaram em segundo plano a razão mais relevante da involução dessa tendência: uma programação delineada no seio da Agência Internacional de Energia (AIE) e sancionada durante a reunião cimeira das sete maiores potências capitalistas realizada em Veneza em Junho de 1980.

A AIE é a instituição antagônica da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e foi criada principalmente a instâncias do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger com a missão de neutralizar o grupo de produtores de petróleo do Terceiro Mundo, após estes terem decidido, em 1973, a primeira grande alta do preço do *crude*.

cadernos do terceiro mundo chamou constantemente a atenção para os móveis que incitavam as potências capitalistas a combaterem denodadamente a OPEP. É que esta tinha instituído um procedimento inaceitável para aquelas: o controlo dos preços e do fornecimento de matérias-primas por parte dos países que são os seus

principais produtores e exportadores, quer dizer, as nações do Terceiro Mundo.

O desenvolvimento das potências capitalistas assentou na obtenção de matérias-primas baratas e abundantes, o que implicava ser a procura dos consumidores industriais o factor que controlava os mercados. Esse domínio das economias centrais sobre as periféricas prosseguiu depois de liquidados os impérios coloniais e por isso foi caracterizado como «neocolonialismo»: a OPEP foi a única organização de produtores que pôde romper com tal imposição graças às características especiais do petróleo e à concentração das suas reservas em poucos países.

Ao colocar a sua oferta alguns pontos abaixo da procura, perante um Ocidente industrializado e lançado numa expansão que implicava um consumo crescente de energia proveniente do petróleo, a OPEP conseguiu controlar o mercado. Foi assim que pôde articular uma política altista entre 1973 e 1980, oferecendo aos países membros notáveis benefícios económicos.

As potências ocidentais procuraram por diversos meios deter esses avanços da OPEP desde 1973. Mas uma contradição as impedia: pretendiam prosseguir os seus programas de expansão com base no aumento do consumo de petróleo, por ser este o energético que mais vantagens apresentava. Enquanto se seguiu esse caminho, a OPEP continuou numa posição privilegiada conservando a chave do mercado e das cotações.

Diversos acordos no plano das grandes potências não bastaram para deter a OPEP, pois não havia consenso entre elas – principalmente pela recusa dos Estados Unidos em aplicar um programa de poupança de energia.

Até que se produziu a segunda grande onda altista (1979-1980), elevando os preços a inusitados níveis (em alguns momentos a mais de 40 dólares o barril). Para isso, concorreu o desenca-deamento da revolução iraniana e a consequente queda drástica da produção desse país que, antes do derrube do xá, era o segundo produtor mundial. Isso não só deu impulso ao processo

Editorial

Desporto | Economia | Políticas | Opinião | Sociedade | Cultura | Ciência | Opinião

Edições em português | Edições internacionais

Aviation

Aviation | Desporto | Economia | Políticas | Opinião | Sociedade | Cultura | Ciência | Opinião

altista como também fez temer que pudesse acontecer uma prolongada carestia do *crude* e, portanto, faltasse a base energética em que se apoiava o desenvolvimento ocidental.

Nesse momento, as potências ocidentais decidiram ter uma programação eficaz, apesar dos sacrifícios a curto prazo que ela implicaria. Ao fim e ao cabo tratava-se de estabelecer um período de relativa austeridade nos países ricos.

A nova política foi adoptada por ocasião da conferência cimeira de Veneza. Vale a pena citar alguns parágrafos do editorial dedicado a esse encontro por *cadernos do terceiro mundo* («Os sete grandes contra a OPEP», número 26, Agosto de 1980), pois as previsões de então cumpriram-se inteiramente:

«Os Estados Unidos, Alemanha Federal, Inglaterra, França, Japão, Canadá e a Itália adoptaram duas medidas fundamentais: conter o consumo e dar força às fontes alternativas de energia. O objectivo estatístico é que o petróleo baixe, de hoje a 1990, dos 53% actuais a 40%, como fornecedor da energia consumida pelas sete grandes potências.

«Poderão surgir dúvidas quanto à aplicação concreta por todas as potências dos planos de expansão das fontes alternativas e, principalmente, de que algumas medidas de austeridade sejam aplicadas com firmeza. Isso só faria a percentagem variar em alguns graus, mas não o sentido geral da estratégia.

(...) «O objectivo declarado consiste em eliminar a dependência das potências capitalistas em relação ao petróleo em geral e à OPEP em particular. A reunião cimeira anterior, em Tóquio, tinha dado um primeiro passo ao decidir fixar um tecto para as importações até 1985, meta que agora continua estabelecida até 1998. Essa decisão e o desenvolvimento de novas fontes alternativas tendem a provocar a inversão do presente quadro. Se considerarmos que actualmente não há escassez de petróleo, o facto de atingir as metas faria com que a oferta de petróleo superasse a

procura; esperam, com isso, dobrar o braço da OPEP».

Com efeito, a programação de Veneza deu logo resultados. Nos primeiros meses de 1981, as compras petrolíferas dos Estados Unidos tinham baixado 10%, enquanto as da Europa Ocidental e do Japão fizeram-no em cinco e seis por cento. Dados da AIE (na qual participam todas as potências capitalistas) dizem-nos que a procura conjunta dos seus países membros baixou 7,7% em 1980, 7% em 1981 e que no ano em curso a redução poderá ficar entre dois e quatro por cento.

Ao analisar esse processo, os partidários de não dar importância à programação das potências capitalistas argumentam que tão grandes economias não se teriam realizado sem desencadear a recessão do Ocidente. Isso está fora de questão, mas a recessão também é uma medida de política económica e são os governantes das potências centrais que dispõem como e quando ela deve ser aplicada.

Essa tendência em ocultar os verdadeiros mecanismos do controlo da economia mundial responde a diversas razões. Uma é ideológica, pois esse tipo de intervenção contraria radicalmente o suposto livre jogo do mercado, caro aos técnicos clássicos da economia capitalista. Num nível mais concreto, os interesses do sistema transnacional estão altamente concentrados, muito mais do que pode parecer à primeira vista. E uma contradição que tentam ocultar é o facto de que, nas democracias ocidentais, apenas uns poucos poderosos decidam, em função dos seus interesses, um ordenamento económico que afecta as suas populações e o resto do mundo.

Verificada a queda da procura, a oferta da OPEP (apesar dos contínuos cortes efectuados pelos países membros, com excepção da Arábia Saudita) ficou acima do novo nível da procura. E verificou-se a consequente queda dos preços do *crude* desde 1981, segundo uma evolução da qual a nossa revista tem informado nas suas

sucessivas edições.

Chegou-se, assim, a uma desesperada situação para os membros da OPEP. Ao mesmo tempo que baixavam as cotações, viam diminuir a quantidade das suas vendas. Esses países, quase todos envolvidos em grandes planos de desenvolvimento (assim como num ritmo de consumos sumptuosos e chocantes desperdícios, em alguns casos), comprovaram que não podiam financiar os seus orçamentos.

Assim, depois de vários encontros falhados, na reunião da OPEP de 1981 chegou-se a uma situação limite.

A Arábia Saudita, intrinsecamente ligada aos Estados Unidos, era um dos principais responsáveis, pois nesse contexto aumentava a sua produção em vez de reduzi-la. Os próprios sauditas, não adoptando medidas severas, teriam em pouco tempo que baixar os preços do seu petróleo, que até aos primeiros meses de 1981 era o mais barato dentro da OPEP.

Assim, a recente reunião extraordinária da OPEP (Viena, 18 e 19 de Março passado) respondeu ao desafio com cortes. Pouco antes da reunião, a oferta da OPEP era de pouco mais de 20 milhões de barris diárias. Depois da reunião e a partir de 1 de Abril, ficaria em 17,5 milhões. Isso pressupõe uma mudança de atitude da Arábia Saudita, que controla cerca de 45% da produção da OPEP (equivalente à metade das exportações mundiais) que baixou a sua participação no mercado de 8,5 para 7 milhões de barris diários.

Com essa e outras disposições complementares, os membros da OPEP esperam ficar abaixo da procura e que os seus preços oficiais de referência (34 dólares por barril) sejam mantidos.

As providências, por si mesmas, são apropriadas para que o desafio seja encarado. Mas é cedo para se saber se a aspiração da OPEP será verificada, pois antes terá que se comprovar se todos os seus membros a respeitam rigorosamente. Também pesa a atitude dos exportadores não-membros da organização que competiram

com aqueles quanto a preços e colocações, e estão a fornecer ao mercado uns oito milhões de barris diários.

E, principalmente, deverá aguardar-se a posição das potências membros da AIE que acumularam enormes reservas. Em todo o caso, a reacção da OPEP é apenas conjuntural. Ela não adoptou ainda uma verdadeira programação, equiparável à das potências capitalistas, as quais, particularmente por meio das grandes transnacionais petrolíferas, estão a preparar-se para uma economia pós-petrolífera. Independentemente das evoluções do mercado (que só poderão influir no ritmo de execução dos seus planos), estas continuarão a desenvolver os seus programas de energias alternativas. E dependerão cada vez menos do crude.

O grave dessa projecção é que só as potências industrializadas poderão caminhar nessa direcção. Os países do Terceiro Mundo não têm recursos para investir em fontes alternativas, de maneira que, a longo prazo – e por dependerem substancialmente do petróleo – serão os que elevarão uma oferta que encarecerá o preço do crude a níveis intoleráveis para as suas economias. Os déficits crónicos e o gigantesco endividamento dos países do Terceiro Mundo não-petrolíferos já são uma realidade penosa e explosiva, passível de agravar-se ainda mais.

Diante dessa ameaçadora realidade a resposta adequada seria um acordo entre produtores e consumidores, para ordenar um mercado oscilante (devido às pugnas entre a OPEP e a AIE) e para atender às necessidades de todas as partes. É óbvio que não existe vontade de dar semelhante resposta, mas, nesse plano, a responsabilidade da OPEP é relativa. O determinante é a atitude negativa das potências capitalistas que, sob os ditames dos Estados Unidos – que aplica uma política particularmente dura sob a actual presidência de Ronald Reagan –, resistem a efectuar negociações globais entre o Norte e o Sul, inclusive no tema crítico da energia.

A história dá razão à Argentina

A alegação britânica que recorre à história das ilhas para justificar a sua soberania foi contestada pela comunidade internacional que em 1965 incluiu as Malvinas nos territórios a serem descolonizados

Roberto Renfo

Aliança anglo-americana contra a Argentina na disputa pelas ilhas do Atlântico Sul não é novidade. De facto, foi graças a uma intervenção militar norte-americano que os ingleses conseguiram arrebatar as Malvinas à Argentina em 1833.

A história do arquipélago deve ser lembrada na hora de avaliar-se o conflito actual, já que o problema da soberania e dos direitos que cada uma das partes invoca é chave para a sua resolução.

Os ingleses reivindicam o mérito do descobrimento das ilhas, oficialmente atribuído ao capitão John Strong, que em 1690 baptizou de «Falkland», em homenagem a um visconde com esse nome que era então tesoureiro da marinha britânica. Porém, também os holandeses reivindicam esse mérito, atribuindo-o ao marinheiro Sbald de Weert, que visitou a região em 1600. Oito anos antes, em 1592, outro capitão inglês, chamado John Davis, tinha dado notícias sobre as ilhas, com as quais deparou uma esquadra britânica que tentava entrar no Estreito de Magalhães. Deve-se notar, no entanto, que a rota de Magalhães era transitada por espanhóis e portugueses desde os primeiros anos do século XVI. Em 1520, um marinheiro espanhol notificou ter avistado umas ilhas que poderiam ser as Malvinas e, em mapas publicados na primeira

metade deste século, há várias referências imprecisas sobre as ilhas, com diferentes nomes.

Em todo o caso, o certo é que foram os franceses os primeiros a estabelecer actividades económicas nas ilhas, às quais chamaram Malouines em homenagem ao seu porto de origem: Saint-Malo. Desde o começo do século XVIII os franceses dedicam-se a caçar focas no arquipélago e a eles é atribuída a introdução de gado bovino. Em 1764, o francês Bougainville estabelece uma pequena colónia (Port Louis) em Isla Soledad, a metade oriental das Malvinas. Por um acordo entre Paris e Madrid (a quem corresponderia o território pelo Tratado de Tordesilhas), a colónia passou para as mãos da Espanha dois anos mais tarde.

Nesse mesmo ano de 1766, os ingleses estabelecem em Port Egmont a sua primeira colónia, com 100 habitantes. Em 1767, cedem os seus direitos à Espanha (que o rebatiza Puerto Soledad) por 24 mil libras. Porém, os colonos resistem a retirar-se. Por este motivo, a Espanha e a Inglaterra estiveram à beira da guerra em 1770. No ano seguinte, depois de prolongadas negociações, os espanhóis devolvem Port Egmont à Grã-Bretanha.

Uma simples placa de chumbo

No entanto, o que não conseguiram as armas ou as negociações foi imposto pelo clima inóspito das ilhas (onde, como escreveu um inglês numa carta cheia de lamentos, «não há madeira maior do que o meu lápis»). Em 1774, a Grã-Bretanha abandona a colónia, economicamente inviável, e deixa uma placa de chumbo alegando que «as ilhas Falkland pertencem por direito e propriedade» ao rei Jorge III.

Basear naquela placa a reivindicação inglesa de hoje equivaleria a reconhecer que a Lua é dos Estados Unidos porque Neil Armstrong deixou nela uma bandeira com listras e estrelas.

As ilhas Malvinas foram parte do vice-reino espanhol do Rio da Prata desde a sua criação em 1776 e os espanhóis mantiveram nelas um destacamento militar, até que, em 1811, o vice-rei ordenou ao último governador espanhol, Gerardo Bondas, que corresse em seu auxílio para combater os independentistas, que o haviam obrigado a abandonar Buenos Aires e buscar refúgio em Montevideu.

Assim, as ilhas Malvinas são parte constitutiva das Províncias Unidas do Rio da Prata (a actual Argentina, ainda que então incluísse também o Paraguai, Uruguai e Bolívia) desde a sua criação. O princípio de que as fronteiras coloniais vigentes em 1810 seriam as fronteiras dos novos Estados independentes (salvo posterior modificação por tratados) foi enunciada pelos juristas latino-americanos desde os primeiros anos de independência.

Em 1922, o Conselho Federal Suíço, actuando como árbitro numa disputa territorial entre a Colômbia

ab reais indígenas e guerreiros aborigens. Mas a colônia colonial sobreviveu ao seu tempo de ouro e, conseguindo o seu status europeu definitivo definitivo. O seu maior próspero período econômico-territorial é supostamente um período de crescimento. O da colonização.



O conturbado Atlântico Sul. Com as Malvinas, as Georgias e as Sandwich, a Grã-Bretanha – e por seu intermédio, a NATO – dispõe de uma cadeia de possessões que lhe permitem controlar as rotas estratégicas para o oceano Índico (dobrando o Cabo da Boa Esperança) e para o oceano Pacífico (pelo estreito de Magalhães), além de garantir para si as vias de acesso às riquezas minerais ainda inexploradas da Antártida.

e a Venezuela, pronunciou uma sentença na qual afirmava que: «na antiga América espanhola não existia, do ponto de vista do direito, nenhum território sem dono. As regiões não exploradas ou ocupadas pelos espanhóis (...) eram consideradas, de comum acordo, como ocupadas *de jure*, desde o primeiro momento, pela nova República».

Esse princípio, acrescenta o tribunal, «oferecia a vantagem de acabar (...) com as disputas de limites entre os novos Estados». O critério pareceu tão lógico para toda a comunidade internacional que foi adoptado um século e meio mais tarde pela Organização da Unidade Africana: os novos Estados independentes herdaram as fronteiras traçadas pelos colonizadores, somente modificáveis por tratados internacionais e não pela força.

A defesa do meio ambiente

Em 1820, o governo de Buenos Aires resolveu ocupar *de facto* as ilhas desabitadas que lhe pertenciam *de jure* e designou Daniel Jewit como primeiro governador argentino das ilhas. Ao chegar, Jewit encontrou nelas meia centena de navios ingleses e norte-americanos dedicados à pesca de leões-marinhos, cujas peles eram um lucrativo negócio. A caça foi proibida, porém o governador carecia de força para impôr a sua decisão.

Para controlar a depredação dos recursos naturais, em 1829 Buenos Aires envia às Malvinas um novo governador, Luis Vernet, e comunica oficialmente ao encarregado de negócios dos Estados Unidos, John Forbes, a proibição da caça de leões-marinhos nas ilhas.

Vernet, que em 1826 tinha fundado uma colónia argentina em Puerto Soledad, elabora um detalhado relatório sobre as riquezas e potencialidades das ilhas, estimula a sua colonização e, em 1830, celebra nelas o primeiro casamento: o casal de argentinos Gregório Sánchez e Victoria Enriquez. Não se tem notícias, no entanto, de cidadãos argentinos nascidos nessa época nas Malvinas.

Os problemas imediatos de Vernet eram mais complexos. Os caçadores de leões-marinhos continuavam as suas actividades ilegais. Em Agosto de 1831, ele conseguiu aprisionar dois navios norte-americanos que violavam as leis que hoje chamariam de «preservação do meio ambiente». Uma terceira embarcação, o *Breakwater*, conseguiu fugir e informar o capitão Benjamin Cooper do incidente, então comandante de um esquadrão naval norte-americano casualmente ancorado no Rio de Janeiro.

O jornalista argentino Gregorio Selser narra assim o desfecho do episódio:

«Cooper ordenou então ao capitão Silas Dukan, da corveta *Lexington* que se dirigisse às Malvinas, mas, segundo parece, com o ambíguo encargo de «proteger os direitos do comércio dos Estados Unidos».

«Dukan fez uma escala em Buenos Aires antes de chegar às Malvinas, informando-se então dos acontecimentos, mas através da versão do cônsul norte-americano Joshua Slacum. Por meio deste, Dukan notificou o ministro dos Negócios Estrangeiros argentino, Tomás de Anchorena, que o seu navio partia 'com a força do seu comando' e pediu a entrega de Vernet como 'acusado de pirataria e roubo'».

«A 31 de Dezembro de 1831, entrou em Port Louis, nas Malvinas, um navio com bandeira francesa e que, por meio de sinais, solicitou um piloto da barra. Em resposta, dois pilotos ingleses que operavam na zona, Matthew Brisbane e Henry Matcalf, dirigiram-se de bote para esse navio que falsamente levava a bandeira francesa, pois tratava-se do *Lexington*».

«O capitão Dukan prendeu os pilotos da barra e em seguida desembarcou com as suas forças para proceder com toda a calma à destruição das precárias instalações existentes no local, incendiando à pólvora e destruindo as armas da pequena guarnição; além disso apropriou-se como troféu de guerra, das baixelas e objectos pessoais dos colonos, e de todo o gado bovino e ovino».

«Entre os 'troféus', Dukan levou ainda todos os colonos que conseguiu capturar, incluindo 15 escravos negros. No final da sua acção, nada ficou de pé, nem as casas dos civis, nem fortificações militares. Por último, Dukan desembarcou os seus prisioneiros clandestinamente em Montevideu a 2 de Fevereiro de 1832».

«O governador da Província de Buenos Aires (designação que na época compreendia toda a Argentina), Juan Ramón González Balcarce, notificou o cônsul Slacum que as suas relações estavam cortadas

devido à sua 'aberração de ideias e irregularidades de linguagem', e pediu explicações aos Estados Unidos».

O governante argentino ignorava talvez que o presidente norte-americano Andrew Jackson, num relatório enviado ao Congresso baseado na versão que o capitão do *Breakwater* fornecera à marinha norte-americana, já havia anunciado como uma acção decidida por ele mesmo, o envio de um navio armado para as *Falkland Islands* (denominação já usada então pelos ingleses), «para prestar toda a protecção legal ao nosso comércio».

Bandeira arriada

Na realidade, não interessava aos Estados Unidos estender as suas possessões a tão longínquas terras, mas o facto é que Dukan, ao actuar da forma como o fez, facilitou a posterior ocupação do agora deserto território por parte dos ingleses, naturalmente informados dos acontecimentos.

A 3 de Janeiro de 1833, dois anos depois do trabalho realizado pelo *Lexington*, a corveta inglesa *Clio* entrou sem qualquer dificuldade em Puerto Soledad, e os seus marinheiros baixaram a bandeira azul e branca que esvoaçava numa das poucas casas que escaparam do incêndio e da destruição provocados por Dukan. A escuna platense *Sarandi*, pobemente armada, nada pôde fazer para o impedir, mas o capitão inglês teve a cortesia de entregar ao oficial da guarda do navio argentino a bandeira arriada, respeitosamente dobrada.

A 2 de Dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, tinha declarado que o seu país não consentiria que nenhuma potência europeia se apoderasse no futuro de territórios do continente americano que tinham pertencido à Espanha e eram parte integrante dos novos Estados independentes do hemisfério. Contudo, recorda Gregorio Selser, a doutrina Monroe não foi aplicada pelos Estados Unidos diante da acção desencadeada pela Grã-Bretanha no arquipélago das Malvinas.

A ocupação britânica das Malvinas resulta assim de um acto de força (com apoio norte-americano, por acção prévia e posterior omissão de qualquer protesto), ao qual a comunidade internacional não pode reconhecer nenhuma legitimidade. Desde o século XVIII (ou seja, muito antes da ocupação), o direito internacional estipulava que a ocupação pela força «não implicava transferência de soberania».

A Argentina jamais firmou tratado algum que legalizasse a nova situação criada *de facto* e, pelo contrário, sempre protestou contra ela, reclamando por meios pacíficos, durante 149 anos, a devolução das ilhas

A definição das Nações Unidas

Tão-pouco gera direitos o tempo decorrido desde a ocupação (se o fizesse, quanto tempo seria necessário

para que a ocupação por parte de Israel de terras árabes passasse a ser considerada legal?) ou o facto de existir uma população britânica permanente nas ilhas.

Quando o Comité de Descolonização das Nações Unidas foi criado, as Malvinas e as suas dependências (ilhas Sandwich e Geórgias do Sul) foram incluídas na lista de territórios «não-autónomos». Porém, o Comité (e depois a Assembleia Geral) não consideraram válido para esse território a aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, que teria posto a decisão sobre o futuro das ilhas Malvinas nas mãos dos *kelpers* (os habitantes das ilhas, que foram buscar o nome a uma alga local).

Em termos de direito internacional, os *kelpers* não constituem um povo, com direito a se autodeterminar. Isso não se deve tanto ao seu reduzido número (1800 residentes permanentes, dos quais a maioria não nasceu nas ilhas), mas sim ao facto de serem legal e etnicamente cidadãos britânicos, em dependência directa da metrópole, como funcionários públicos ou empregados da *Falkland Islands Company* (FIC), uma típica empresa colonial no estilo das velhas Companhias das Índias.

A FIC é proprietária directa de 46% da terra apta para pastagem nas ilhas e o resto é propriedade de outras empresas registadas em Londres, nas quais a FIC tem maioria de acções. Uma resolução semelhante foi adoptada pela ONU com relação a Gibraltar.

Desde 1965 que a ONU vem instando com a Argentina e a Grã-Bretanha para negociarem «com o fim de solucionar o litígio o mais breve possível», ignorando claramente a existência de uma terceira parte (os *kelpers*) com direitos sobre o território. A Argentina reconhece que os interesses da população local devem ser atendidos (indeminação no caso dos que queiram abandonar as ilhas, reconhecimento de direitos de propriedade e traços culturais próprios dos que optem por ficar), porém Londres insiste que a sua opinião deve ser ouvida, já que esta indubitavelmente favoreceria a Grã-Bretanha.

O impasse nas negociações foi dramaticamente rompido pela ocupação militar das ilhas por forças argentinas de 2 de Abril passado. A medida foi claramente contraria à resolução 2625 da Nações Unidas, que proíbe o uso da força «como meio de resolver(...) as disputas territoriais». Porém, uma vez que a nova situação *de facto* das ilhas passara a coincidir com o reconhecido direito argentino de soberania, também foi uma violação desse mesmo princípio a reacção militar britânica, que vai contra, além disso, a resolução do Conselho de Segurança de 3 de Abril, que no seu primeiro ponto exigir «o imediato cessar das hostilidades». Para cumprir o segundo ponto («retirada imediata de todas as forças argentinas das Malvinas»), Buenos Aires exigir o afastamento da frota inglesa e o prévio reconhecimento da sua soberania por parte da Grã-Bretanha, um ponto sobre o qual o Conselho de Segurança não se pronunciou dado o poder inglês de voto. □

MALVINAS
a grande lição

A Argentina já não será a mesma

Oito em cada dez argentinos acreditam que depois da guerra das Malvinas, a situação no seu país deverá ser bastante diferente daquela que existia antes do desembarque no arquipélago, a 2 de Abril. A guerra foi um recurso da Junta militar para dissimular o seu isolamento político interno

Carlos Castilho

QUANDO os soldados argentinos desembarcaram na madrugada do dia 2 de Abril, o comando militar de Buenos Aires estava a jogar a mais arriscada empreitada política desde o golpe de Março de 1976. A acção não chegou a ser uma surpresa. Várias revistas argentinas tinham já edições praticamente prontas e até alguns especialistas de assuntos latino-americanos dos jornais ingleses haviam já previsto o ataque.

Ao decidir-se pela invasão do arquipélago controlado pelos ingleses há 150 anos, a Junta militar usou a sua última cartada no esforço para tentar anular um crescente desgaste da sua imagem política. Após seis anos de governo, os militares argentinos já começavam a mostrar sinais de divisão interna, que levaram em 1973 o general Lanusse a entregar o poder aos civis, para preservar a imagem do exército.

A causa das Malvinas foi sempre extremamente popular na Argentina. Os militares não tinham nenhuma dúvida de que ela seria apoiada em massa pelo povo. Em termos de mobilização, foi mais intensa do que o campeonato mundial de futebol em 1978, porque envolveu também todas as organizações políticas duramente atingidas pela repressão desencadeada em 1976. Mas no afã de procurar uma saída para os seus problemas imediatos, o governo subestimou a capacidade dos argentinos de assumirem a defesa de uma causa, que estava mais identificada com a defesa da

soberania nacional, do que com o apoio a um regime desgastado.

E além disso, o governo do general Leopoldo Galtieri não avaliou correctamente as consequências do seu gesto. Se fosse derrotado militarmente, seria inevitável a sua queda. Se vencesse, teria desencadeado um processo irreversível que necessariamente culminaria numa abertura política, precisamente o motivo que o levou a derrubar o seu antecessor, o general Viola. O cálculo de Galtieri estava todo baseado na certeza de que os Estados Unidos convençeriam a Inglaterra a não reagir, garantindo assim uma solução rápida e indolor para a crise. Mas Galtieri enganou-se em relação aos norte-americanos. E a partir daí, todo o tabuleiro mudou.

Resistir às interferências externas

A questão das ilhas Malvinas transformou-se no episódio mais recente de uma campanha de pressões movida por grupos militares de tendência nacionalista cujo principal objectivo é o de preservar o programa nuclear argentino das influências de políticos e militares norte-americanos. Existem, especialmente na marinha argentina, fortes sectores da oficialidade que se opuseram às negociações tripartidas, envolvendo também os Estados Unidos na questão das Malvinas, justamente por acharem que o país deve resistir o mais possível às interferências externas.

Esta tese tem sido defendida pelo jornalista e ex-professor da Universidade de Buenos Aires, Rogelio García Lupo, como sendo uma das principais preocupações da alta oficialidade naval na Argentina. Nenhuma referência oficial foi feita até agora sobre uma vinculação entre a questão nuclear e o tema

Malvinas. O único facto concreto é que enquanto Alexander Haig se encontrava em Buenos Aires, na sua segunda viagem à capital argentina em Abril, o governo de Buenos Aires assinou um acordo técnico com a União Soviética sobre o fornecimento de urâno às fábricas em construção na Argentina.

Segundo García Lupo, alguns oficiais navais consideram a questão nuclear mais importante do que o problema das Malvinas no que se refere à manutenção de um programa independente. Essa prioridade para a questão atómica resulta de uma concepção «primeiro-mundista» de muitos oficiais que não se conformam com um papel secundário dentro do bloco capitalista, e que negam qualquer vínculo com o Terceiro Mundo. Para eles, a autonomia nuclear obrigará os chamados «grandes» a discutir com a cúpula militar argentina em pé de igualdade. Um dos ideólogos desta facção militar é o almirante Castro Madero, o responsável pelo programa nuclear argentino.

A Argentina não assinou até hoje o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, alegando que ele limita a autonomia nacional no que se refere ao desenvolvimento de um projecto autónomo, baseado principalmente na utilização do urâno natural. E a pressão norte-americana tem sido constante. A crise das Malvinas transformou-se, no entanto, num violento revés para os militares que defendem a posição «primeiro-mundista». A reivindicação de soberania sobre o arquipélago foi violentamente rejeitada pelos países europeus e pelos Estados Unidos.

O revés foi duramente sentido tanto na marinha como no exército. Na marinha, porque esta tem sido tradicionalmente uma arma muito ligada à Inglaterra e aos Estados Unidos. Todos os oficiais navais usam ainda a gravata negra que é um sinal de luto pela morte do almirante Nelson. A marinha é também o sector



Galtieri e Thatcher: a falência das negociações bilaterais foi o factor decisivo para o agravamento do conflito



Os argentinos enganaram-se em relação aos norte-americanos: Haig apoiou os ingleses e, a partir daí, todo o quadro mudou





Soldados argentinos aprisionam efectivos do destacamento britânico estacionado nas ilhas. Uma avaliação política equivocada

militar mais aristocrático da Argentina. As suas posições nacionalistas derivam muito mais de um sentimento de competição com os europeus do que do nacionalismo revolucionário de outros países do Terceiro Mundo. Seria, mais ou menos, como o nacionalismo pequeno-burguês de alguns países do velho mundo.

A marinha argentina foi também quem sofreu o primeiro choque com a ocupação das ilhas Geórgias do Sul. A sua reacção ao ataque britânico e à posição norte-americana foi de uma profunda irritação. Uma irritação que terá consequências ainda não previsíveis.

O exército foi também profundamente afectado. Após o golpe contra o general Viola, o regime militar alinhou-se rigidamente com o departamento de Estado norte-americano. O general Galtieri enviou militares argentinos para El Salvador, prometeu efectivos para uma força de paz no Sinai e retomou a política de alinhamento automático com os Estados Unidos. O governo actual chegou a apresentar-se como o melhor aliado de Reagan na América Latina.

Um erro de cálculo

Mas a crise das Malvinas mudou todo esse quadro. Galtieri contava com o apoio incondicional dos Estados Unidos contra a Inglaterra. Informações bastante fidedignas indicam que Galtieri e os seus auxiliares no exército estavam convencidos que o departamento de Estado norte-americano não vacilaria em apoiar o governo argentino para preservar um aliado capaz de segui-lo na arriscada aposta salvadorenha.

Mas isso não aconteceu. Alexander Haig não manteve apenas os seus vínculos com a NATO, e portanto com os ingleses, como foi até Buenos Aires para pressionar os militares que antes o consideravam como um aliado. Isso provocou uma forte reacção militar que causou também fortes fissuras no plano interno. Não há dúvidas de que os militares argentinos prepararam muito bem a tomada das ilhas Malvinas segundo um plano militar minuciosamente elaborado nos aspectos técnicos. Mas falharam completamente na avaliação das circunstâncias políticas internas e externas.

Da mesma forma que não previram a violenta reacção britânica, com a intransigências da senhora Thatcher e a «traição» norte-americana, também internamente eles não conseguiram perceber que os interesses económicos europeus e norte-americanos seriam capazes de causar importantes tensões. Depois de se autoproclamarem adeptos do Primeiro Mundo, não esperavam que o governo britânico sofresse uma «recaída» imperial e colonialista. Para a primeira-ministra Thatcher, Galtieri passou a ser um «ditador cruel», logo que as Malvinas foram tomadas. Toda a velha soberba britânica ressurgiu repentinamente, para espanto dos assessores de Galtieri que se consideravam aceites no fechado círculo dos bons e fiéis anticomunistas. O desprezo inglês e a vontade de castigar o regime militar de Buenos Aires da mesma forma que a rainha Victoria punia os rebeldes das suas colónias, colocaram alguns ministros do governo em posições extremamente delicadas. O mais atingido foi o ministro dos Negócios Estrangeiros e do Culto,

Nicanor Costa Méndez, que tem profundas ligações com a Swift inglesa e com o grupo Rockefeller dos Estados Unidos. Costa Méndez tentou conciliar os frustrados oficiais do exército com Alexander Haig, mas não teve sucesso. Pior do que isso, foi violentamente pressionado. Em diversas oportunidades, teve que engolir «sapos vivos» nada agradáveis durante os seus encontros com Haig e a Junta militar. Além disso, Costa Méndez foi obrigado pela opinião pública civil e militar a acusar o colonialismo durante a reunião da OEA em Washington. Foi também obrigado pela cúpula militar argentina a invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), para desespero do departamento de Estado.

A invocação do TIAR foi feita num claro clima de vingança pela humilhação imposta por Alexander Haig. Depoimentos de pessoas que tiveram acesso aos encontros de Haig com a Junta militar dão conta de um diálogo particularmente áspero entre o enviado norte-americano e o comandante da marinha, almirante Jorge Isaac Anaya. Além disso, o facto de Haig ter ido jogar ténis, no momento em que as negociações eram mais tensas, foi encarado por alguns militares argentinos como um sinal de despreocupação num momento em que a tensão atingia pontos críticos. O certo é que os militares argentinos resolveram desligar-se da mediação norte-americana muito antes dela ter sido considerada oficialmente como fracassada.

A posição da marinha

Alexander Haig parece ter cometido um grave erro de avaliação nos seus contactos em Buenos Aires. Ele acreditou que não teria dificuldade em pressionar o

general Galtieri, forçando-o a um recuo militar e diplomático, sem que fosse necessário discutir com os demais chefes militares argentinos. Galtieri, sob inspiração de Nicanor Costa Méndez e do ministro da Economia, estava já disposto a fazer concessões, quando decidiu levar as propostas a toda a Junta militar. E foi aí que a situação se inverteu totalmente. Diante da forte resistência da marinha, fracassaram as tentativas de negociação e Alexander Haig foi obrigado a voltar a Washington de mãos vazias, sem se despedir de nenhum dos seus anfitriões argentinos.

O papel de Galtieri no episódio das Malvinas também parece bastante controverso. Há informações de que ele discutiu com os norte-americanos o projecto argentino de invadir as ilhas como uma medida destinada a dar um mínimo de apoio a um regime que sofreu um enorme desgaste nos escassos cinco meses em que assumiu o poder. Na sua última viagem a Washington, Galtieri teria avisado o departamento de Estado que a tomada das Malvinas era absolutamente essencial para a sobrevivência do seu regime. Os norte-americanos teriam então elaborado com ele uma estratégia que previa uma acção militar nas ilhas, e a subsequente discussão do problema no Conselho de Segurança da ONU. Sempre segundo essas versões, Galtieri também teria ficado encarregado de convencer a União Soviética a vetar no Conselho qualquer moção anti-Argentina. Não havendo condenação da ONU à iniciativa militar do governo de Buenos Aires, a Inglaterra ficaria sem base jurídica para tentar qualquer tipo de retaliação. Porém, os Estados Unidos condenariam (um pró-forma semelhante ao utilizado nas agressões israelitas ao sul do Líbano) a ocupação militar das Malvinas, tendo de enfrentar assim a atitude que a



Lord Carrington não soube compreender as mensagens argentinas que vaticinavam a ocupação e pagou esse erro com o seu cargo



O ministro dos Negócios Estrangeiros Costa Méndez, advogado de empresas transnacionais, foi obrigado pelas circunstâncias a defender uma causa anticolonialista.

União Soviética deveria tomar e transformando o caso num conflito Leste-Oeste.

Até aí, nada de novo: o acordo entre Reagan e Galtieri fazia parte de um acordo maior que beneficiaria ambos. À Argentina, porque recuperaria as Malvinas, e aos norte-americanos porque, gerando um clima de guerra fria, seriam criadas as condições para justificar a instalação de uma base de detecção de mísseis nas ilhas Geórgias do Sul, cedidas por Galtieri para «neutralizar» o seu «pecado» de ter contado com a ajuda dos soviéticos no Conselho de Segurança. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Lord Carrington, cujo objectivo seria de resolver o problema das ilhas por meio de uma operação financeira, também teria conhecimento da negociação entre Reagan e Galtieri.

Embora esta versão esteja sujeita a muitas dúvidas e contradições, o certo é que ela se encaixa numa série de manobras políticas anteriores à crise. Mas todo o projecto fracassou no momento em que os soviéticos, perceberam a armadilha, se abstiveram na votação da resolução 502 do Conselho de Segurança, que exigia a retirada das tropas argentinas. Há indícios bastante concretos de que Galtieri teria decidido atacar as Malvinas antes do dia 3 de Janeiro, data em que se comemoraria o 150.º aniversário da ocupação inglesa das ilhas. A Junta Militar decidira também que nada deveria ser tentado antes das eleições em El Salvador. Mas o que precipitou os acontecimentos foi o temor de um golpe de Estado contra Galtieri. A invasão de 2 de Abril surpreendeu os ingleses, especialmente Lord Carrington que acreditava plamente na possibilidade da solução do problema ser alcançada por via bancária.

Um grupo económico argentino, chefiado por Héctor Capozzolo, fez no começo deste ano uma segunda tentativa para comprar a *Falkland Islands Company*, por 20 milhões de dólares, quase o dobro do que a companhia vale. O grupo britânico *Coalite*, que detém o controlo accionário da *Falkland Islands Co.*, já teria concordado com a negociação, quando foi surpreendido pela invasão. Por ter jogado todas as suas cartas na possibilidade de uma solução financeira do problema das Malvinas, com a cedência pelos argentinos aos ingleses dos direitos de exploração do petróleo das ilhas, Lord Carrington foi obrigado a renunciar. E, com isso, a crise passou a ter, nos seus primeiros 30 dias, um aspecto altamente emocional, particularmente por parte dos ingleses.

Apoio popular condicionado

Não há a menor dúvida de que apesar da sanguinária repressão na Argentina posta em prática pelos governos militares posteriores a 1976, a população apoiou em massa a recuperação das Malvinas. A concentração da Praça de Mayo, no sábado de Aleluia, comprovou esse apoio, mas teve também um papel fundamental numa aliança política inédita nos últimos anos no país. O general Galtieri no seu discurso das



O leão imperial fica raivoso «quando lhe pisam a cauda». Tropas britânicas em exercícios a bordo do porta-aviões «Hermes» antes da invasão

varandas da Casa Rosada, assumiu um compromisso público com os manifestantes. Mas estes não fizeram nenhum pacto com as autoridades. Isso ficou claro em vários slogans e faixas que pediam «Malvinas sí, pero también democracia».

Galtieri foi buscar ao povo um apoio essencial para a sobrevivência do seu empreendimento militar. Mas a grande maioria das forças políticas, tanto partidárias como sindicais, em nenhum momento desvinculou a questão das ilhas do problema das liberdades políticas e da mudança do programa económico monetarista, que vigorou desde 1976 é o responsável pela pior crise da história da Argentina.

Dirigentes políticos da oposição ilegal, vários dos quais estiveram detidos durante bastante tempo, viajaram para Porto Argentino, capital das ilhas Malvinas para assistir à posse do novo governador argentino do arquipélago, o general Menéndez, tristemente conhecido pela repressão aos movimentos guerrilheiros em Córdoba. Junto com esses opositores, viajou o general Jorge Videla, ex-presidente e responsável pelo golpe que afastou os civis do poder em 1976. Foi o primeiro reconhecimento pelos militares da existência de um sector político e dos sindicatos peronistas, que continuaram a existir apesar de uma dramática clandestinidade de seis anos.

A Multipartidária em cena

O maior núcleo político está organizado em torno da chamada Multipartidária, formada por cinco partidos ilegais, entre eles os dois maiores da Argentina, o Justicialista e a União Cívica Radical. Mas o governo estendeu também os seus contactos a grupos mais à esquerda como a Frente de Esquerda Popular, do escritor Jorge Abelardo Ramos, um crítico intransigente do regime militar e da sua política económica.

A Multipartidária ganhou um grande destaque político durante a crise. Os seus dirigentes passaram a ter acesso à televisão, onde o controlo do governo é total. Além disso, os jornais começaram a dar uma razoável cobertura às actividades dos partidos, inclusive os que não fazem parte da Multipartidária. Os únicos que continuam totalmente expurgados da imprensa são os *montoneros*, que, não obstante, conseguiram interromper no auge da crise as transmissões da TV estatal em Mar del Plata, para divulgar um manifesto político apoiando a tomada das Malvinas, mas fazendo severas críticas ao governo.

A estratégia geral dos cinco partidos da Multipartidária é dar apoio a Galtieri, sem no entanto assumir qualquer compromisso fora da questão das Malvinas. A União Cívica Radical e os justicialistas, conforme conversas informais com jornalistas, deixaram claro que manterão uma distância prudente em relação ao governo, esperando que ele se desgaste durante o conflito militar, e acabe por ser obrigado a fazer concessões maiores do que as actuais.

De momento, os dois partidos estão mais preocupados com a questão da amnistia. Em ambos existem sectores que querem intensificar a campanha a favor do «esquecimento» das arbitrariedades cometidas pelos militares, enquanto outros grupos, que não controlam os comités executivos nacionais, consideram que o governo deve prestar contas publicamente das violências cometidas desde 1976. A principal delas é a questão dos desaparecidos, cerca de vinte mil argentinos vítimas dos grupos paramilitares da repressão.

A grande preocupação dos partidos argentinos é, nesta altura, ocupar o espaço político aberto pela crise. O governo, pela sua natureza ditatorial e arbitrária, tem-se mostrado tímido na mobilização popular. Tem preferido travar a campanha nos gabinetes e através da propaganda na imprensa escrita e na televisão. Mas não tem força para impedir que os políticos avancem. Mas o custo da guerra, tanto em vidas como em recursos económicos, obrigou o general Galtieri a fazer concessões que antes da crise eram impensáveis para os militares. Isso ficou claro no dia seguinte à invasão britânica das ilhas Geórgias, quando os principais sindicatos argentinos encheram a Praça de Mayo, numa manifestação que não foi autorizada nem reprimida pelo governo. Nessa manifestação, reapareceram os bombos peronistas e slogans como «*Peron, Peron, mi corazón*», que antes eram sufocados com granadas de gás lacrimogénio e bastonadas. No meio

da concentração, apareceram até cartazes dos *montoneros* e da radicalizada juventude peronista.

O Movimento de Integração Democrática (MID), do ex-presidente Arturo Frondizi, antecipou-se aos seus colegas da Multipartidária, divulgando um documento sobre a situação actual, dando especial ênfase à questão económica. No terreno das reivindicações políticas, o MID ficou mais ou menos ao nível da superficialidade, sem avançar muito. Na economia, o partido desenvolvimentista da Argentina fez severas críticas ao moribundo projecto monetarista posto em prática por Martínez de Hoz em 1976 e mantido sem alterações até à crise das Malvinas.

Dentro da Multipartidária, existem também vacilações quanto à exigência de realização de eleições gerais em 1983. Alguns sectores consideram que colocar a reivindicação no auge da crise equivaleria a uma espécie de chantagem. Outros sectores acham, no entanto, que o governo não está em condições de abrir uma nova frente de luta e que agora seria o momento ideal para articular maiores concessões. Mas não há a menor dúvida de que, logo que terminar o conflito com a Grã-Bretanha, a questão eleitoral assumirá uma enorme importância. Do que os partidos ainda têm dúvida é a forma como seria feita essa nova transição de um período ditatorial para outro de experiência democrático-representativa.

Um novo período Lanusse?

Para esse período de transição, existem duas tendências: uma acredita, de certa maneira, na repetição do fenômeno Lanusse, quando os militares se autoconsciencializaram do seu profundo desgaste interno e da sua enorme impopularidade, decidindo devolver o poder aos civis, isto é, aos peronistas, como aconteceu em 1974; a outra corrente acredita que já não existem condições para um retrocesso na história, acreditando num possível entendimento entre civis e militares. Os justicialistas parecem ser os maiores interessados na primeira hipótese, enquanto a segunda tem numerosos adeptos dentro do MID. O certo é que os partidos argentinos estão a dar uma grande importância às modificações na área militar. Em primeiro lugar, pelo destaque conquistado pelos chamados oficiais *combatientes*, ou seja o sector que se envolveu directamente nas operações militares das Malvinas, ou os que, estando na segunda linha do poder, tendem a recolher os dividendos do desgaste dos que ocupavam os principais postos do governo.

O outro factor militar é a tendência, detectada dentro dos sectores mais nacionalistas, de procurar um entendimento directo com os sindicatos, tentando uma reprodução modernizada do corporativismo. Os militares mais nacionalistas no sentido pequeno-burguês, acham que os partidos, e principalmente os seus líde-



As manifestações de apoio ao governo argentino pela soberania das ilhas não escondem a vontade popular no regresso aos caminhos democráticos

res, estão velhos e incapazes de oferecer algo novo ao país. Sabem, por outro lado, que não é mais possível reproduzir regimes militares olímpicamente distantes dos sectores civis, porque isso conduz quase sempre ao desgaste, fenômeno que até hoje funciona como um fantasma assustador para os militares.

Haveria, nessa última hipótese, um ressurgimento dos sectores mais retrógrados que predominaram no governo durante a época do ditador Juan Carlos Onganía, ao qual é muito ligado o ministro Nicanor Costa Méndez. É o nacionalismo inspirado no fascismo, ultraconservador e ferrenhamente católico.

Desde o dia 2 de Abril, que os meios políticos argentinos passaram a viver um período extremamente tumultuoso. Todos os políticos que ouvimos se mostraram muito preocupados e cautelosos no sentido de analisar os efeitos da crise. Mas, mesmo no meio das dúvidas, a grande maioria garantia que, qualquer que fosse o desfecho da guerra, a política argentina não seria a mesma quando os combates tivessem cessado.

Economia de guerra

O projecto monetarista do ministro Roberto Teodoro Alemann, ao que tudo indica, será a grande vítima da guerra. O sistema de liberdade total foi drasticamente afectado pela necessidade de apertar os controlos sobre o empresariado visando as exigências da guerra. Surgiu aí a polémica entre os economistas que defendiam a implantação da chamada economia de guerra e os ferrenhos defensores do liberalismo, que não podendo defender impunemente o purismo monetarista procuravam disfarçar semanticamente as medidas restritivas. Foi o caso do ex-ministro Álvaro Alzurragay, que publicou um artigo no jornal *La Razón* onde, em síntese, afirmava que se «poderia ajustar a



economia a um período de crise, sem que fosse decretada a economia de guerra». O ex-ministro afirma que os adeptos das medidas de emergência são os defensores do «dirigismo económico».

A Argentina vive hoje a sua pior crise económica desde 1930. A dívida externa do país passou de nove biliões de dólares em Março de 76 para 32 biliões em Maio de 82. A inflação continua acima dos 130% ao ano, o desemprego não pára de crescer e a recessão começa a atingir todos os sectores da economia. Nesta difícil situação, o país gastou, desde 2 de Abril, vários milhões de dólares só com a guerra contra o Reino Unido. As reservas do país hoje apenas são suficientes para cobrir alguns meses de importações. As reservas monetárias disponíveis de imediato apresentam uma queda ainda maior. Segundo fontes do Ministério da



A Argentina vive hoje a sua pior crise económica desde 1930. A dívida externa do país aumenta cada vez mais, a inflação e o desemprego atingem níveis alarmantes e a recessão estende-se a quase todos os sectores

Economia, a Argentina tem hoje em dinheiro só 600 milhões de dólares no Banco Central, o que permite apenas cobrir três semanas de importações.

Nestas condições, o crédito internacional passou a ser muito importante para o país. Até ao fim do ano, o governo argentino tem de pagar 7200 milhões de dólares de dívidas a curto prazo. Numa situação de guerra, esse dinheiro terá que ser fornecido por bancos estrangeiros, elevando ainda mais a dívida. Simultaneamente, os exportadores argentinos estão a bloquear as vendas ao exterior esperando que as inevitáveis desvalorizações do dólar lhes tragam maiores lucros. Mas isso vai contra os interesses do governo que precisa manter alto o nível das vendas externas para obter empréstimos estrangeiros.

Vínculos novos com o bloco socialista

O bloqueio económico determinado pela Comunidade Económica Europeia (CEE) não chegou a ser catastrófico durante o período de guerra. A Argentina tem um saldo favorável no comércio com a Europa Ocidental, e além disso cria vínculos cada vez maiores com o bloco socialista, que hoje já fornece cerca de 40% das divisas externas da Argentina.

A situação depois do dia 2 de Abril criou, para os responsáveis pela economia argentina, uma difícil opção política. A implantação da economia de guerra impôs sacrifícios que deverão ser pagos também pelos empresários, banqueiros e latifundiários. E a isto eles estão resistindo, apesar de se apresentarem «da boca para fora» como defensores intransigentes dos brios patrióticos. Mas, as medidas postas em prática pelo ministro Alemann, no começo de Maio, demonstravam claramente que o remédio para as dificuldades económicas continuava a ser classicamente monetarista e inflacionário. A desvalorização do dólar bene-

ficiou os exportadores tradicionais e fez cair sobre os assalariados o peso da nova corrida inflacionária.

Durante a crise, os sectores que mais ameaçaram o precário equilíbrio das finanças oficiais foram justamente os que pagaram menos pela crise. A corrida aos bancos para retirada maciça de depósitos foi feita pela burguesia que resolveu converter em dólares toda a sua poupança. Nos bairros pobres de Buenos Aires não houve saque em massa dos depósitos bancários. Na chamada «cintura industrial» — que hoje é mais propriamente uma cintura de miséria — também não chegou a ocorrer a corrida aos supermercados, como aconteceu nos bairros aristocráticos de San Isidro e Palermo. Por absoluta falta de economias, o trabalhador argentino comportou-se como o mais desinteressado dos patriotas, enquanto os ricos procuravam especular com a crise.

Mas o preço da guerra deve recair sobre os trabalhadores, porque são eles que vão sofrer as consequências da inflação, que, se nada for feito em termos mais drásticos, deve ultrapassar os 160%. Este é um problema crucial para a oposição política. Quase todos os membros da Multipartidária denunciaram que enquanto o país vivia as agruras de uma guerra de afirmação nacional, os círculos económicos argentinos, silenciosamente e acobertados pela proteção oficial, travavam uma guerra diferente. A guerra contra a mudança da política económica. No auge da crise, a oposição política não teve muitas condições para ampliar as suas denúncias, temendo ser apresentada como divisionista num momento difícil. Mas não há a menor sombra de dúvida de que, passada a guerra, a questão económica será o ponto principal dos conflitos entre a oligarquia financeira e a grande massa do povo argentino. E o governo militar não poderá reutilizar impunemente a repressão porque teve o apoio do povo na hora em que foi preciso fazer sacrifícios pela causa das Malvinas.

GUERRA LIMPA E GUERRA SUJA

□ Num sugestivo artigo sobre «A outra guerra do general Menéndez», a revista sensacionalista *Gente*, de Buenos Aires, publicou uma fotografia do primeiro governador argentino das Malvinas, neste século e meio, quando ele era coronel e «se movia com segurança» numa «guerra cruel, dura e sem leis» contra a guerrilha na província de Tucumán. *Gente* descreve o adversário de 1975 como «um inimigo capaz de usar qualquer recurso, qualquer tramoia», e assinalava que Menéndez enfrentava uma «guerra mais convencional».

É possível que o redactor estivesse a sofrer da «angloomania da velha sociedade victoriana» que, segundo o historiador argentino Jorge Abelardo Ramos, «sobrevive no meio de uma guerra contra o imperialismo britânico», já que trata, obviamente, com mais cortesia o actual inimigo da Argentina que os revolucionários argentinos eliminados ontem. Em todo caso, não resta a menor dúvida de que a recente guerra pouco teve a ver com a «guerra suja» anti-subversiva, na qual uma percentagem mínima dos trinta mil «desaparecidos», assassinados e torturados chegou realmente a empunhar armas.

Em vez de se tornar uma experiência para o recente conflito com uma potência colonial, a «guerra suja» de triste memória e cicatrizes que ainda afloram é um pesado fardo para as forças armadas argentinas. O povo, reunido na *Plaza de Mayo* para demonstrar a unidade nacional e a de-



Alfredo Astiz

terminação de resistir à frota restauradora e ao bloqueio económico ocidental, provoca solidariedade em todas as latitudes do planeta que vivem sob ameaças semelhantes ou sofreram a afronta colonial. Mas torna-se difícil para a opinião pública simpatizar, por exemplo, com o capitão da marinha Alfredo Astiz que comandava as tropas argentinas derrotadas a 26 de Abril pelos britânicos nas ilhas Geórgias do Sul.

Conhecido como o «anjo louro» Astiz era tenente durante a «guerra suja» e, em 1976, ocupou o cargo de administrador da Escola de Mecânica da Marinha, um dos pelo menos 15 campos secretos de concentração e extermínio. Ali, segundo o jornal espanhol *Cambio 16*, «foi inaugurado o serrote utilizado para amputar e aniquilar os presos políticos argentinos, tarefa na qual Astiz se aperfeiçoou rapidamente».

De acordo com a Amnistia Internacional, de 4700 homens, mulheres e crianças que passaram pela Escola, só sobreviveram 100. Em 1977, o «louro Astiz» participou do sequestro e posterior assassinato da cidadã sueca Dagmar Hagelin, segundo denúncias de um jornalista sueco que obteve os números dos telefones secretos do campo e falou pessoalmente com ele. A revista norte-americana *Covert Action* acusou-o também (antes da invasão das Malvinas) de se infiltrar em centros religiosos fazendo-se passar por parente de um cidadão desaparecido e comandar depois pessoalmente o sequestro, tortura e assassinato de militantes defensores dos direitos humanos que conseguiu identificar.

A 20 de Junho de 1979, o capitão Astiz foi nomeado adido naval em Pretória, África do Sul, na altura em que crescia a campanha a favor da criação de um Pacto do Atlântico Sul entre o regime do *apartheid* e as ditaduras do Cone Sul. Astiz foi identificado como torturador por jornalistas liberais sul-africanos do *Sunday Tribune* e, em Dezembro de 1981, teve de abandonar o cargo, tomando rumo desconhecido. Supõe-se que estivesse a colaborar na preparação das forças repressivas em El Salvador.

Astiz reaparece finalmente na imprensa como comandante dos 140 efectivos argentinos nas Geórgias do Sul, todos eles treinados na luta anti-subversão, segundo informações oficiais da Junta. «Enquanto alguns se dirigiram para as montanhas oferecendo resistência – comenta o *Diario 16* – Astiz não foi capaz de travar com os ingleses a mesma guerra – desigual, sem moral e sem respeito pelas regras do jogo – que travou com os argentinos e, mais grave ainda, com as suas mães».

QUATRO NOVAS SÉRIES

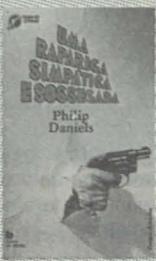
NOS



*Livros de bolso
Europa-América*

JÁ AS
CONHECE?

Clube do
CRIME



FICÇÃO CIENTÍFICA



CLASSICOS Walt Disney com as ilustrações do filme



T romances Turquesa.



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
APARTADO 8 — 2726 MEM MARTINS CODEX

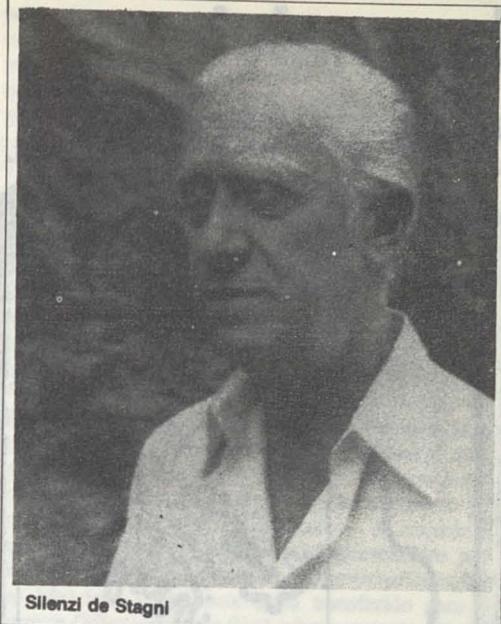
Petróleo: chave para o quebra-cabeças

Um pedaço de terreno rochoso ou um segundo Kuwait? As Malvinas, com grandes jazidas petrolíferas, poderiam transformar a Argentina no segundo exportador sul-americano de «crudê». É essa a opinião de Silenzi de Stagni, especialista argentino no assunto

Beatriz Bissio

PARA algumas pessoas, é impossível entender a guerra entre a Grã-Bretanha e a Argentina — e ainda mais, as proporções que o conflito alcançou — pois os arquipélagos teria, afinal, uma importância estratégica duvidosa para fins militares. Outros especulam que o interesse estaria na projecção sobre a Antártida que o domínio das ilhas concede à nação que detenha a sua soberania. Houve inclusive quem entendesse esta luta como a expressão da decadência de um antigo império e a prepotência de umas forças armadas que acreditam poder resolver todos os problemas com o uso da força. Mas, em geral, houve um aspecto que foi relegado, esquecido ou desprezado na hora das análises sobre o porqué do empenho das duas nações no controlo das Malvinas. No entanto, esse «detalhe» é da maior importância. Trata-se do petróleo; a riqueza petrolífera da região austral e das Malvinas, «vinte vezes maior que a localizada em terra firme», segundo as palavras de Adolfo Silenzi de Stagni, estudioso do assunto e autor do livro «As Malvinas e o petróleo», um best-seller na Argentina desde o início de 1982.

O general Jorge Leal, que em 1965, dirigiu a primeira expedição argentina ao Pólo Sul, afirmou em declarações publicadas pelo *Clarín* de Buenos Aires em Março passado: «Essas ilhas são saliências de toda uma imensa plataforma submarina onde se sabe existir petróleo». O assunto também era analisado em círculos e publicações inglesas, só que antes da crise; depois, o véu do silêncio. O que se segue foi escrito a 18 de



Silenzi de Stagni

Fevereiro passado, por Hugh O'Shaughnessy, um dos jornalistas britânicos que mais conhece a realidade latino-americana, no *The Observer*, de Londres: «A Argentina prepara-se para tomar pela força as ilhas Falkland. Sob a actual violência dos argentinos, esconde-se muito orgulho ferido e enorme desejo de garantir a sua possessão, que é potencialmente rica em petróleo, gás natural e minerais sob o solo do Atlântico Sul e da Antártida».

Comentando o que poderia ser o projecto dos militares, o dr. Conrado Storani, funcionário do Governo de Arturo Illia, denunciou que por detrás da desnacionalização da empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)* está a filosofia da «actual direcção económica que supõe que com a venda do subsolo poderá pagar a dívida externa». E acrescentou: «Eles não tremem ao leiloarem cerca de três milhões de quilómetros quadrados, ou seja, a superfície do território nacional. A isso devemos somar outro tanto, que corresponde à plataforma marítima nacional (inclusive as Malvinas). Aqueles que favorecem esse plano deverão enfrentar no futuro um governo constitucional que fará um julgamento político e anulará esse roubo do património nacional». Estes reduzidos antecedentes são suficientes para mostrar a importância do assunto do petróleo na crise do Atlântico Sul. Essa é justamente a óptica do livro do dr. Adolfo Silenzi de Stagni que nos autorizou a reproduzir as partes do texto que achamos conveniente.

las malvinas y el petróleo

vol. 1



Um «best-seller» inesperado...

A nossa entrevista foi realizada poucos dias depois do desembarque argentino nas Malvinas e antes do início das acções bélicas e das suas consequências no plano político interno e internacional. No entanto, algumas das apreciações de Silenzi sobre a situação já eram muito claras:

«Apesar do apoio dado à Junta no primeiro momento — dizia-nos ele — eu, pessoalmente, estou certo de que o povo argentino, com a sua elevada consciência política, não hesitará em vir novamente para as ruas, mas para reivindicar liberdades, e direitos civis, no dia em que a crise tiver sido superada. Os argentinos sabem diferenciar os problemas. Estão com a Junta Militar no caso da ocupação das Malvinas, um facto de unidade nacional. Mas não aceitam nem a sua política económica nem o cerceamento dos direitos humanos, e desejam ver o país retomar os caminhos democráticos. Ninguém se vai confundir», acrescentava. «Estou ameaçado de morte por eles e, hoje, eu aplaudo-os. Mas não tenho dúvidas de que, amanhã, estaremos novamente a enfrentar-nos».

QUANDO Adolfo Silenzi de Stagni tomava o avião em Buenos Aires em direcção ao Rio de Janeiro, não podia suspeitar que voltaria rapidamente ao seu país em consequência da efémera recuperação militar das ilhas Malvinas, que ele havia exigido no prólogo do seu bem-sucedido livro «As Malvinas e o petróleo» livro que lhe custara um breve exílio.

Todo o livro — fruto de dez anos de pacientes pesquisas — é um libelo contra a presença britânica no arquipélago e uma documentada análise da política petrolífera dos diferentes governos argentinos desde a década de 60 até hoje.

Na Argentina de Galtieri publicar críticas à política entreguista do governo pode custar a vida. A ousadia de Silenzi teve rapidamente resposta: chamadas telefónicas anónimas com ameaças ao autor — ostensivamente seguido na rua — e à sua família, bombas nos locais onde devia dar conferências, enfim, todos os elementos de uma guerra psicológica que acabaram por obrigar Silenzi a abandonar temporariamente o país.

O jornal *La Nación* de Buenos Aires comentou em 12 de Março de 1982: «O especialista em política petrolífera, doutor Adolfo Silenzi de Stagni, abandonou o seu domicílio para refugiar-se num hotel, como consequência de reiteradas ameaças contra a sua vida. Silenzi de Stagni, um advogado de reconhecida actuação política no nacionalismo histórico, formulou ultimamente várias denúncias contra a política petrolífera do actual Governo, sendo a última delas, a conferência que pronunciou há pouco numa entidade sindical. O seu último livro, 'Malvinas e o petróleo' provocou críticas em determinados sectores ao vincular o tema com as negociações que actualmente a Argentina efectua com a Grã-Bretanha».

Depois de uma bomba ter impedido a sua conferência sobre a possível desnacionalização da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)*, Silenzi havia divulgado um documento no qual afirma: «Durante estes últimos anos de regime militar não houve um só dia de greve, o país não sofreu nenhum cataclismo e, no entanto, a economia nacional e as regionais ficaram totalmente destruídas porque ser produtor é um mau exemplo. Os únicos que tiveram direito, não só de sobreviver como de enriquecer, foram os intermediários, os correctores, os que emprestam dinheiro, os cambistas, os financeiros, os homens ligados à área do petróleo e todo o tipo de traficante parasita e especulador». E acrescentava: «Agora, está em marcha a segunda etapa para desnacionalizar a economia e o objectivo é a liquidação de todas as empresas estatais de energia, com a entrega às transnacionais das reservas descobertas pela YPF, que excedem um bilião de metros cúbicos em petróleo e gás natural, com um valor comercial de 200 dólares o metro cúbico, ou seja, 200 biliões de dólares».

A obsessão do regresso

Quando encontrámos Adolfo Silenzi no Rio de



De Stagni.

«Só seria possível uma solução pela via diplomática se estivéssemos dispostos a trocar uma limitada soberania sobre o arquipélago pela co-participação na exploração do petróleo na bacia das Malvinas».

Janeiro, começavam a chegar as versões da ocupação militar das Malvinas por tropas argentinas. Conhecendo como poucos o problema das ilhas e também a filosofia que o governo do seu país defende — a qual combateu com tantos argumentos de peso nos seus livros — Silenzi achava necessária a sua presença na Argentina nesses momentos críticos.

Em sua opinião, a tomada das Malvinas correspondeu a uma sentida aspiração popular (Silenzi apoiou a acção militar e inclusive instou a que se tomasse esse tipo de medida). Porém, por isso mesmo, se a operação estivesse inspirada em objectivos de curto alcance, procurando um efeito político interno, o episódio poderia terminar com a entrega do petróleo das Malvinas às transnacionais ou ao usufruto britânico, em troca de uma soberania sobre as ilhas que — desprovidas da sua riqueza em hidrocarbonetos — perderiam a maior parte do seu valor estratégico.

«Os militares querem reivindicá-las, porém uma vez satisfeita o orgulho nacional, vão entregar o petróleo», dizia-nos. «E quero dizer-lhe para que se publique e se dissipem as eventuais dúvidas, que a Argentina pode explorar o petróleo por si mesma. Hoje em dia quem não tem tecnologia, compra-a. E acrescentou: «Este governo está reeditando, e de forma mais acen-tuada, a política económica de Videla. Desnacionaliza todas as actividades produtivas e não os serviços públicos. E pretende desnacionalizar o petróleo, que é o negócio de maior rentabilidade do mundo.»

Silenzi regressou apesar das ameaças, e tal como previa a sua presença em Buenos Aires foi fecunda, desempenhando uma intensa actividade desde então, em diferentes níveis. A escalada bélica que levou à guerra no Atlântico Sul deu uma nova e relevante força às afirmações premonitórias do seu livro.

As revelações de Silenzi

Como uma nota prévia das conclusões da sua

pesquisa, o autor afirma no prólogo do livro, concluído em Buenos Aires a 3 de Dezembro de 1981: «Só seria possível uma solução pela via diplomática se estivéssemos dispostos a aceitar a troca, a restituição nominal da soberania sobre o arquipélago contra a participação na exploração do petróleo na bacia do golfo de San Jorge, Marinha Austral e das Malvinas. Situação esta que, no melhor dos casos, deixaria a Argentina com as mesmas limitações de soberania que tem a Arábia Saudita».

Numa resenha dos principais antecedentes que se conhecem do interesse britânico na riqueza petrolífera potencial das Malvinas, Silenzi recorda que «na sua edição de 29 de Novembro de 1969, o jornal *La Nación* publicou um telex da Associated Press, proveniente de Londres, que intitulou 'A exploração da plataforma continental das Malvinas'. Segundo esse telex, 'fontes autorizadas do governo britânico' afirmavam que estavam sendo estudados 'diversos pedidos para explorar a plataforma continental em torno do arquipélago' em busca de petróleo». Acrescenta o autor que os pedidos haviam sido apresentados por diversas companhias petrolíferas ao governador inglês das Malvinas e que este tinha transferido para o Foreign Office a decisão final sobre o assunto. Ainda segundo esse telex, «a Grã-Bretanha (apelando para o direito internacional) pode reclamar direitos sobre o petróleo e minerais da plataforma continental em frente às Malvinas, até uma profundidade de 200 metros. De facto, as águas em torno das ilhas são consideravelmente menos profundas» conclui o mencionado despacho telegráfico.

Silenzi não deixa o facto sem resposta, demonstrando a inexactidão da afirmação: «Uma potência ocupante de um território a ser descolonizado (as Malvinas entram nessa categoria segundo a resolução 2065 de 1965, aprovada pela Assembleia Geral da ONU), onde há controvérsia sobre a sua soberania e em relação à qual as Nações Unidas recomendaram meios concretos de solução, não pode alegar nenhum direito sobre qualquer tipo de jurisdição marítima, chame-se mar territorial, plataforma continental ou mar patrimonial».

Segundo os estudos de Silenzi, naquela época, a Grã-Bretanha havia feito um novo e documentado mapa geológico da região, que «já permitia adiantar que a bacia das Malvinas continha estratos de sedimentos de uma espessura duas a três vezes maior que a do mar do Norte». Uma das consequências desse estudo, segundo o autor, foi que «a partir de então se decidiu que todos os trabalhos de prospecção geofísica nas águas que circundam o arquipélago deviam ser realizadas de forma estritamente reservada, recebendo instruções directas do Foreign Office».

«Relatório Griffiths»

O primeiro documento dando conta da enorme potencialidade petrolífera das Malvinas data de 1975 e

foi realizado, a pedido do *Foreign Office*, por dois geólogos da Universidade de Birmingham: Donald H. Griffiths e P. F. Parker. Os resultados dos seus estudos — mantidos em segredo — foram reunidos num documento conhecido como «Relatório Griffiths». Na opinião de Silenzi, que teve acesso a um documento que ele considera só «uma parte» desse relatório, os resultados «foram suficientemente animadores para aconselhar o governo (britânico) a não economizar os fundos necessários para continuar imediatamente o trabalho de prospecção».

Assim as várias expedições que os ingleses patrocinaram de 1971 a 1974 às Malvinas são todas elas coincidentes nos seus resultados: a formação gelogica da bacia das ilhas é rica em jazidas de petróleo.

Como não podia deixar de ser, os norte-americanos também se interessaram pela potencialidade petrolífera da região. Uma empresa norte-americana, a *Geocom Inc.*, apresentou um relatório em 1971 que, como assinala Silenzi, «apesar de reconhecer a necessidade de realizar novos trabalhos de sísmica, o certo é que localizou várias estruturas, iniciando-se uma disputa entre várias companhias petrolíferas, logo que houve conhecimento das suas conclusões».

A política petrolífera dos sucessivos governos militares argentinos sempre foi condescendente com os interesses estrangeiros. Em 1971, foram publicados pelo *Buenos Aires Herald* e *El Cronista Comercial*, de Buenos Aires, e pelo semanário *Marcha*, de Montevidéu, documentos que certificavam a descoberta dessas imensas jazidas nas Malvinas e revelam as negociações das transnacionais *Shell* (anglo-holandesa) e *Esso* (norte-americana) com os governos dos generais Marcelo Levingston e Alejandro Martín Lanusse, para se apropriarem dos hidrocarbonetos.

O episódio levou à demissão do coronel Manuel Raimundes, administrador-geral da YPF, e do engenheiro Jorge Haiek, secretário de Energia, ambos defensores da política de passar o sector petrolífero para o controlo do Estado argentino. Porém as pressões das transnacionais foram mais fortes.

Silenzi inclui no seu livro uma análise pormenorizada do episódio e um documento redigido pelo comandante-em-chefe do exército dirigido ao chefe do Estado-Maior da arma, general Galán, um verdadeiro «advogado» como Silenzi o descreve, da *Shell*. No último ponto desse memorando, sugere que se comece a trabalhar (a *Shell*, naturalmente) quanto antes na plataforma submarina defronte das Malvinas, «como afirmação nacional» já que «o melhor argumento é utilizar o que é reivindicado».

Silenzi responde assim: «É surpreendente que se possa acreditar que a soberania nacional sobre as Malvinas seja reafirmada se entregarmos a uma companhia petrolífera inglesa — a *Shell*, a segunda maior transnacional do mundo — a concessão para explorar uma área na Bacia Marinha Austral por um prazo que ultrapassa meio século. Apesar de em 1971, esse

argumento não ter tido êxito, consegue, contudo, o seu objectivo oito anos depois, em 1979, durante o governo do general Videla, ao se conceder à *Shell* duas áreas na Bacia Marinha Austral, denominadas Rio Gallegos e Magallanes».

Silenzi salienta que o coronel Raimundes foi substituído pelo general Jorge Raul Calcagno, que «imediatamente após ter assumido o cargo de administrador-geral da YPF declarou que «não faria modificações substanciais na política aplicada pelo seu antecessor». Entre os assessores de Calcagno na YPF estava o coronel Fortunato Galtieri, hoje presidente da Argentina.

Também o FMI

O livro «As Malvinas e o petróleo» faz também uma resenha das pressões do Fundo Monetário International (FMI) contra a aplicação de uma nova lei de hidrocarbonetos que, aprovada em 1972, concedia, com carácter exclusivo, todas as actividades relacionadas com a exploração, transporte, refinação e comercialização dos hidrocarbonetos à *YPF* e à *Gas del Estado*. No capítulo «Um novo Kuwait», Silenzi cita a revista norte-americana *US & World Report*, que na edição de 3 de Dezembro de 1973 afirmava que «o petróleo que se encontraria na plataforma submarina do arquipélago das Malvinas», despertava o interesse dos Estados Unidos.

«As companhias petrolíferas norte-americanas estão voltadas para a Argentina, mas temem o nacionalismo do governo de Perón», afirmava a revista. Em relação à disputa com os ingleses, a publicação sustentava que «estava a ser resolvida» e que a Grã-Bretanha pediria a sua participação na eventual exploração do solo submarino, onde «se acredita que haja petróleo».

Silenzi também cita o jornal local *Falkland Islands*



Perón

«O governo argentino não reconhece nem reconhecerá o fundamento ou o exercício de nenhum direito relativo à exploração de minerais ou hidrocarbonetos nas Malvinas por parte de um governo estrangeiro»

Times, de Novembro/Dezembro de 1974, no qual se confirmava que o governo (inglês) havia recebido vários pedidos de concessão para perfurar poços de exploração de petróleo, porém no momento não se propunha conceder nenhuma delas.

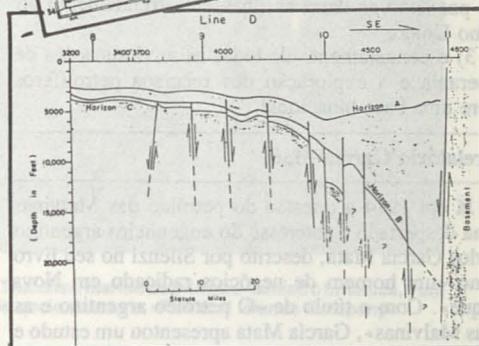
O jornal assinalava que o governo inglês das Malvinas estava a estudar propostas para criar em torno do arquipélago uma zona económica de 200 milhas.

«Essa pretensão do governo britânico — escreve Silenzi — de reivindicar uma zona de 200 milhas, como já afirmámos antes, carece de fundamentação jurídica. Existe consenso na maioria absoluta dos Estados que participam na Terceira Conferência sobre Direitos do Mar definido na cláusula (incluída como disposição transitória do texto do Tratado a ser firmado) estipulando que, quando existe controvérsia sobre a soberania de um território sob ocupação estrangeira, ou dominação colonial, em relação à qual as Nações Unidas recomendam meios concretos de solução — e este é o caso da Resolução 2065 sobre as Malvinas — os direitos sobre soberania e/ou jurisdição marítima não podem ser exercidos enquanto a questão não for resolvida».

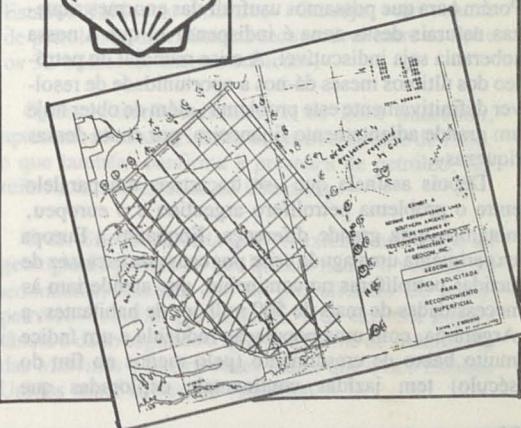
A reacção do governo Perón

Silenzi demonstra nos parágrafos seguintes como o governo Perón — o breve intervalo democrático que a Argentina viveu nas últimas décadas — reagiu com firmeza e indignação a todas essas pretensões britânicas e às contínuas pressões das transnacionais petrolíferas. Um documento oficial afirma entre outras coisas: «Levando em conta que as ilhas Malvinas são parte integrante do território nacional, o governo argentino manifesta que não reconhece nem reconhecerá nelas o exercício de nenhum direito relativo à exploração de minerais ou hidrocarbonetos por parte de um governo estrangeiro. Por conseguinte, também não reconhece nem reconhecerá e considerará irremedavelmente nulos qualquer actividade, medida ou acordo que a Grã-Bretanha possa realizar ou adoptar com referência a esta questão, que o governo argentino considera da maior gravidade e importância».

O dr. Silenzi também reproduz no seu livro um telex da agência *France Press* do dia 9 de Março de 1975, no qual já se admite a possibilidade de um choque armado entre a Argentina e a Inglaterra pela soberania das Malvinas. Diz o telex: «uma guerra entre a Argentina e a Grã-Bretanha por causa do petróleo das Malvinas pode provocar um confronto militar», acrescentando que «os receios de uma guerra petrolífera entre a Argentina e a Grã-Bretanha se multiplicaram devido às pressões de que o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico é objecto para conceder licenças de prospecção a empresas petrolíferas. Quase 50 companhias apresentaram pedidos para explorar as jazidas do Banco Burwood, situado ao sul das Malvinas, cuja riqueza petrolífera é maior



Os interesses das transnacionais Esso (norte-americana) e Shell (inglesa) na apropriação do petróleo das Ilhas foram um factor importante na política petrolífera dos governos militares argentinos



que a do mar do Norte, segundo peritos consultados pelo *Sunday Telegraph*.

As possíveis soluções

Reproduzimos aqui as propostas que o governo britânico estudava em 1975 e que seriam submetidas à consideração da Argentina, sobre o destino do disputado arquipélago. Escreve Silenzi: «O *Financial Times* assinala que o governo do Reino Unido está a oferecer soluções que harmonizariam as reivindicações da Argentina de soberania sobre as Malvinas com as reiteradas afirmações do governo do Reino Unido de que essa matéria seria submetida à aprovação dos habitantes do território». E reproduz as propostas britânicas:

- 1) o estabelecimento de um condomínio anglo-argentino sobre as Malvinas;
- 2) a transferência da soberania para a Argentina, que por sua vez daria as ilhas em arrendamento ao Reino Unido;
- 3) o congelamento de todas as reivindicações de soberania e a exploração dos recursos petrolíferos sobre uma base binacional.

O relatório García Mata

Já em 1974 a questão do petróleo das Malvinas tinha despertado o interesse do engenheiro argentino Carlos García Mata, descrito por Silenzi no seu livro como «um homem de negócios radicado em Nova Iorque». Com o título de «O petróleo argentino e as ilhas Malvinas», García Mata apresentou um estudo e uma proposta política à embaixada argentina em Washington, que foi encaminhado para Buenos Aires com carácter «confidencial e urgente».

Diz o engenheiro: «Do ponto de vista da economia argentina actual as ilhas Malvinas são de pouquíssima importância. Do ponto de vista da economia da Argentina do século XXI as ilhas Malvinas (com a plataforma continental que as circunda e as montanhas submarinas do «Plateau» das Malvinas que se estende até leste, serão um factor de capital importância. Porém para que possamos usufruir das enormes riquezas naturais dessa zona é indispensável que a nossa soberania seja indiscutível. A crise mundial do petróleo dos últimos meses dá-nos a oportunidade de resolver definitivamente este problema, além de obter hoje um grande adiantamento financeiro, por conta dessas riquezas».

Depois assinala que «se traçarmos um paralelo entre o problema petrolífero argentino e o europeu, notamos uma grande diferença. Enquanto a Europa experimenta uma aguda crise por causa da escassez de jazidas petrolíferas no continente, que atenderiam às necessidades de mais de 500 milhões de habitantes, a Argentina, com uma população reduzida e um índice muito baixo de crescimento (pelo menos no fim do século) tem jazidas continentais exploradas que

podem satisfazer as necessidades actuais e de um futuro próximo e jazidas potenciais, ainda inexploradas, e que se calcula sejam suficientes para uma população várias vezes maior do que a actual».

«Mas além disso — continua García Mata — a Argentina tem outra reserva ainda maior sob a plataforma continental que se estende em frente à Patagónia e continua em direcção ao leste das Malvinas. É uma das maiores plataformas continentais do mundo, muito maior do que a do Golfo do México nos Estados Unidos».

García Mata cita depois a opinião do geólogo Wallace E. Pratt, que prognosticou que as plataformas continentais «chegariam a ser o principal factor da produção de petróleo do futuro, pois o volume de rochas sedimentares apropriadas à produção petrolífera que estas plataformas possuem é o dobro do volume das rochas similares em todos os continentes».

Em seguida, o técnico afirma que mesmo de posse da soberania sobre as Malvinas, seria muito caro para a Argentina começar a explorar o petróleo do arquipélago, pois antes deveria ser utilizado o da parte continental. García Mata sugere, então, que «contra o reconhecimento total e completo da soberania argentina nas ilhas e na plataforma» o governo argentino poderia arrendar por 30 anos «a exploração de toda a plataforma continental situada abaixo do paralelo 42 (digamos, a partir de 50 km da costa) a um 'consórcio das ilhas Malvinas', criado e de propriedade da Comunidade Económica Europeia». Continuando com a proposta de García Mata, «esse consórcio visaria a obtenção imediata de créditos no mercado do eurodólar para fazer um adiantamento substancial de várias centenas de milhões ao governo argentino, que os transferiria imediatamente à YPF para um plano de



Reagan

Apesar de ter sido considerado por Reagan «um pedaço de terreno rochoso», o território das Malvinas guarda riquezas incalculáveis. A exploração do petróleo das ilhas já é economicamente viável



Um dado que ajuda a montar o «quebra-cabeças» da crise: mister Thatcher, marido da primeira-ministra britânica, é um especialista em assuntos petrolíferos e um dos principais accionistas da «Falkland Islands Company»

intensificação das explorações de petróleo e gás no continente».

Em argumentações posteriores, Garcia Mata defende a sua tese de arrendamento por 30 anos, assinalando que no fim do período, o problema energético será muito diferente do actual, pelos avanços conquistados através da utilização do urâno, e que, por essa razão, não seria tão importante preservar as jazidas das Malvinas para as futuras gerações de argentinos.

Também um chileno

Dátam de 1975 os estudos do geólogo chileno Bernardo Grossling, que também se ocupou do petróleo das Malvinas. No seu trabalho «As perspectivas petrolíferas da América Latina dentro da crise de energia», citado por Silenzi, esse cientista afirma que «a plataforma continental da Argentina pode ser comparada com a da bacia da costa do Golfo do México e com a plataforma continental dos Estados Unidos no Atlântico».

Grossling assinala que as reservas calculadas na plataforma continental atlântica dos Estados Unidos oscilam entre 10 e 50 biliões de barris (1,6 a 8 biliões

de metros cúbicos). Por dedução, afirma: «Se levarmos em conta que a plataforma continental da Argentina é quatro vezes mais extensa que a dos Estados Unidos, que a espessura dos sedimentos é maior, e que, das bacias argentinas, duas já se encontram em produção em terra firme, seria acertado calcular que a reserva de petróleo da plataforma continental da Argentina é, pelo menos, quatro vezes maior que a dos Estados Unidos no Atlântico». Ou seja, «um volume de petróleo potencialmente recuperável entre os 6,4 e os 32 biliões de metros cúbicos».

Outro relatório britânico, o de Lord Shackleton, apresentado às autoridades inglesas em Julho de 1966, e que também confirma a presença de petróleo, faz referência aos estudos de Grossling.

O dr. Silenzi recorda que «o axioma no campo da geologia do petróleo é que quanto maior o volume de sedimentos, maiores são as probabilidades de achar petróleo». Assim, para Silenzi, é de extrema importância o dado segundo o qual, o volume de sedimentos das Malvinas é quatro vezes maior que o dos Estados Unidos sobre o Oceano Atlântico.

futuro próximo e fazendas potenciais, ainda inexploradas, e que se poderia estar associadas ao território. Várias vezes nesse mesmo dia fui a reuniões com o Dr. Silenzi.



Tanques argentinos em Port Stanley. Buenos Aires ainda acreditava na recuperação do arquipélago

Num artigo de 3 de Junho de 1981, o *Wall Street Journal* refere-se também à potencialidade petrolífera argentina. O autor é o jornalista Bill Paul, especialista no assunto. Afirma ele: «Geólogos que têm estudado o país afirmam que a Argentina poderá exportar até 300 mil barris por dia nos próximos anos. Ocuparia assim o segundo lugar, depois da Venezuela, entre os exportadores sul-americanos e ficaria na frente de alguns membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo, OPEP».

Interesses pessoais e transnacionais

As informações citadas por Silenzi são contundentes e falam por si mesmas. Este território, que fora chamado pelo presidente Reagan «um pedaço de terreno rochoso» encerra riquezas incalculáveis e a alta do preço internacional do petróleo já torna a sua exploração economicamente viável. Apesar dos meios

de comunicação transnacionais terem omitido qualquer referência directa ao pano de fundo da crise, é evidente que nos gabinetes da senhora Margaret Thatcher e do general Alexander Haig não se ignora a documentação que o dr. Silenzi revela no seu livro. Pelo contrário, eles devem dispor de relatórios ainda mais amplos e actualizados e que nunca foram levados ao conhecimento do público.

Rádios uruguaias que comentavam a crise nas Malvinas divulgaram um dado interessante, que ajuda a montar o quebra-cabeças da crise: o sr. Thatcher, marido da primeira-ministra britânica, é um especialista em assuntos petrolíferos e um dos principais accionistas da Companhia das Ilhas Falkland. Quando Margaret Thatcher enviou a frota em direcção ao Atlântico Sul não estava apenas a defender o orgulho nacional perante a ofensa de um governo que somente agora ela reconhece como autoritário. Defendia também interesses de família. □

GOVERNOS MANIFESTAM-SE OFICIALMENTE A FAVOR DA UNIÃO LATINO-AMERICANA

Da Nicarágua: «Se as iniciativas de paz forem condenadas ao fracasso definitivo, reiteramos a nossa solidariedade activa para com a República Argentina irmã em todas as medidas por ela tomadas.» O ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel D'Escoto, na OEA, 28/4/82.

Da China: «Várias sessões do Movimento dos países Não-Alinhados incontraram a quem pertence a soberania sobre as ilhas Malvinas. O governo chinês espera que ambas as partes exerçam a sua moderação e solucionem a disputa razoável e pacificamente.» (declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pequim, 26/4/82).

O Uruguai «condena a acção armada da Grã-Bretanha no Atlântico Sul e considera que a posição assumida pelos Estados Unidos no conflito anglo-argentino fere a unidade latino-americana». (Comunicado do governo uruguaio, Montevidéu, 2/5/82).

Dos revolucionários salvadorenhos: «A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) considera que, independentemente das motivações iniciais que levaram o governo do general Leopoldo Galtieri ao envio de tropas visando a reconquista das ilhas, esta é uma acção legítima, soberana e patriótica que merece o apoio maciço deste povo irmão». A FMLN assinala, além disso, que se o governo argentino deseja ser «coerente com os princípios que invoca para reintegrar as Malvinas na soberania do seu país, deve ordenar a retirada imediata dos conselheiros militares (em El Salvador) e a suspensão de todo o tipo de cooperação militar com o genocida regime salvadorenho.» (Declaração divulgada em San José da Costa Rica, 22/4/1982).

Da Guatemala: «A Argentina deve ser apoiada militar e politicamente, mas o envio de tropas seria uma medida extrema», disse o coronel Francisco Gordillo, membro da junta militar, já que «estamos bastante preocupados em resolver os nossos próprios problemas», isto é, o combate às forças guerrilheiras. (Declarações recolhidas pela IPS na cidade da Guatemala, 23/4/82).

Do Panamá: «As ilhas Malvinas são parte integrante da nação irmã do Sul, por direito, pela sua história e a sua geografia». (Aristides Royo, presidente do Panamá, em carta ao presidente Galtieri datada de 3/4/82).

De Cuba: «Uma guerra colonial está prestes a atingir a sua etapa mais cruenta e criminosa. Uma

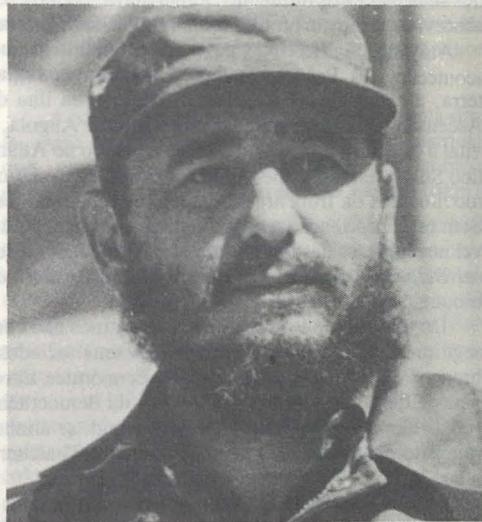
guerra que as potências coloniais, pelo seu carácter e evolução, tratam de transformar em lição para todos os países do Terceiro Mundo que – não importa qual seja o seu regime político e social – defendem a sua soberania e integridade territorial.» (Fidel Castro, presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, em carta aos restantes chefes de Estado da organização, datada de Havana, em 10/5/82).

O México «condena qualquer forma de colonialismo» e «tem apoiado invariavelmente a soberania argentina sobre esses territórios», mas «rejeita o uso da força, tanto por parte da Argentina como da Grã-Bretanha». (Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 12/5/82).

A Venezuela «continua firme na sua solidariedade para com a Argentina». (Presidente Luís Veríssimo Campins, 25/4/82).

A União Soviética lembrou que a Grã-Bretanha «recusou-se obstinadamente a respeitar as resoluções das Nações Unidas sobre a descolonização das ilhas Malvinas e dificultou as negociações com a Argentina», em comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros emitido em 7/4/82 para explicar a sua abstenção na votação do Conselho de Segurança.

O Chile «lamenta profundamente que a disputa entre a Argentina e a Grã-Bretanha tenha atingido níveis tão graves que se traduzem, neste momento, em perdas de vidas»; está disposto a colaborar «com todas as iniciativas de paz» e reitera que a sua posição é de «neutralidade». O ministro dos Negócios Estrangeiros René Rojas Arias Stella, 11/5/82).



Fidel Castro: «uma guerra que as potências coloniais tratam de transformar em lição para todos os países do Terceiro Mundo»

As viúvas de Monroe

Neiva Moreira

POUCAS semanas antes do desembarque nas Malvinas, um alto funcionário da Junta militar de Buenos Aires declarou que a Argentina não pertencia ao Terceiro Mundo. E sentenciou: «Somos um país rico, branco e cristão-occidental».

O ministro Nicanor Costa Méndez é, sabidamente, um sócio de transnacionais norte-americanas e europeias, e já estava a ser discutida a retirada argentina do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Nas vésperas da crise das Malvinas, dois jovens surfistas brasileiros que entravam na Argentina com exemplares de *cadernos do terceiro mundo* foram detidos e as revistas confiscadas. Os polícias da fronteira nem sequer examinaram o conteúdo da publicação. O nome já era suficiente para a sua apreensão.

Não há dúvidas de que o general Leopoldo Galtieri e os seus colegas estavam absolutamente seguros de que já pertenciam ao clube dos ricos e, como tal, o episódio das Malvinas, mesmo desagradável para um dos seus parceiros influentes, a Inglaterra, poderia ser absorvido como um problema em família, sem guerra.

Até hoje Galtieri não deve ter entendido o que aconteceu. Os Estados Unidos a apoiam a Inglaterra, a ceder-lhe as suas bases, como a da ilha de Ascensão (essa base, situada entre o Brasil e Angola, é vital à esquadra inglesa para apoio logístico no Atlântico Sul), a entregar-lhes aviões e armas e a espionar os movimentos da frota argentina com os seus satélites. Sem essa informação teria sido praticamente impossível aos ingleses descobrir e afundar o cruzador *General Belgrano*, que estava muito distante da zona de bloqueio.

Do mesmo modo, os generais argentinos não conseguiram compreender a posição dos seus «aliados» brancos e cristãos da Comunidade Económica Europeia (CEE), que, dos conservadores da democracia-cristã alemã aos socialistas de Mitterrand, se alinharam automaticamente com a sra. Margaret Thatcher e a sua visão colonialista e victoriana do mundo.

Mas o nó na cabeça dos generais, almirantes e brigadeiros argentinos foi, decerto, ainda maior quando analisaram a posição de Washington à luz da doutrina de Monroe e das garantias continentais que

GOVERNOS MANDAM-SE
OFICIALMENTE A FAZER
DA UNIÃO LATINO-AMERICANA

A América: «é a vez de cada governo mandar oficialmente fazer o que querem, o que é devido ao soberania»

acreditavam encontrar no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Ambos, monroísmo e TIAR, apesar de separados por mais de um século, foram concebidos como um escudo de proteção do continente, do Alasca ao estreito de Magalhães, contra as ameaças de qualquer país não americano que ousasse vulnerar as águas, as terras e os céus americanos. Cuba havia sido a ovelha negra, a «noviça rebelde» da família monroísta, mas, por isso mesmo, foi não somente amaldiçoada como colocada sob rigorosa quarentena que já ultrapassa os vinte anos.

No campo da defesa criou-se a doutrina da segurança continental, com a aplicação em cada país da sua componente nacional. O princípio era simples: o inimigo da América, poderoso e solerte, não poderia ser contido por forças nacionais, débeis e desarticuladas no plano continental. Enfrentá-lo, era tarefa do irmão mais forte e mais armado, ou seja, o «Tio Sam».

Para dar eficácia ao TIAR, as doutrinas militares foram homogeneizadas, os armamentos e os manuais padronizados. Criaram-se, no sul dos Estados Unidos e no Panamá, escolas especializadas na «defesa do mundo livre» e na «luta contra a subversão». Milhares de militares latino-americanos passaram por esses centros de adestramento ideológico e operacional. Um permanente fluxo de informações — que iam directamente aos computadores do Pentágono e lá devem estar bem fichadas — corria em paralelo às manobras conjuntas e aos exercícios militares combinados, sempre modelados pelo «irmão mais poderoso».

De quando em quando, um desses comandantes norte-americanos, por vezes broncos, autoritários e de profundas raízes colonialistas, inspecionava a região, dando conselhos e fazendo recomendações de políticas e medidas tendentes a dar maior eficácia ao que se chamou, pomposamente, o Sistema Interamericano de Defesa. Nos exercícios, os americanos poderiam variar de cores: seriam azuis, amarelos, brancos, verdes, rosados. Isso seria secundário. O outro lado, sim, o agressor implacável era sempre vermelho, e quanto mais vermelho melhor; uma coloração que facilitava à distância a identificação do inimigo.

Segundo a doutrina do Pentágono, às forças armadas nacionais ficaria reservada a tarefa de «limpar» a frente interna dos inimigos ostensivos ou encapuçados dessa visão bipolar e maniqueísta do mundo. O seu armamento deveria adaptar-se às necessidades do combate à «subversão», uma denominação genérica e imprecisa que, conforme o governo ou o ditador,

poderia abranger desde uma inofensiva greve de professores até à guerrilha, ou de uma insurreição armada a um manifesto de intelectuais reclamando liberdade e justiça.

As transgressões a esse enquadramento, por mais leves que fossem, seriam condenadas como heréticas e perigosas. O general Velasco Alvarado, no Peru, foi deposto e o general Omar Torrijos, do Panamá, desapareceu num inexplicável desastre de avião. Ambos lideraram revoluções militares, populares e nacionalistas, vistas com desconfiança pela Casa Branca, o Pentágono e a Wall Street. O Pentágono também nunca aceitou a decisão brasileira de implantar uma indústria bélica, e assimilou mal a retirada do Brasil do tratado militar com os Estados Unidos.

O episódio das Malvinas foi o momento da desmisticificação de toda essa montagem que, no fundo, só servia os desígnios estratégicos e os interesses económicos dos Estados Unidos.

A primeira constatação do Pentágono, mas não a única, foi a de que, em silêncio e habilidosamente, a Argentina adquiriu um *know-how* militar insuspeitável e acumulou armas tão sofisticadas que lhe permitiram responder, no ataque ao *superdestroyer Sheffield*, com um míssil francês de alta tecnologia, ao rombo que levou para fundo do mar o seu cruzador *General Belgrano*. E mais ainda:

— ao contrário do que os Estados Unidos vaticinaram em todos estes anos, não foi a União Soviética mas a Inglaterra, a potência europeia que violou a doutrina de Monroe e desafiou o TIAR;

— na hora do aperto, a Argentina «branca, rica e ocidental» contou com a solidariedade do Terceiro Mundo. Na América Latina e nas Caraíbas, de Cuba à Guatemala, surgiram — mesmo com as conhecidas restrições à Junta — as manifestações de apoio à causa do povo argentino.

— a crise não veio via Cuba ou Nicarágua, como se fazia crer, mas através da Argentina, dirigida por uma Junta militar genocida que após o massacre da oposição interna, interveio em El Salvador, Nicarágua e Guatemala e, sendo o mais servil e incondicional gendarme de Washington na América Latina, se converterá, por isso mesmo, no seu aliado privilegiado;

— os Estados Unidos aliaram-se abertamente com a potência europeia atacante, sepultaram nas águas geladas das Malvinas a tão decantada «unidade continental» e deixaram a falar sozinho o seu aliado incondicional, que era a Junta militar de Buenos Aires.

Em sectores da direita na América Latina e nas Caraíbas há uma espécie de orfandade. Viúvas de Monroe, carpindo as frustrações do adulterio de Reagan.

As preocupações com o futuro das relações entre a América Latina e ao Caraíbas com os Estados Unidos são grandes nas classes dominantes do continente. Há claros indícios de que essas relações estão muito deterioradas e a situação amanhã já não será como antes.

Internamente, a situação argentina terá de evoluir para uma abertura política. A união nacional que se impôs para a guerra desembocará hoje ou amanhã na união para a democracia, fundamental e urgente para que a Argentina receba um apoio eficaz das grandes forças do pensamento progressista e liberal do mundo, que resistem em concretizá-lo com a reserva de que podem estar a ajudar a consolidar uma ditadura.

Uma reflexão final, sobre os caprichos da história. Um governante extremamente reaccionário, o rei Faiçal da Arábia Saudita, encabeça em plena guerra do Suez, em 1973, a rebelião dos produtores de petróleo contra as nações industrializadas, seus «aliados naturais», que pagavam preços vis pelo seu produto. Desde então, acentuou-se a crise no sistema capitalista e um novo centro de poder, a OPEP, forjado nas áreas mais marginalizadas do Terceiro Mundo, apareceu vigorosamente na cena internacional.

Agora, é um grupo de generais de extrema-direita, ainda com as mãos tintas do sangue dos patriotas, que, para sair da sua crise interna, por ambições pessoais e até mesmo pelas pressões nacionalistas do povo, armou esta complicação toda. O episódio das Malvinas já produziu resultados históricos: liquidou a ilusão da «solidariedade continental», revelou a verdadeira face do «aliado» poderoso, mostrou que não é com a Comunidade Económica Europeia nem com o Japão, mas com os próprios latino-americanos, caraibianos, africanos e asiáticos com quem a América Latina contou nas suas lutas de emancipação e, por fim, criou novas condições de unidade para um continente que as grandes metrópoles coloniais capitalistas balcanizaram.

É um paradoxo que o general Galtieri possa figurar amanhã na história ao lado do rei Faiçal como tendo contribuído, mesmo sem esse propósito, para um reordenamento político tão relevante. □

Dois exércitos, dois mundos em confronto

Face à terceira marinha de guerra do mundo e a um exército altamente profissionalizado, os efectivos argentinos opuseram denodada resistência, não obstante a sua escassa preparação, nível de material e actuarem sob as ordens de uma oficialidade cuja única guerra que conduziu foi a que desencadeou contra o seu próprio povo.

Esteban Valenti

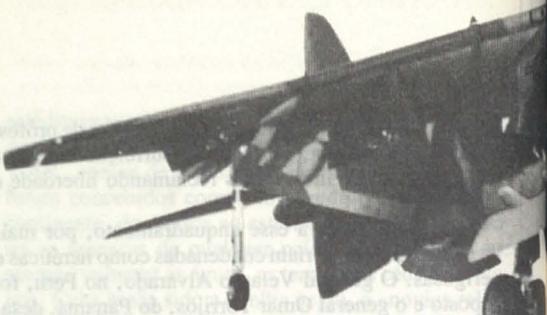
COM a rendição da guarnição argentina em Puerto Argentino, composta, segundo o alto comando inglês, por 13 600 homens — o que somado aos 1200 anteriormente capturados em Goose Green dão um total de 14 800 prisioneiros — encerra-se uma etapa da dura e sangrenta guerra das Malvinas.

De novo a «Union Jack» ondeia sobre o arquipélago. Mas que preço tiveram que pagar os britânicos por esta expedição de reconquista colonial? E que ensinamentos, de um ponto de vista militar, trouxe a operação?

Segundo as fontes oficiais, a «Royal Navy» teria perdido 10 unidades de primeira linha (destroyers, fragatas lança-mísseis das classes mais modernas) numa tonelagem muito superior às 35 mil toneladas; entre 14 e 18 caças de descolagem vertical «Sea Harrier» embarcados e um número similar de helicópteros «Sea King» e «Linx».

As baixas sofridas em toda a operação são difíceis de estimar, mas segundo a dureza dos combates terrestres e o número de pessoal interveniente, calcula-se de 1200 a 1500 entre mortos e feridos. Até à reconquista da capital das ilhas, o custo total da operação era avaliado entre 2800 e 3000 milhões de dólares, contabilizando as perdas navais, custos operativos (munições, combustíveis, transportes...), etc.

Os custos derivados da nova situação criada com as reconquistadas «Falkland», esses são inestimáveis: reparação das pistas de aterragem para aviões de grande porte e uma esquadilha de «Phantom F-4»,



custos de permanência de 3000 homens da 5.ª brigada (gurkas, galeses e escoceses), que af permanecerão como defesa estável. Para além dos custos de apropriação do arquipélago a partir de Inglaterra. Isto de um ponto de vista estritamente militar, sem entrar em linha de conta com a profunda erosão das relações entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos com todo o continente latino-americano. Como afirmava um diplomata latino-americano na Organização de Estados Americanos (OEA), «juntamente com os destroyers e as fragatas no Atlântico Sul naufragou toda a doutrina pan-americana e os seus principais instrumentos, o TIAR e a própria OEA».

«Royal Navy»: um preço muito alto

Não restam dúvidas, porém, de que a Argentina pagou também um preço altíssimo com esta guerra, o mais elevado de uma óptica estritamente militar. A primeira e mais flagrante: a perda territorial das ilhas. O que, como qualquer guerra, na hora de fazer contas, surge sempre como o ónus mais pesado e frustrante.

Os observadores militares estimam as perdas aéreas argentinas em cerca de 40 a 60 aparelhos do tipo «Mirage», «Daggen», «Super Etendart», «Skyhawk», «Pucara». E, no mínimo, pelo menos 30 pilotos, o que, sem dúvida, pela sua alta preparação e especialização, o seu papel em todas as operações e o longo período de treinamento a que são sujeitos, representa uma perda muito importante.

O cruzador «General Belgrano» — torpedeado pelo submarino «Conqueror» — e os seus trezentos tripulantes mortos constituíram o principal tributo da marinha de guerra argentina. Enquanto que as baixas nas fileiras argentinas terão de se estimar numa cifra ligeiramente superior às verificadas entre os britânicos.

No entanto, a interpretação militar desta guerra não



A «Royal Air Force» teria perdido entre 14 a 18 aviões Sea Harrier de descolagem vertical

se poderá confinar apenas a um exaustivo balanço das perdas sentidas por ambos os lados, mas também, e fundamentalmente, a um resumo dos principais ensinamentos que se podem retirar do conflito.

As perdas inglesas, a resistência argentina, a duração dos combates, foi, sem dúvida, muito superior ao previsto pelo almirantado britânico, e para isso contribuiu decisivamente a aeronáutica militar argentina.

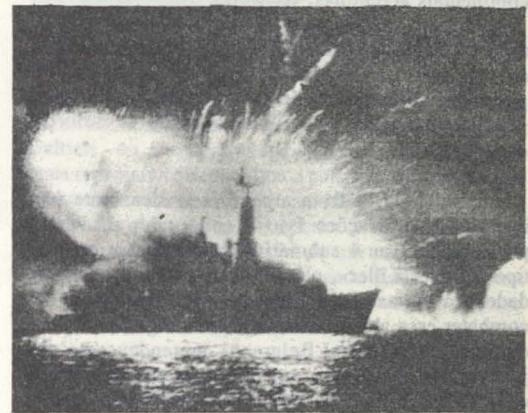
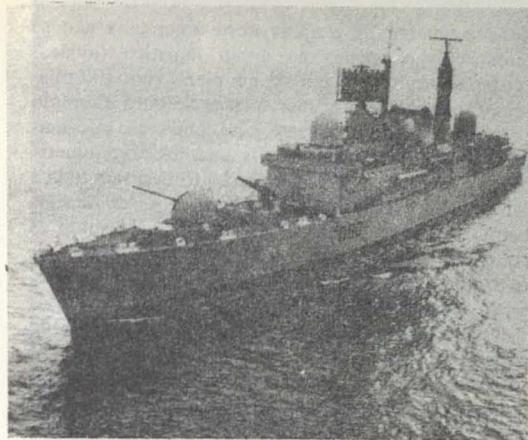
A «Royal Navy» pagou um preço extremamente alto, e isso não ficou a dever-se apenas — como adiantam alguns observadores — à acção quase «milagrosa» dos mísseis ar-mar «Exocet», aos quais se atribuem todas as desgraças da frota britânica. Os pilotos argentinos demonstraram, sem contestação, perícia, capacidade de explorar ao limite os seus aparelhos.

Tudo isso, porém, não conseguiu travar a força da «Royal Navy», como afirmava uma agência internacional, «que é a vantagem de possuir a terceira força naval de guerra do mundo, apenas superada pela dos Estados Unidos e União Soviética».

A batalha decisiva viria a travar-se em terra. E quando os efectivos britânicos ocuparam, com relativa facilidade, diga-se, Goose Green e Port Darwin, em certa medida estava traçado o destino da guarnição argentina nas ilhas. No plano das operações terrestres, segundo assinalam todos os especialistas, as diferenças eram demasiado evidentes para que não pesassem, em definitivo, sobre o resultado final.

Pentágono: uma vitória como sua...

Unidades profissionalizadas, contando com longos períodos de instrução, que chegam a atingir entre 4 e 5 anos, com experiência de combate (Irlanda), e com uma grande tradição militar sobre os ombros, concebidas e formadas para uma guerra moderna dentro de um esquema NATO de enfrentamento com as tropas do



O «Sheffield» e o «Antelope» duas modernas unidades da «Royal Navy» afundadas pela aviação argentina

Pacto de Varsóvia, confrontaram-se com recrutas com 12 meses de instrução, no melhor dos casos, com outro nível de material e às ordens de uma oficialidade cuja única guerra que conduziu foi contra o seu próprio povo.

A este quadro haverá que juntar os sérios erros táticos e operativos do alto comando argentino, em especial do general Mario Menéndez, o governador militar das Malvinas, que, após ter concedido sempre a iniciativa aos ingleses, sacrificou inutilmente dois batalhões em Goose Green. Esta a opinião, não só de observadores europeus, como de uma boa parte da Imprensa argentina.

Outro factor deverá ser valorizado em todo o conflito. A ajuda decisiva dos Estados Unidos à Grã-Bretanha. Não será por acaso que o Pentágono e o próprio secretário de Estado Alexander Haig tenham considerado a vitória como sua...

Sem a base da ilha de Ascensão como retaguarda próxima, «a Royal Navy nunca poderia ter conduzido com êxito as operações», reconhecia um oficial inglês

de alta patente. E a ajuda norte-americana não se circunscreveu apenas ao apoio logístico (aviões-cisterna para abastecimento em pleno voo, 100 mísseis «Sindewinder» ar-mar, placas de duro alumínio para pistas de aterragens, etc.); no campo das informações ela foi insubstituível. Os satélites norte-americanos que cobriam a região não só forneceram toda a informação fotográfica para as operações de desembarque nas ilhas, como deram informações sobre as condições meteorológicas (vitais nessa área) e exerceram uma permanente vigilância sobre a frota argentina.

Dezenas de trabalhos e relatórios dos serviços de informação dos Estados Unidos (da DIA e da CIA) sobre as Forças Armadas argentinas alimentaram os computadores britânicos com preciosos dados sobre armamento, instrução das tropas, estruturas das bases continentais argentinas, etc., etc.

Por último, terá de considerar-se o factor fundamental que constituiu o bloqueio aeronaval em si mesmo, que obrigou o alto comando argentino a travar uma guerra de infantaria e de tanques sem contar com reservas adequadas, nem possibilidade de reforçar essas unidades.

Por seu lado, a frota argentina praticamente não interveio nas operações. Isso foi conseguido através da presença de 3 ou 4 submarinos a propulsão nuclear, tipo «Hunter Killer», que imobilizaram todas as unidades da Armada de Buenos Aires, incapazes de combater essa abissal diferença tecnológica. O afundamento do «General Belgrano» pretendeu esse objectivo: demonstrar aos argentinos que qualquer unidade da sua frota seria presa fácil dos torpedos teleguiados dos seus submarinos.

Malvinas, um «banco de ensaios»

Também de um ponto de vista militar estiveram em confronto não só dois exércitos dispareus, como dois mundos. A potência colonial, que apesar da sua decadência mantém — para além do orgulho imperial — uma potentíssima frota, avançadíssima tecnologicamente, e um exército profissionalizado que chega a contar nas suas fileiras unidades nepalesas — os «gurkas» —, em confronto com uma nação do Terceiro Mundo, das mais ricas é certo, detentora de umas Forças Armadas que, não obstante alguns recursos eficazes e válidos (a aviação), não podem competir globalmente com o dispositivo britânico apoiado pela NATO e pelos Estados Unidos.

E, sobretudo, as vitórias, são o resultado de muitos factores conjugados, do funcionamento global e harmônico de toda a máquina militar, e não da valentia ou pericia demonstrada por uma das partes.

O Terceiro Mundo, e em especial a América Latina,



Fechado o cerco britânico a Port Stanley, a rendição do contingente argentino era uma questão de tempo

tem muito que aprender, como seguramente os analistas da NATO retirarão desta guerra muitos ensinamentos. Um construtor naval britânico afirmava, por exemplo: «até aqui pensávamos que o mais refinado nas construções navais era combinar um casco de aço com superestruturas de alumínio. Agora, com a guerra das Malvinas, ficou demonstrado que isso constitui um grave erro: o alumínio funde a 600 graus e os seus gases são combustíveis». Este é um exemplo de como muitas indústrias europeias, que estão em fase de estudo de novas armas em matéria de interceptação antimíssil, utilizarão esta guerra como «banco de ensaios»...

Esta guerra provocará também igualmente uma nova espiral de armamentismo a todos os níveis — corrida fomentada por todas as multinacionais da indústria de guerra, que pagam dispendiosas campanhas de publicidade sobre a eficiência dos «Exocet» ou as «maravilhas» conseguidas pelos «Sea Harrier». Assim como são estas multinacionais, os Estados do Primeiro Mundo, quem tem as chaves do sistema. Quando a Argentina necessitou de novos mísseis e armas, fecharam-se-lhe as portas, decretou-se-lhe o bloqueio, aduzindo-se valores «morais» e de «respeito das normas internacionais»...

...Quando Israel invade o Líbano, massacra dezenas de milhar de palestinos e libaneses, nem a CEE nem os Estados Unidos consideram isso razão suficiente para lhe declarar o embargo de armas ou o bloqueio económico!

«A moral é uma opinião», dizia um pensador francês. Fazendo eco dessa 'máxima', um dos maiores teóricos militares, o general prussiano Clauswitz, afirmava: «a guerra é a política por outros meios».

Também no plano da guerra o Terceiro Mundo sofre, «por outros meios», os efeitos da mesma política.

Os dilemas do pós-guerra

Desde 1930 que a Argentina não sofria uma ruptura tão importante das suas estruturas económicas e políticas como as provocadas pela derrota militar das Malvinas. O fracasso da Junta deixou a elite dirigente do país sem alternativas

Carlos Castilho

A criada do hotel entrou no quarto com gestos rápidos e nervosos. Ao contrário do habitual ela não disse nada, procurando esconder o rosto. Num dado momento, não pôde ocultar as lágrimas que lhe corriam pelo rosto. Depois, sentou-se bruscamente e falou entre soluções: «O meu irmão morreu nas Malvinas. Recebi há pouco a notícia. E só agora sinto que estamos mesmo em guerra. E o pior de tudo: estamos a perder esta guerra. Este país precisava ganhar, era uma das poucas esperanças que a gente ainda tinha».

A notícia da morte de um soldado de 18 anos levado pelo exército para Puerto Argentino chegou aos seus familiares num momento em que as informações sobre o desembarque inglês em Puerto San Carlos ainda eram muito confusas. E na opinião pública argentina ninguém ainda ousava falar em derrota. Os jornais, a rádio e a televisão pintavam um quadro optimista das acções militares contra as tropas britânicas, ao mesmo tempo que toda a propaganda oficial se concentrava no slogan: «Argentinos, a vencer».

Perder a guerra era talvez a única coisa que não estava nas cogitações da maior parte da população da classe média de cidades como Buenos Aires, Córdoba e Corrientes. Quando a dura realidade do fracasso militar começou a surgir quase imperceptivelmente através dos comunicados oficiais ou dos telegramas informando os parentes da morte de soldados, teve início a tomada de consciência de um trauma que deve provocar a mudança mais profunda nas estruturas sócio-económicas da Argentina desde 1930.

Logo depois do dia 2 de Abril, muitos intelectuais e políticos afirmavam que o país nunca seria o mesmo



O general Galtieri: tal como era esperado, não sobreviveu politicamente à derrota nas Malvinas

depois da guerra. O que a maioria tinha em mente era a queda da Junta militar presidida pelo general Leopoldo Galtieri, ou a redemocratização, após seis anos da mais repressiva ditadura que o país já conheceu. O que muito poucos esperavam é que ele de repente, face à queda do mito de que ingleses e americanos não permitiriam uma humilhação de um país como a Argentina, todo um país fosse colocado diante do dilema de reavaliar a sua própria história e as origens da crise em que todos foram protagonistas.

Revolta aristocrática

Á derrota perante os ingleses e norte-americanos deixou, em primeiro lugar, os militares argentinos extremamente debilitados. Eles não saíram vencidos apenas no terreno militar, diante de forças anglo-americanas muito mais poderosas. A Junta militar, e especialmente o general Galtieri, já estavam derrotados política e economicamente mesmo antes da invasão das Malvinas no dia 2 de Abril. Galtieri surpreendeu muita gente quando audaciosamente afirmou, logo depois da sua posse, que a Argentina era um país do Primeiro Mundo. A declaração não era uma frase de efeito ou uma *gaffe* diplomática. Era, na verdade, a expressão de um sentimento que sempre esteve presente em consideráveis sectores das forças armadas.

Generais como Onganía, Levingston, Lanusse, Videlá, Viola e Galtieri são a expressão militar da revolta da aristocracia argentina contra o populismo peronista, da mesma forma que o regime de Juan Domingo Perón em 1943 foi a revolta da pequena-burguesia argentina contra os desmandos perpetrados pela decadente élite política e económica durante a chamada «década infame», entre 1930 e 1940. Em 1930, ruiu o sonho da oligarquia argentina que transformou Buenos Aires num pedaço da Europa encravado na América Latina.

Entre o golpe de 1976 e Abril de 1982, os militares argentinos fracassaram em tudo, salvo os duvidosos êxitos colhidos na sanguinária repressão a movimentos guerrilheiros, partidos marxistas e sindicatos militantes. O saldo dos seis anos do autoproclamado «processo de recuperação nacional» é de pobreza flagrante, a ponto de semanas antes da invasão das Malvinas, alguns oficiais argentinos terem manifestado em privado sérias dúvidas sobre a possível repetição de uma «nova década infame».

Elitismo «criollo»

Em conversas com militares argentinos, torna-se evidente que o golpe tramado no final de 1980 contra o governo do general Viola foi basicamente um movimento de oficiais ambiciosos que qualificavam o regime deposto como vacilante no que toca àquilo que os conspiradores chamavam os «grandes desígnios nacionais». Noutras palavras, o grupo do general Leopoldo Galtieri acreditava que a Argentina tinha por «direito de nascença», um lugar garantido entre as nações do Primeiro Mundo. Isto é, a herança recebida dos colonizadores europeus e as tradições da aristocracia garantiam ao país uma posição diferente da dos demais países latino-americanos. Galtieri propunha-se ser uma espécie de «caudilho de luxo», em contraposição ao «caudilho populista» que foi Perón.

A feroz repressão aos movimentos guerrilheiros como o ERP e os Montoneros foi feita em nome deste elitismo *criollo*. Era preciso esmagar a qualquer preço a mais tênue ameaça a este sonho aristocrático. Mas, seis anos depois, vencida a ferro e fogo a batalha contra a guerrilha, foram poucas as sobras para alimentar o orgulho de Galtieri. A economia do país mergulhava com velocidade crescente no caos e na recessão, embora iluminada pela fina flor da elite tecnocrata adepta do liberalismo monetarista. Os militares começavam a ter dúvidas sobre o futuro do seu projecto. A sombra do pessimismo começava a pairar ameaçadoramente sobre a Casa Rosada, ao mesmo tempo que o regime militar sentia os efeitos do isolamento internacional determinado pelo barbarismo repressivo.

Não foi surpresa

O incidente das Malvinas foi a válvula de escape descoberta por Galtieri mesmo antes da sua ascenção ao poder no final de 1981. Corre em Buenos Aires a versão de que, ao visitar Washington antes da sua posse, Galtieri teria feito um acordo com Vernon Walters através do qual, a Argentina cederia tropas e conselheiros militares para uma força de intervenção em El Salvador, enquanto os Estados Unidos «fechariam os olhos» a uma recuperação das Malvinas. Galtieri cumpriu o seu triste papel no acordo, mandando assessores para El Salvador. Os Estados Unidos acreditavam na época que as eleições salvadorenhas de Março não seriam suficientes para reduzir a escalada

revolucionária na América Central. Era por isso importante ter um simulacro de apoio continental. vieram as eleições e os argentinos, ainda segundo a mesma versão, ter-se-iam considerado livres para atacar os *kelpers* em Puerto Argentino.

Foi o que Galtieri fez no dia 2 de Abril perante uma cínica surpresa do Departamento de Estado e do *Foreign Office*. A invasão das Malvinas não foi um gesto intempestivo. Revistas argentinas já tinham edições preparadas. Jornais ingleses chegaram a publicar fotomontagens divulgadas em Buenos Aires, mostrando o desembarque de tropas argentinas nas ilhas que os ingleses chamam Falkland. E o jornal *Financial Times*, de Londres, publicou duas matérias do seu correspondente latino-americano Hugh O'Shaughnessy dando como iminente o ataque ao arquipélago de duzentas ilhas controlado pela coroa britânica desde 1833.

A invasão, portanto, não foi uma surpresa. Os norte-americanos e ingleses ficaram surpreendidos foi com a audácia de Galtieri, que na época se julgava protegido pelo «acordo» feito com Vernon Walters. Quando Alexander Haig esteve em Buenos Aires tentando servir de medianeiro na crise com a Inglaterra, os militares argentinos obtiveram dele a promessa de «fechar os olhos». Walters, que acompanhava o secretário de Estado, teria então dito que Galtieri se precipitaria ao considerar automática a autorização para invadir as Malvinas logo depois das eleições salvadorenhas. Para espanto da Junta, o ex-director da CIA disse que se os argentinos tivessem consultado Washington antes do ataque do dia 2 de Abril teriam sabido que a Casa Branca desaconselhava a acção naquele momento e sugeriria que fosse retardada por mais alguns meses.

Obrigação moral

A versão termina dizendo que Haig, Walters e os três membros da Junta argentina se envolveram numa áspera troca de acusações, que penetrou profundamente no terreno dos insultos, acabando aí a mediação de Washington e o sonho de que a grande potência do Norte patrocinaria os interesses do seu sócio do Cone Sul. Começou aí o plano inclinado da Junta. A invasão das Malvinas era essencial para a sobrevivência de um regime cambaleante e carente de motivações que lhe dessem um mínimo de popularidade. Por outro lado, desafiar o poderio militar anglo-americano significaria colocar a Argentina em guerra contra a NATO, algo que nem mesmo os sonhos primeiro-mundistas de Galtieri consideravam possível e muito menos capazes de conduzir a uma vitória argentina.

A Argentina perdeu a guerra quando Walters abandonou subitamente as reuniões da Casa Rosada, na segunda semana de Abril, enquanto Alexander Haig esperava quarenta minutos para que alguém o recebesse na sede do governo. O recuo norte-americano deixou os militares argentinos órfãos. Já não havia saída possível. A guerra tornou-se uma espécie de



O «tango dos generais»: após a rendição de Port Stanley, as contradições no seio das Forças Armadas e da Junta argentina vieram à tona

obrigação moral assumida perante uma opinião pública que viu na invasão das Malvinas uma luta anticolonial, enquanto a Junta responsável directa pela acção militar buscava uma escapatória. Essa dicotomia esteve presente em todos os momentos da crise, mesmo quando pareceu a muitos que o regime militar havia conseguido romper o círculo fechado do isolamento político.

Duas guerras

Na verdade, aconteceram duas guerras pelas Malvinas: a guerra travada pelos militares, que fizeram das ilhas uma peça do seu jogo para reconquistar um mínimo de base popular, e uma negociação nebulosa com os grandes de Washington; e a guerra do povo argentino. A primeira era uma jogada política, a segunda era a expressão de velhos sentimentos anticolonialistas, especialmente antibritânicos, porque em três ocasiões anteriores a Inglaterra já havia invadido o território argentino. O recuo norte-americano deixou a Junta à mercê do impulso anticolonial.

Foi essa perda de iniciativa política que caracterizou o desenrolar da crise durante o final de Abril e o mês de Maio. A opinião pública, despertada pela invasão, obrigou os militares a fazerem aquilo que eles deveriam saber fazer mais do que ninguém: defender o país e os seus direitos.

Acontece que os militares não souberam encontrar uma solução para a contradição em que se meteu-

ram. O entusiasmo manifestado pela opinião pública foi ilimitado e muito superior às respostas bélicas dadas pela Junta, que vacilou no terreno diplomático e no terreno que teoricamente lhe era próprio: o terreno da guerra. A única força que em rigor se salvou foi a Força Aérea, cujos pilotos depois do *raid* aéreo do dia 25 de Maio passaram a lutar mais como argentinos patriotas do que como profissionais na arte de conduzir aviões.

A Marinha foi a grande ausente, embora os seus orgulhosos oficiais tenham sido os mais intransigentes e radicais face à posição norte-americana. O Exército entregou todas as forças estacionadas nas ilhas ao comando do general Mario Benjamin Menéndez, um oficial de ascendência indígena, marcado pela sanguenta repressão dos movimentos guerrilheiros de Córdoba e Tucumán, em 76 e 77. Menéndez transformou a batalha das Malvinas numa guerra pessoal. Ele queria mostrar aos generais da aristocracia do Campo de Mayo que era capaz de ganhar sozinho o combate contra os ingleses. O orgulho pessoal foi mais forte do que a sua capacidade como comandante, testada apenas numa guerra suja contra guerrilheiros. O resultado é que Menéndez sucumbiu melancolicamente perante o desembarque dos fuzileiros britânicos. A sua suposta eficiência (revelada na hora de massacrar rebeldes em Tucumán e Córdoba) desapareceu quando o inimigo era branco, europeu e defensor dos mesmos interesses político-económicos que ele representa.

Dias de grande tensão

A derrota militar diante das forças britânicas abalou seriamente o prestígio político do general Galtieri. Os seus dias na Casa Rosada estão contados porque ele não poderá pagar a factura que lhe será apresentada pela opinião pública, pelos partidos e também por muitos militares do activo. O desfecho da guerra também enterrou as aspirações do almirante Jorge Isaac Anaya, pelo menos a curto prazo. O único que sai da guerra com prestígio, é o brigadeiro Basilio Lami Dozo, comandante da Força Aérea. Foi ele que tentou abrir alternativas políticas novas para o período de pós-guerra, sugerindo a formação de um governo de união nacional. Mas as suas declarações foram desautorizadas pelo general Galtieri que, sentindo-se ameaçado pelo seu colega de Junta, garantiu que o seu mandato vai até 1984.

O desafio de Galtieri e a possível ingenuidade política de Lami Dozo mostram que as forças armadas argentinas vão enfrentar a curto prazo um período de grandes tensões. O Departamento de Estado norte-americano tenta de todas as formas evitar aquilo que na sua opinião será o pior: o fraccionamento da unidade militar na Argentina. Mas a grande verdade é que os processos políticos, económicos e sociais desencadeados pela guerra não poderão ser já contidos pelos mecanismos tradicionais, dos golpes palacianos e das trapaças políticas interesseiras.

A derrota dos militares

O desgaste dos militares argentinos chegou a um ponto crítico e quase irreversível. Fecha-se o ciclo iniciado em 1966 com o golpe do general Onganía e que incluiu o período 73/76 quando os peronistas voltaram ao poder com a autorização militar, na tentativa de adiar o impasse que hoje a guerra das Malvinas tornou brutalmente claro. Todos os pomposos programas de salvação nacional apresentados pelos sucessivos governantes militares fracassaram. O desencanto da população com os generais que se revezaram na Casa Rosada chegou ao ponto máximo. A única hipótese de um militar continuar na presidência seria a do surgimento de um novo caudilho, cujo autoritarismo fosse envolvido numa proposta para reerguer o orgulho nacional, partindo da idéia de que é necessário refazer quase tudo.

Mas esse caudilho ainda não está à vista. A Argentina é um país de classe média. Uma classe média pauperizada, que nos últimos oito anos perdeu a maior parte do seu poder económico para as grandes empresas transnacionais e para o capital financeiro especulativo. Mas a ideologia predominante ainda hoje é a ideologia pequeno-burguesa, com o seu nacionalismo apaixonado e estéril. Para esta classe média, que influencia decisivamente os partidos tradicionais, ainda é impensável uma solução do tipo revolucionário. Ela também terá poucas condições de conviver com a humilhação nacional imposta pela vitória in-

glesa, num momento em que as dificuldades económicas já atingiram o limite máximo da tolerância.

Desgaste peronista

Os partidos tradicionais também saíram desgastados da guerra. Teoricamente eles seriam os principais beneficiados num fracasso dos militares. Mas acontece que faltam aos partidos argentinos líderes com suficiente envergadura e autoridade moral para levantar os destroços da guerra e criar algo de novo. O peronismo ainda receberia 70 % dos votos em qualquer eleição livre que fosse realizada na Argentina. Mas o peronismo hoje já não é sequer a sombra do que era em 1943 ou 1955, quando Juan Domingo Perón era o líder incontestável do Justicialismo.

Os seus líderes tradicionais estão velhos, o movimento está dividido em, pelo menos, três correntes, a nova geração de peronistas foi cruelmente extermínada na repressão posterior a 76, e a mística do líder morto em 1974 não será suficiente para assegurar um mínimo de estabilidade para um novo governo justicialista. Os dirigentes peronistas actuais acham, além do mais, que é melhor apoiar um regime militar débil do que estar no poder, sob a vigilância de um dispositivo castrense forte e unificado.

Essa tática dos peronistas da chamada linha oficial (maioritária no movimento) envolve uma contradição insanável: tenta conciliar o aparelho militar com uma base popular que hoje está descrente dos regimes ditatoriais. A actual liderança peronista mostra uma incapacidade muito grande para entender que os velhos estilos políticos justicialistas deixaram de funcionar no país. E este é outro drama, na série de dramas que os argentinos passaram a enfrentar depois do desfecho da guerra das Malvinas.

O peronismo é uma ideia, ou melhor, uma recordação de uma etapa histórica que ainda empolga milhões de pessoas. Mas hoje é incapaz como força política de assumir sozinho a complexa tarefa de tirar o país do beco sem saída em que foi metido pela sucessão de regimes militares. Visto apenas pelo lado teórico, é fácil criticar o peronismo e apontar as suas falhas actuais. A realidade, porém, não é tão simples. É justamente aí que reside o grande problema.

Illía ressuscitado

O segundo partido político em importância na Argentina é a União Cívica Radical. Mas a UCR vive também um problema muito parecido com o do Justicialismo. O seu líder histórico, Ricardo Balbín, morreu não faz muito tempo, e não surgiu nome novo. Por incrível que pareça, no meio da crise das Malvinas, foi ressuscitado o nome de Auturo Illía, hoje com 82 anos. Illía surgiu no seio de um movimento interno liderado por Raúl Alfonsín, contra a liderança partidária exercida por Carlos Contin, acusado de ser excessivamente débil diante do governo Galtieri.

O grupo Alfonsín, ligado aos sectores mais jovens da UCR, considera que a liderança de Contin se

desgastou nos sucessivos contactos do dirigente radical com membros do governo e que o partido deve guardar as distâncias necessárias em relação à Casa Rosada, para não ser envolvido pelo descrédito político de Galtieri depois do fim da guerra.

Mas a resurreição política de Illia tem também outro objectivo. O ex-presidente derrubado pelos militares em 1966 foi apresentado como uma das poucas alternativas políticas capazes de oferecer um nome civil dotado de uma suficiente popularidade nacional para ser uma opção no caso dos militares não terem outra saída senão devolverem o poder aos partidos. Mas Illia já não tem, nem a força física suficiente para suportar o peso da responsabilidade de reerguer o país após a guerra, nem as respostas políticas e sociais que a Argentina de hoje exige.

Teia de contradições

Quase todos os partidos argentinos apoiaram a guerra usando com intensidade variável o raciocínio «nós ganhamos, mas eles perdem». Como não foram consultados sobre o desenvolvimento das hostilidades contra a Inglaterra, sentem que não têm responsabilidade nenhuma quanto ao adverso desfecho militar. Principalmente os peronistas que empurraram o governo até à beira do abismo divulgando slogans e manifestos contra um fim negociado da guerra. Mas os partidos também ficaram enredados na teia de contradições do país a partir do momento em que ficou evidente que não haveria uma vitória militar clara para a Argentina.

Também eles ficaram atados à crise política e económica em que a nação foi lançada. A solução eleitoral, levantada no meio da guerra, interessava aos Estados Unidos, de tal maneira que vários funcionários da embaixada norte-americana em Buenos Aires iniciaram contactos com políticos visando sondar as possibilidades para que um acordo pudesse evitar a desmoralização completa do regime. A solução foi, na altura, queimada pela Marinha, sob a acusação de que era uma espécie de traição nacional num momento em que o país estava todo ele mobilizado para a guerra.

Impasse político

Depois da invasão inglesa das Malvinas, a solução voltou a ser cogitada, mas com um empenho bem menor. A reabertura política não empolga já a opinião pública depois de tantas frustrações com civis ou militares na Casa Rosada. É claro que o fim do período ditatorial e a reconquista das liberdades democráticas será um bálsamo para a população. Mas os dirigentes militares e os responsáveis de partidos como a UCR e o Movimento de Integração Democrática (MID) do ex-presidente Arturo Frondizi (defensor de uma solução reformista no plano económico) têm consciência de que a liberalização pode lançar os actuais partidos noutro beco sem saída. E dentro desses partidos voltam a surgir vozes que admitem a permanência dos



Buenos Aires:
ralva e frustração

militares no poder como uma espécie de mal menor.

Pelo que ficou exposto, pode-se ter uma ideia da natureza do impasse e do dilema político que os argentinos passaram a enfrentar. As soluções imediatistas e reformistas no plano político atingiram um ponto de tal desgaste que nem mesmo os seus defensores mais intransigentes conseguem dissimular as dúvidas quanto à sua eficácia.

Isso cria o clima necessário para que o país mergulhe mais profundamente dentro das suas próprias estruturas, procurando mudanças mais radicais do que as que foram tentadas até agora. A estrutura do poder, tanto no plano político como no económico, foi tão afectada pelas crises anteriores e agora pelo ónus da guerra que a tentativa de a remediar será necessariamente precária e instável.

Futuro de incertezas

O período que se abre agora será extremamente traumático porque não existem nem soluções claras nem líderes capazes de conduzir à recuperação nacional. O futuro argentino é todo ele cheio de incertezas.

A única coisa certa é que o que foi usado até agora não serve para as condições actuais. A realidade económica, que era trágica antes da guerra, mas dissimulada pelo autoritarismo, agora não poderá mais ser escondida. A guerra não chegou a mudar radicalmente o rumo da crise económica, porque antes mesmo do dia 2 de Abril, a economia argentina já estava arrasada pelo monetarismo e pelo liberalismo.

A reactivação do mercado interno é, no momento, uma exigência inadiável, porque sem ela o povo argentino está marginalizado. E, portanto, eliminado de qualquer possibilidade de participação num projecto político.

O autoritarismo militar não tem já condições para ser preservado porque está em aberta contradição com a política liberal económica adoptada até agora. Por outro lado, o autoritarismo económico não pode ser implantado porque levará inevitavelmente à explosão social, num povo que atingiu o nível mais baixo de toda a sua história em termos de empobrecimento. □

O processo de latino- americanização

Com a crise das Malvinas surgiram novas perspectivas de integração da região

Agustín Castaño

Aquebra das alianças provocada pela crise do Atlântico Sul abriu inesperadas possibilidades para a integração da América Latina, uma aspiração sempre adiada. A aplicação de sanções contra a Argentina por parte dos Estados Unidos e da Comunidade Económica Europeia (CEE) — com exceção da Itália e da Irlanda — interrompeu o fluxo comercial com a Argentina, que respondeu proibindo as importações dos países dessas áreas.

Essas medidas, juntamente com o rancor por esses países terem apoiado a Grã-Bretanha numa guerra colonial sangrenta com a Argentina, criaram as premissas políticas para a cisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e para a deterioração dos vínculos entre a América Latina e a Europa Ocidental.

A Argentina foi o país directamente afectado e viu-se obrigada a buscar solidariedade e intercâmbio em outras regiões. Logicamente, escolheu a América Latina como prioritária pois os países irmãos apoiaram por esmagadora maioria a reivindicação das Malvinas e condenaram a iniciativa bélica dos ingleses.

Na realidade, o governo militar argentino que, desde a sua instalação em Março de 1976, tinha dado prioridade à sua relação com o Ocidente, viu-se compelido a empreender uma viragem táctica de 180

graus na sua política externa, aproximando-se dos países socialistas (incluindo a directriz oficial de explorar todas as possibilidades de ampliação do intercâmbio) e reinserindo-se no Movimento dos Países Não-Alinhados, que a Junta militar tinha classificado como alheio aos seus interesses.

O espectáculo que o ministro dos Negócios Estrangeiros argentino, Nicanor Costa Méndez, deu em Havana quando, no começo de Junho, participou na reunião ministerial do Movimento, foi talvez o indício mais revelador da mudança. Costa Méndez atacou os imperialismos britânico e norte-americano e condenou a África do Sul e Israel, ambos governos aliados de Buenos Aires até ao momento em que se iniciou o conflito.

Em relação à América Latina, a Junta encetou diálogo com o Pacto Andino, com o qual procura expandir o intercâmbio. Por outro lado, o Sistema Económico Latino-Americano (SELA) criou em 3 de Junho um comité de apoio à Argentina integrado por 18 países.

Viragem táctica

Esta viragem, no entanto, foi de ordem táctica. Obrigada pelas circunstâncias, a Junta militar voltou-se para os países socialistas e para os não-alinhados. Mas no seio das forças armadas e do establishment argentino, no momento em que se adoptaram essas decisões, houve grupos que se pronunciaram contra uma inversão das alianças, o que, segundo eles, teria tornado Moscovo objecto de uma relação preferencial.

Esses sectores opinavam que, uma vez terminada a guerra, a Argentina deveria voltar ao «curral» ocidental. A disputa entre as duas alas acarretou diversas ambiguidades. Por isso, até que a correlação de forças se esclareça e se estabeleça uma nova política externa, esses aspectos da viragem deveriam ser considerados como meramente táticos.

Em compensação, a abertura em direcção à América Latina poderia ter características duradouras. É difícil prever quanto tempo e que dimensão terá o conflito com a área ocidental, mas é fácil imaginar a resistência a um rápido retorno a curto prazo aos termos anteriores, independentemente do governo que esteja no poder em Buenos Aires.

E existem, por outro lado, reais oportunidades de ampliar o intercâmbio regional com o qual todas as partes só têm a ganhar. O problema que a Argentina, o Pacto Andino e os países membros do comité de apoio do SELA terão de resolver tem a ver com o tipo de integração que irão favorecer. O desejo de integração não elimina as limitações inerentes à condição de países subdesenvolvidos e dependentes, como são — guardando-se as diferenças de grau — os latino-americanos.

Essa condição consiste em serem exportadores de produtos básicos e importadores de manufacturados e maquinaria, contando com um baixo grau de indus-

trialização. Como já existe intercâmbio a nível de produtos básicos, é pouco o que se pode expandir por esse lado, e no máximo, um país poderia comprar à Argentina os alimentos que estava a adquirir noutro país latino-americano.

Integração marginal

Isso poderá aliviar as dificuldades de momento do país platino, mas essa orientação, não uma integração, fomentaria uma substituição de mercados ou, em outros termos, uma integração marginal.

Só é possível caminhar rumo a uma integração significativa e duradoura se a industrialização regional for incluída.

Vejamos o caso da Argentina e da Venezuela, que é importante, pois o governo de Caracas — que conta com um significativo mercado consumidor — mantém a decisão política de ampliar o intercâmbio bilateral e enviou com esse propósito uma missão a Buenos Aires.

As exportações venezuelanas são compostas de 97% de hidrocarbonetos. Mas a Argentina cobre mais de 90% das suas necessidades petrolíferas, de forma que apresenta uma limitada capacidade de incrementar as suas importações com a Venezuela.

As exportações argentinas estão mais diversificadas. Os produtos básicos — principalmente cereais e carnes — representam 74%; maquinaria e equipamentos, 8%; têxteis, 3%; e outras manufaturas, 15%.⁽¹⁾

Por sua vez, a Venezuela dedica 12% das suas importações aos alimentos, contra 83% para maquinaria, equipamentos e manufaturas. Vê-se, portanto, que apesar de a Argentina poder ampliar as suas exportações alimentares, é o sector industrial que poderia oferecer as melhores perspectivas de intensificação do intercâmbio.

Paradoxalmente é a própria política argentina o factor que limita a expansão industrial. Os sectores nacionalistas e progressistas argentinos são partidários da industrialização e impulsionaram-na quando tinham influência governamental. Mas o sector do establishment aliado ao regime militar adoptou um programa económico ultraliberal, executado sucessivamente pelos ministros da Economia, Martínez de Hoz e Alemann. Esse sector sustentou que a manutenção de indústrias pouco competitivas era muito onerosa para o país.

Por causa disso, a indústria não foi protegida, baixando-se drasticamente as tarifas alfandegárias, fazendo-se com que a competição deixasse agir no mercado as indústrias que tivessem condições vantajosas. Tratava-se de uma orientação semelhante à adoptada no Chile pelo regime militar de Augusto Pinochet.

Os ultraliberais afirmavam que a Argentina deveria acentuar a produção de alimentos e aceitar o esquema de divisão do trabalho internacional, por meio do qual as potências capitalistas — principalmente os Estados Unidos e a CEE — seriam os seus fornecedores industriais.

Procurou-se, assim, encaixar a economia do país no projecto da Comissão Trilateral. Essa orientação económica complementava-se com uma aliança política e militar privilegiada com as potências capitalistas e, em primeiro lugar, com Washington. Enquanto isso, colocava-se em segundo plano a América Latina e retirava-se importância à participação nas instituições do Terceiro Mundo.

A iniciativa bética britânica e as sanções constituíram a contradição irresistível que quebrou essas alianças e induziu o governo argentino a procurar novos sócios com dramática urgência.

Depois de terem cortado os vínculos com a CEE, as autoridades argentinas interrogavam-se, por exemplo, como fariam para encarar a situação causada por uma dependência de 40% na esfera tecnológica.

É evidente que a Argentina — independentemente dos problemas políticos — não poderá resolver o dilema económico sem mudar a sua actual orientação.

A política económica da Junta militar culminou num total fracasso cuja principal vítima foi exactamente o sector industrial.

Condições objectivas

O Produto Nacional Bruto (PNB) da Argentina caiu 6,1% em 1981 e a actividade industrial em 16%. O PNB cresceu 15% durante os seis anos anteriores ao golpe militar de 1976 e caiu cerca de 4% nos seis seguintes, entre 1976 e 1981.

Em 1974, o sector industrial representava 29% do PNB e, em 1981, tinha baixado para 22%. Como outros países subdesenvolvidos, a Argentina expandiu as suas indústrias durante as duas guerras mundiais, quando o comércio com as potências ocidentais foi radicalmente afectado.

Hoje, deveria fazer a mesma coisa, mas de forma planeada, para enfrentar a guerra económica que os seus aliados ocidentais de ontem lhe declararam. E não poderá avançar em direcção à integração latino-americana se não concretizar com os países da região um processo de industrialização compartilhada.

Nenhuns desses caminhos são possíveis se for mantida a política económica ultraliberal do ministro Alemann. Este manteve-se no meio da contradição, alegando que essa política e os seus contactos internacionais permitiriam à Argentina negociar com os seus credores. Mas a Argentina defronta-se com a hora da verdade.

Uma poderosa e inesperada corrente histórica está impelindo o país a integrar-se na América Latina. Qualquer que seja o resultado da disputa, o facto é que, até hoje, nunca houve condições objectivas tão favoráveis para que se desenvolva o processo de integração desta região do Terceiro Mundo. □

(1) — Dados de 1978. Fonte: *World Development Report*, 1981. Banco Mundial.



VESPER

Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO-

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de

Importação e Exportação

Representações, Serviços,

Actividades Conexas e

Agência de Empresas

Nacionais e Estrangeiras

VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.

1000 LISBOA Portugal

Telefs. 731123 | 731323 | 731423 P

Telex 14069 JOMASU P

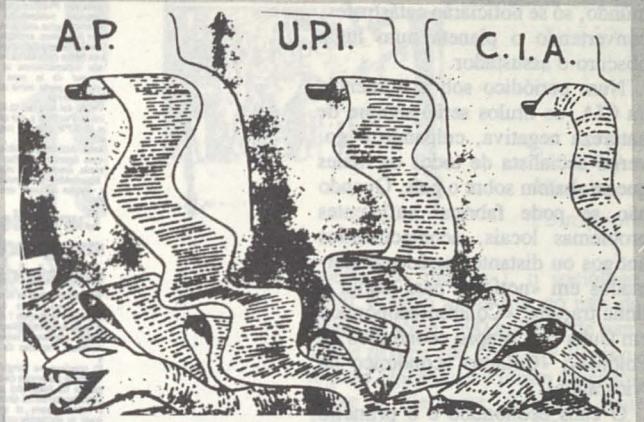


Design: Risco

COMUNICAÇÃO

A guerra psicológica da CIA

«El Mercurio», do Chile, o «Daily Gleaner», da Jamaica e «La Prensa», da Nicarágua, são ferramentas de uma mesma estratégia para desestabilizar governos progressistas



Fred Landis*

NA última década, quatro países latino-americanos optaram por um modelo não capitalista (ou declaradamente socialista) de desenvolvimento: Chile, Jamaica, Nicarágua e Granada. Nos três primeiros casos, a Agência Central de Informações (CIA) dos Estados Unidos respondeu, entre outras medidas, tomando conta do principal jornal do país e utilizando-o como instrumento de desestabilização. (Granada fechou o jornal opositor pouco depois da revolução, por este não cumprir a lei que exigia que os seus proprietários não fossem estrangeiros).

A CIA apropria-se dos periódicos através de etapas discretas porém identificáveis: utilizando uma associação internacional de Imprensa, despedindo parte do pessoal, modernizando o sector de impressão, mudando a diagramação da primeira página, usando propaganda subli-

minar, caluniando os ministros do governo, promovendo uma contra-elite para substituir o governo socialista, disseminando desinformação, fomentando a criação de conflitos artificiais, e coordenando o esforço de propaganda com uma ofensiva económica, diplomática e paramilitar, de acordo com as táticas de guerra psicológica descritas no *Field Manual of Psychological Operations* do exército norte-americano.

Essas etapas, juntamente com as mudanças drásticas de paginação, são tão específicas que tornam possível suspeitar da influência da CIA. Se a ofensiva de propaganda se combina com sabotagem económica, o terrorismo paramilitar e outras actividades encobertas, então pode-se afirmar sem dúvida que a CIA está em acção.

A CIA tem acesso a mais de 200 periódicos no mundo, assessorados pelo Departamento de Orientação da Propaganda Internacional, que edita o boletim *Bi-Weekly Propaganda Guidance* para uso das estações locais da CIA nos seus contactos com os periódicos. Neles se desenvolve uma campanha permanente de propaganda para evitar processos como os do Chile, Jamaica e Nicarágua.

Aqui estudaremos o que faz a CIA com os «seus» jornais quando estes processos se desenvolvem.

A metodologia

A primeira medida que a CIA toma ao reestruturar um jornal para utilizá-lo nas suas campanhas desestabilizadoras é levar o dono do jornal em questão a integrar a junta da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). O *New York Times* citou (26/12/77) um alto funcionário da CIA, para o qual a SIP seria «uma fonte de acções encobertas» da Agência. Num segundo passo, a SIP coloca o país na lista de regimes que ameaçam a liberdade de Imprensa. A Divisão de Serviços Técnicos da SIP é enviada para «modernizar» o jornal. As inovações «técnicas» quase sempre conduzirão à dispensa dos tipógrafos (cujos sindicatos são geralmente de esquerda na América Latina) e de grande parte do corpo editorial, incluindo alguns jornalistas conservadores.

O estilo da primeira página muda radicalmente, adoptando fórmulas sensacionalistas com grandes fotos e títulos. Os jornais conservadores do Terceiro Mundo destacam quase sempre na sua primeira página notí-

* O autor é um psicólogo norte-americano nascido no Chile, formado pela Universidade de Illinois com uma tese sobre a guerra psicológica no Chile no período 1970-73. É co-autor de um livro sobre o assassinato de Orlando Letelier e produtor de uma curta-metragem sobre as operações jornalísticas da CIA, no qual se baseou este artigo extraído da revista *Covert Action*.

cias dos Estados Unidos ou da Europa. Em uma *media operation* da CIA, as notícias locais passarão para o primeiro plano. Do resto do mundo, só se noticiarão catástrofes, convertendo o planeta num lugar obscuro e assustador.

Nunca periódico sob a influência da CIA, os títulos serão sempre de natureza negativa, culpando o governo socialista de todos os males que se abatem sobre o país. Quando não se pode fabricar suficientes problemas locais, acontecimentos antigos ou distantes serão transformados em «notícia» para seguir a linha traçada: «Colapso económico em Cuba»; «Colapso económico na Polónia»; «Colapso económico na Nicarágua».

O caos económico é o primeiro tema, porque este é mais fácil de ser criado pelos Estados Unidos. A ajuda económica é suspensa: o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e os bancos privados norte-americanos cortam os créditos; nega-se a reposição de peças para maquinaria de fabricação norte-americana.

O tema seguinte é o caos social. Em quase todos os países ocorrem factos que normalmente um jornal conservador não trataria. De repente, estes enchem a primeira página: violência, crise permanente, acontecimentos sobrenaturais, vaticínios, mortes, um cachorro que assassina o seu dono, crianças que delatam os pais, empregados que se rebelam contra os seus patrões. Depois de criado o clima de tensão, o governo será apontado como culpado. Primeiro, acusar-se-á a ideologia (socialismo) que o governo representa, depois o próprio regime, por insinuação ou explicitamente; com humor e depois com terror, destruindo inicialmente a imagem pública e depois assassinando a própria pessoa, como ocorreu no Chile com os generais constitucionalistas René Schneider e Carlos Prats e o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Orlando Letelier.

Propaganda subliminar

Os ataques indirectos empregam a juxtaposição de fotos com títulos

más lluvias

El Servicio Meteorológico Nacional anuncia la tarde i horas. Lluvias para las próximas 24 horas.

El pronóstico del tiempo es

siguiente:

Serie del Pacífico Centro:

23 MEN RAPE 15 GIRL

• ONE 5
BY CC

ONE OF 23 MEN WHO LAST night raped a 15-year old school girl on the grounds of the All Saints All-age School at Studley Park Road was shot and killed by the police this morning and his gun found on his body.

The dead man has been identified as Tony Abbott, 21, a member of the New Zealand Labour Party, who was shot dead in his car.

Traffic system causing havoc

Montego Bay
Reporters
THE RECENTLY
INTRODUCED trial one
way traffic system
downtown Montego

Ministers
change

mais eficaz que o ataque directo a líderes, já que a população local pode reagir adversamente e rechaçar este último. Paul Linebarger, o pai das modernas operações da CIA nos meios de comunicação, realçava que durante a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos tinham muito mais êxito nas campanhas psicológicas quando os seus «volantes» eram apresentados no estilo e formato dos jornais alemães. Linebarger estudou a propaganda dos aliados e do eixo nazi-fascista e concluiu que a técnica britânica era superior, porque a propaganda era apresentada como notícia.

Na América Latina, os periódicos conservadores gozam de maior credibilidade entre todas as classes sociais que os periódicos oficiais,

identificados abertamente com um partido, ou que os «pasquins» populistas. Isso explica porque, nos três casos estudados, a CIA se apoderou do principal jornal conservador de cada país.

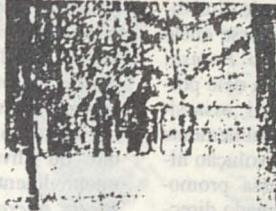
A primeira página parece um cartaz ou um panfleto de guerra psicológica precisamente porque é uma arma de guerra psicológica. A evolução histórica é clara. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Batalhão de Propaganda do exército norte-americano produzia panfletos que atacavam os líderes inimigos por insinuação na imagem. Depois, os panfletos assumiram o estilo e o formato dos diários inimigos. Hoje a CIA apodera-se pura e simplesmente do próprio jornal.

No livro *The War on the Mind* («A

EL MERCURIO

Asesinato de una Joven

Acusación Contra
Intendente Joignant



Renunció
Ministro de
Educación

guerra das mentes»), o sociólogo Peter Watson anota que no mês de Maio de 1968, 300 milhões de panfletos *psyops* (de *Us Army Psychological Operations*) foram lançados sobre o Vietname. Segundo Paul Linebarger, muitos bilhões de *psyops* volantes foram «bombardeados» pelos Estados Unidos sobre o teatro de operações alemão. Dado o enorme esforço em imprimir e lançar este material por detrás das linhas inimigas, é surpreendente que o assunto tenha sido tão pouco estudado.

Colaboração SIP-CIA

Durante a Segunda Guerra Mundial, quando os bombardeiros lançavam os panfletos, a fonte dessa propaganda era evidente para o leitor. Hoje os logotipos dos periódicos conservadores são empregados para ocultar a procedência real das campanhas.

Com centenas de periódicos filiados, a SIP está pronta a gritar contra a «ameaça marxista à Imprensa livre» se o governo atacado tenta restringir o fluxo de propaganda hostil. Em 1969, a CIA tinha cinco agentes empregados como executivos no *El Mercurio*. Todos eles foram eleitos, nos anos seguintes, para integrar a Junta de Directores da SIP. O dono do *El Mercurio* foi presidente do Comité de Liberdade de Imprensa e, depois, da própria Sociedade.

Pouco antes da campanha eleitoral contra o primeiro-ministro social-democrata Michael Manley, da Jamaica, o editor do *Daily Gleaner*, Oliver Clarke, foi incorporado no Comité Executivo da SIP e agora

foi promovido ao cargo de tesoureiro. Na sua última convenção anual, em San Diego, Califórnia, a SIP integrou Pedro Joaquín Chamorro filho, na sua junta de directores, ainda que este não fosse então director ou editor do *La Prensa*. Porém, a CIA necessitava dele porque tem o nome de seu pai, assassinado por Somoza e unanimemente considerado mártir da revolução nicaraguense. Depois dessa promoção, Chamorro foi designado director assistente do *La Prensa* e integra agora o Comité Executivo da SIP.

A última reunião da SIP no Rio de Janeiro, em Outubro do ano passado, foi dominada por referências alarmistas sobre a situação da Imprensa na Nicarágua.

Obviamente, os donos dos periódicos conservadores da América Latina não necessitam de dinheiro da CIA para opor-se a um governo socialista. A assistência que a CIA fornece é técnica e não financeira. Sem a ajuda da CIA, o periódico explicitaria a sua linha oposicionista nas páginas editoriais, com uma linguagem própria da ideologia da elite conservadora local. Isso, porém, seria guerra ideológica e não psicológica. À CIA não interessa, neste tipo de operações, a ideologia. Ela concentra-se no uso do seu amplo repertório de truques sujos. Um deles é a desinformação.

Desinformação

A desinformação é um tipo especial de propaganda «negra» (informação falsa no jargão da CIA), ge-

ralmente apoiada por documentos apócrifos.

Ralph McGehee, veterano agente com 25 anos de experiência na CIA, escreveu no semanário liberal norte-americano *The Nation* (11/4/81): «Onde se carece das circunstâncias ou provas necessárias para apoiar a intervenção norte-americana, a CIA cria as situações apropriadas ou inventa-as e distribui-as mundialmente através dos seus media operations (...) Preocupada com a resistência dos militares em empreender acções contra Allende, a CIA falsificou um documento revelando um conluio esquerdista para assassinar militares chilenos. A Imprensa deu grande destaque à descoberta do conluio, pouco antes de Allende ser derrubado e assassinado.»

O principal agente da campanha de desinformação do Chile foi Robert Moss que, sete anos mais tarde, foi co-autor do livro *The Spike*, no qual sustenta que os soviéticos inventaram uma estranha técnica chamada desinformação.

Certa vez, Moss escreveu sobre a existência de um exército secreto de cubanos no Uruguai. Depois do golpe militar no Uruguai, «revelou» a presença de um exército secreto de 14 mil «esquerdistas» uruguaios, bolivianos e cubanos no Chile. Depois do golpe no Chile, Moss descobriu um exército secreto de cinco mil cubanos em Portugal.

A 8 de Outubro de 1979, Moss escreveu no *Daily Telegraph* de Londres que havia um Exército secreto de cinco mil cubanos na Ja-

maica. O artigo foi reproduzido pelo *Daily Gleaner* com o título «Castro quer fazer da Jamaica uma Cuba de língua inglesa». Segundo dados do governo jamaicano, havia 420 cubanos na ilha, a maior parte dos quais eram médicos, professores e especialistas agrícolas.

A 10 de Agosto de 1981, Moss escreveu no *Daily Telegraph* que cinco mil cubanos tinham sido «des tacados» para a Nicarágua.

De acordo com o seu propósito, as operações de guerra psicológica podem ser classificadas de estabilizadoras e desestabilizadoras. No caso de se tratar de um governo amigo, a propaganda da CIA tenta criar uma imagem positiva do regime para apoiar a sua estabilidade. É este o caso da defesa do Irão por parte de Arnaud Borchgrave (correspondente do *Newsweek* frequentemente apontado como agente da CIA) ou dos elogios do próprio Moss à Junta chilena.

A desestabilização é um termo que se tornou famoso quando o ex-diretor da CIA William Colby o empregou para descrever o que a CIA tinha feito no Chile. Depois de haver estudado o que mantém uma sociedade unida, usa-se esse conhecimento para desuni-la.

O Manual de Operações Psicológicas recomenda «estimular divergências entre as classes militar e política; abalar a confiança nos dirigentes; estimular os atritos de elementos religiosos, étnicos, políticos e económicos entre si e contra o governo; fortalecer os líderes amigos e debilitar os inimigos».



Jamaic. sold ou the Cub for less 30 piec of silvei

Manley no Daily
Gleaner: um
angulo forçado

Canais de desinformação

A presença desse tipo de propaganda divisionista ou de manobras de desinformação deve ser considerada uma evidência de que está em marcha uma operação psicológica. Um dos métodos para descobrir se se trata de uma operação da CIA é investigar os canais que levam a desinformação ao país em questão.

Explica o ex-agente da CIA Philip Agee: «Por exemplo, a estación (sucursal) da CIA em Caracas pode

telegrafar para Bogotá a informação sobre um *complot* comunista na Venezuela. A estação de Bogotá levantará a versão através de um agente de propaganda local, que a atribuirá a um funcionário governamental venezuelano não-identificado. Aquilo que foi publicado na Imprensa colombiana será retransmitido para as «estações da CIA em Quito, Lima, La Paz, Santiago».

É muito difícil depois seguir o rasto da informação para descobrir que a CIA foi a fonte original. Porem, o facto de uma notícia extraordinária ser atribuída a uma fonte distante dá só por si uma pista. Como pode um jornal colombiano ser o primeiro a inteirar-se de um plano secreto na Venezuela?

La Prensa fornece um exemplo recente deste tipo de propaganda «negra». Em 16 de Agosto de 1981, o jornal noticiaava que o ministro dos Negócios Estrangeiros nicaraguense, Miguel d'Escoto, havia-se referido à igreja católica em termos insultuosos. D'Escoto, que é sacerdote, negou categoricamente ter produzido tais declarações. *La Prensa* disse que a sua fonte era o *Diario de las Américas*, jornal em língua espanhola de Miami publicado por exilados cubanos. O *Diario* divide os seus escritórios com a SIP e tem entre o seu pessoal vários agentes da CIA. Ante a insistência nicaraguense, o *Diario de las Américas* disse que as declarações de D'Escoto haviam sido tiradas de um obscuro jornal mexicano chamado *El Periódico*, que então tinha poucos meses de vida. Consultado, *El Periódico* disse que as declarações estavam contidas em uma entrevista com D'Escoto realizada seis meses antes por um de seus repórteres em Nova Deli. Desafiado a demonstrá-lo, o repórter disse que a gravação era inaudível porque as pilhas tinham-se esgotado.

Como pode um jornal mexicano de segunda classe financiar o envio de um repórter a Nova Deli? Por que resolve de repente fazer um título de oito colunas a partir de uma entrevista realizada seis meses antes?

Símbolos

Talvez uma das características mais típicas de um jornal controlado pela CIA seja o abandono de todo interesse em transmitir uma mensagem no texto, apoioando-se apenas nuns poucos símbolos chaves que são inseridos na primeira página. Os símbolos manipulados são aqueles que suscitam fortes associações emocionais no público que se quer alcançar.

Assim, por exemplo, *La Prensa* publicou em 7 de Março de 1981 um artigo sobre a nomeação do dr. Arturo Cruz (um banqueiro moderado,



PROFESSOR MICHAEL MARLEY will
lecture "Managing Diversity in National
Culture" at a symposium given by the Japan
of the Peace Project in New York next week.

'Plot to assassinate police officers

Managers Ask Apportionment
The J.P.'s have agreed to a P.M.P. plan to apportion certain policemen and high ranking police officers and to blame it on the J.P.'s. The J.P.'s spoke strongly on Festus' proposal. Senator Whetstone Spaulding announced "Four more days" this afternoon.

**Uma suposta
conspiração para
assassinar
agentes da
polícia aparece
ao lado de Ramón
Castro e de
Manley**



SEÑOR RAMON CASTRO Chairman of Cuba's Dairy Enterprises (Anonita Plaza (center) places a brotherly hand on Dr. J. P. Lachy renowned Jamaican Cattle Exporter as he attends the opening of the first Inter-American Congress of Animal Husbandry at the Hotel Savoy in Havana, Cuba, last Thursday.

Ramon Castro expert, visits

até então membro da Junta de Governo) como embaixador nos Estados Unidos junto a um título que dizia: «Se vá el Cuerpo de Paz». A associação era óbvia, «Cruz se vá, se vá la paz».

Nesta época, não havia na Nicarágua nenhuma operação do Corpo de Paz. A Imprensa de esquerda considerou que o título mentiroso era uma provocação, porém ignorou a manipulação emocional do tema da paz e o símbolo da cruz.

No Chile, durante três anos, foram raras as vezes que *El Mercurio* publicou fotos do presidente Allende na primeira página. Mas cada vez que o fez, o retrato aparecia

cercado de títulos que incluíam as palavras soviético, comunista, marxista, violência ou morte.

A 28 de Agosto de 1970, *El Mercurio* publicou uma foto do ministro da Economia, Pedro Vuscovic, junto à de uma criança que trazia o título: «Queria estrangular esta criança». Em 12 de Junho de 1972, outra foto de Vuscovic apareceu junto a uma matéria intitulada «Mãe violada e assassinada».

A 31 de Março de 1980, o *Daily*

Gleaner da Jamaica publicou uma foto do primeiro-ministro Michael Manley perto de dois títulos que não estavam relacionados com ela: «Futuro negro» e «Os vermelhos tomaram o controlo». São abundantes os exemplos de casos semelhantes.

Com a simples justaposição de fotos e títulos, os líderes socialistas e a ideologia que representam são associados à violência, a pragas e morte.

As novas versões de *El Mercurio*,

Daily Gleaner ou *La Prensa* parecem-se entre si e diferenciam-se dos seus velhos formatos conservadores. É claro que estão seguindo um modelo pré-estabelecido, mas será que são eficazes? Muitos teóricos da comunicação sustentam que a propaganda de qualquer tipo tem pouco impacto sobre as eleições ou outras formas de comportamento político.

Isso foi precisamente o que disse um congressista norte-americano ao dr. Frederick Frei, do Massachusetts Institute of Technology. Argumentava esse deputado que não se devia destinar mais fundos norte-americanos para a propaganda, já que tais actividades não produziam nenhum benefício concreto à segurança nacional dos Estados Unidos. Frei replicou que estudos levados a cabo no Chile e Turquia demonstravam o contrário. O testemunho de Frei foi feito numa sessão secreta do Congresso, da qual só se publicaram versões parciais. Fica claro, no entanto, que Frei referia-se às eleições chilenas de 1964, quando a CIA investiu 20 milhões de dólares na campanha contra Allende. E embora desconheçamos como foram realizados os estudos, é óbvio que a CIA crê que os seus métodos de propaganda funcionam.

Técnicas subliminares

Em artigo publicado no semanário *The Nation*, Ralph McGehee afirma que a CIA tentou recriar no Chile o mesmo clima psicológico que imperava na Indonésia em 1965, quando um golpe de Estado levou ao massacre de centenas de milhares de «comunistas». Arnold C. Brackman, que foi repórter em Jacarta, capital da Indonésia, descreve este clima: «Os indonésios falam de 'terror mental' quando se referem ao período de 1964/65. Nesse contexto, os assassinatos podem ser descritos como uma 'explosão psicológica' que eclode num povo reprimido e enlutado pelo 'terror mental'».

A bomba psicológica que a CIA fez explodir na Indonésia matou mais gente que a bomba atómica de

LA PRENSA 12 PÁGINAS **C\$2.00**

Cruz se despide:
Primera preocupación:
Que se mantenga la Paz

De servicio en Tipitapa

Investigan a 21 policías!

Se va el Cuerpo de Paz

La Prensa, da Nicaragua: «Cruz vai embora, a paz também se vai»

Misión Secreta de Partido Comunista

1/3/72: Allende • uma manchete sensacionalista

Hiroshima. Essa capacidade de gerar maremotos emocionais e terremotos políticos exige que as operações psicológicas da CIA sejam examinadas.

A 8 de Abril de 1972, *El Mercurio* publicou uma foto toda colorida de uma operação cirúrgica em coração aberto, ao lado de uma foto de Allende. Não é o tipo de imagem que um chileno conservador esperaria encontrar no seu jornal ao tomar o café da manhã. A 24 de Novembro desse mesmo ano, *El Mercurio* insiste na mesma tecla, cercando uma foto de Allende com quatro fotos a cores da implantação de uma bateria radioactiva no coração de um chileno.

A mensagem que se tenta transmitir é que o marxista Allende, como a bateria, é um elemento estranho que penetrou bem no coração do Chile, que seria um corpo sadio.

A 13 de Agosto de 1973, exactamente um mês antes do golpe, *El Mercurio* publicou uma foto de uma procissão fúnebre tomada no momento em que passava em frente do palácio presidencial de La Moneda, como nefasto augúrio do que viria depois.

A 9 de Março de 1972, uma foto de um cão raivoso é publicada debaixo de uma de Vuscovic. Outros augúrios de morte — em particular galinhas e vacas mortas — foram frequentes em Agosto de 1972.

Em Abril e Maio de 1981, o simbolismo das vacas mortas reaparece no *La Prensa* da Nicarágua, que começou uma campanha afirmando que as vacas trazidas de Cuba estariam contaminadas por doenças. *La Prensa* não provou essas notícias e teve depois que se retratar, porém a associação psicológica entre as pragas e o marxismo estava estabelecida.

A mensagem subliminar também se estabelece por contraste. A 18 de Março de 1981, *La Prensa* publica uma foto do ministro D'Escoto tomada de um ângulo que lhe deforma a zona do pescoço. A legenda da foto diz que o ministro está «transbordando de saúde e muito optimista», em notório contraste com a foto inferior de uma jovem hospita-

8/4/72: Allende e
uma operação
cirúrgica ao
coração

EL MERCURIO

Rechazado el Recorrido de La Marcha



EL MERCURIO

Repudio a Actuación De Vuskovic



Banzer Inicia Visita a Paraguay



Austic Gato
a Primaria



O ex-ministro
Vuscovic e, ao
lado, um cão de
ataque: velha
técnica

lizada. Um título ao lado comenta: «Foi para isso que o nosso povo lutou?»

Manipulando a religião

O Manual de Operações Psicológicas do exército norte-americano explica que «entre os cristãos, a cruz é efectiva como símbolo porque representa graficamente o sofrimento e morte de Cristo pelos homens». *La Prensa* recorre frequentemente a esse simbolismo e, quando pode associa-o ao nome do dr. Arturo Cruz, a quem somente cita como «Cruz», sem títulos nem outros nomes.

A 1 de Abril de 1981, *La Prensa*

mobilizou milhares de fiéis para um lugar onde a Virgem Maria teria aparecido a um simples camponês de nome Bernardo. De acordo com o jornal, a Virgem não estaria contente com a situação actual da Nicarágua.

Embora as relações entre a hierarquia católica e o governo nem sempre sejam as melhores, a manipulação do simbolismo religioso foi iniciada pelo *La Prensa* e pela CIA, não pela Igreja Católica da Nicarágua. As notícias de «milagres» e «aparições» tornaram-se tão frequentes que o governo acabou por proibir a publicação de tais factos enquanto o seu carácter milagroso

não fosse comprovado pela Igreja, o que em nenhum momento aconteceu.

A manipulação do simbolismo cristão foi também frequente no Chile; e, na Jamaica, o *Daily Gleaner* chegou a publicar uma enorme foto de um ovo com uma mancha negra. Segundo o jornal, o ovo, que havia sido mostrado como curiosidade por um bom camponês cristão, reproduzia um mapa da União Soviética e a sua aparição mágica devia ser considerada uma mensagem divina de alerta sobre a iminência da entrega do país aos comunistas.

Apesar de poder chegar a extremos ridículos, a CIA não está a brincar com a sua manipulação de

Miguel D'Escoto
em posição
forçada: efeito
psicológico



R'Vocata an Misericordia

Regresó de largo viaje

Ses modifications de niveau de la J2000 «tente» pour la première fois le Comité de sécurité et la Commission régionale d'Élections de faire respecter les conditions de sa prolongation édictée par certaines parties extrémistes, malgré l'opposition de l'autre.

Elle devrait aussi être démontée et il faudra

Attendre et surveiller de la J2000, comme toute Chambre d'Assemblée, mais surtout de l'Assemblée régionale de la sécurité et de l'ordre, et de la Commission régionale d'Élections, pour voir si la situation peut évoluer dans le sens de la sécurité et de l'ordre. Il faut alors faire preuve de patience et de persévérance pour préparer une éventuelle réaction immédiat



William H. Gray

18 muertos en accidente

En la noche del 10 de diciembre, el presidente de la República, Dr. Luis A. Sánchez Cerén, realizó una visita sorpresa a la localidad de La Unión, en el Departamento de San Salvador, para supervisar las labores de construcción de la carretera que une la capital con la ciudad de Santa Tecla.



jornais. A campanha de propaganda interna é parte de uma ofensiva coordenada com aspectos económicos, diplomáticos e paramilitares. O caos económico que a propaganda prognostica pode chegar a ser real. A falta de abastecimentos também. As comunicações e o transporte são sabotados, ressurgem velhos conflitos étnicos e fronteirícos.

Na Nicarágua, a aparição da Virgem coincidiu com a chegada de Morris Zerulo, um evangelista norte-americano direitista que prometeu exorcizar os demônios que afligiam o país. Em pouco tempo, os Estados Unidos cortaram a ajuda econômica, os guarda somozistas exilados intensificaram os seus ataques

ques fronteiriços e os sacerdotes que desempenhavam cargos governamentais foram pressionados a que renunciassem (sem sucesso até ao momento).

Um programa detalhado

As etapas da campanha estão claramente definidas e o exército norte-americano tem um manual específico para cada uma delas. No entanto, a responsabilidade de planejar e conduzir as primeiras fases não pertence aos militares, mas à CIA. Assim como, supostamente, James Bond tinha «ordem para matar», só a CIA se deve encarregar da propaganda 'negra', da falsificação de documentos, das ações paramilitares e outras operações encobertas. A guerra psicológica é uma forma secreta de guerra não-convençional e só se recorrerá à intervenção militar directa quando esta, e tudo o mais, fracassar.

De acordo com a terminologia do exército norte-americano, as etapas são: Propaganda, Operações Psicológicas, Guerra Psicológica, Assuntos Civis e Reconstrução.

Propaganda — Destinada a apresentar uma imagem positiva dos Estados Unidos e negativa do bloco socialista. Nesse esforço, a CIA colabora com a Agência de Comunicação Internacional dos Estados Unidos, que está em processo de reorganização e recuperará o seu antigo nome de USIA (*United States Information Agency*).

Operações psicológicas — São desenvolvidas em tempos de paz para influir nas eleições ou na política de um Governo estrangeiro.

Guerra psicológica — É uma guerra não-declarada. Todas as agências do governo norte-americano coordenam as suas actividades e todos os recursos são mobilizados, menos a guerra aberta. Grupos de resistência clandestinos ou declarados são montados pela CIA. Tentase mobilizar as massas contra o governo. Operações paramilitares, inclusive subversão e assassinatos, são coordenadas com a propaganda subversiva. Embora instigados pela CIA, os seus agentes são fundamentalmente «nativos», civis ou militares.



Cruz se va h

**La Prensa Insiste
no símbolo da
CPN**

res manipulados para derrubar o seu próprio governo.

Chegar a uma etapa de Assuntos Civis, quer dizer que a CIA fracassou nas metas traçadas pelo presidente para a fase anterior. Se não houver golpe militar convencional, os marines deverão entrar em cena. Aqui, os actores principais são as forças militares regulares dos Estados Unidos e os seus amigos.

Na etapa de Reconstrução, forças amigas dos Estados Unidos têm o controlo físico indisputável de todo o território. O país foi «pacificado». Economistas, advogados e jornalistas treinados nos Estados Unidos darão assessoria ao novo governo pró-norte-americano.

Dos exemplos que estudámos, só o Chile chegou a essa última etapa,

La prensa
(3/4/81). A
aparição da
Virgem e um
camponez: apelo
à religiosidade

LA PRENSA 16 PÁGINAS
AL SERVICIO DE LA VERDAD Y LA JUSTICIA
Miercoles, Marzo 1 de abril de 1981
Ed. 129, Vol. 10, Núm. 10,000
C\$2.00

Visita al campesino de las apariciones

Con Bernardo en Cuapa



Liberan a 25 rehenes

Michael Manley por Edward Seaga.

Essa mesma etapa é a que está em andamento na Nicarágua. Medidas defensivas firmes e oportunas, e particularmente a conscientização do povo sobre a natureza da guerra psicológica, podem evitar o triunfo da CIA. □

CIMPOR
Cimento de Portugal, E.P.



Uma empresa pública sólida, dinâmica, capaz, na base do desenvolvimento do país

LOULE

1981

CIMENTO PORTLAND NORMAL
CIMENTO DE ALTO FORNO
CIMENTO BRANCO
CAL HIDRÁULICA
POSTES DE BETÃO
SACOS DE PAPEL
CORRECTIVO CALCÁRIO

Número de trabalhadores	2 528
Remunerações totais	1 342 000 contos
Vendas totais	13 723 000 contos
Amortizações efectuadas	1 115 000 contos
Investimentos realizados	3 315 000 contos
Resultados antes de impostos	750 000 contos
Resultados após impostos	200 000 contos

Rua Alexandre Herculano, 35
Tel. 589161 - 1200 Lisboa

Colecção
«UMA TERRA SEM AMOS»

TEMPO DA MORTE CRUEL

Alex La Guma



na estrada do futuro **editorial
Caminho**

As contradições e os
dramas explosivos
da África do Sul,
numa linguagem rica
e densa, a par de igual
exactidão
no retrato do mundo negro,
que resiste.

AMÉRICA LATINA

Nicarágua

«Zero» à direita

Com o claro apoio dos Estados Unidos, Edén Pastora proclama-se «dissidente» da Frente Sandinista e poderá se colocar ao serviço dos mesmos guardas somozistas contra os quais lutou no passado

Arqueles Morales*



O comandante no auge: a vitória da tomada do palácio de Somoza

UMA foto percorreu o mundo em 1978: a de Edén Pastora, o comandante «Zero», chefe de uma operação sandinista que culminou com a tomada do palácio nacional da Nicarágua e a cedência de Somoza à libertação de cerca de sessenta prisioneiros políticos. Depois da vitória de Julho de 1979, «Zero», vice-ministro do Interior,

passou a ser o objectivo especial dos jornalistas que um ano antes tinham contribuído para criar a sua lenda no mundo.

A 15 de Abril de 1982, a foto de «Zero» tornou a precorrer o mundo. Mas desta vez, tratava-se totalmente do contrário: Edén Pastora anunciaava a sua deserção do sandinismo e ameaçava «escorraçar, a tiros, do

* Nossa colaborador em Manágua

país» a Direcção Nacional da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional).

Dez meses antes, Pastora e um grupo que tinha combatido com ele na Frente Sul «Benjamín Zeledón», na fronteira com a Costa Rica, saíram da Nicarágua renunciando aos seus postos e cargos numa atitude que surpreendeu o povo nicaraguense e que pareceu extemporânea num momento em que pairavam sobre o país as ameaças de incremento de agressões externas.

Num estilo rude, desprovido de grande profundidade ideológica, Pastora anunciou numa carta que abandonava o país «para cumprir um dever internacionalista noutra nação latino-americana». As referências expressas nessa carta davam a entender que esse país poderia ser a Guatemala ou El Salvador. Ao dar publicidade à carta de Pastora, a FSLN deplorou a sua decisão, instando para que ele voltasse ao país embora manifestasse «profundo respeito» pela sua «vontade de se integrar num processo de libertação em qualquer país latino-americano».

Dez meses durou a ficção de um Pastora «internado na montanha em algum lugar da América», como ele próprio tinha assinalado noutra mensagem. A 15 de Abril, em San José da Costa Rica, «Zero» mudou a sua posição e colocou-se à direita. numa dispendiosa conferência de Imprensa realizada num hotel luxuoso, com guarda-costas armados, Pastora dedicou quase três horas a atacar o governo da Nicarágua e a Frente Sandinista usando exactamente os mesmos argumentos que o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, o seu secretário de Estado, Alexander Haig, e a embaixadora dos EUA na ONU, Jeanne Kirkpatrick, têm utilizado nos últimos meses.

Metamorfose ou carta escondida?

Algumas pessoas falam da «metamorfose» que levou Pastora, um

dos mais duros e agressivos oradores entre os dirigentes sandinistas, a colocar-se contra esses mesmos dirigentes e a anunciar que se transformará no chefe da contra-revolução. Outros consideram que não se trata de uma metamorfose mas da explosão de um sentimento durante muito tempo escondido nele: a vaidade pessoal, a prepotência e a tendência de «Zero» para a publicidade combinaram-se com interesses pessoais no plano económico e com desenfreadas ambições de poder no plano político.

Em apoio a esta segunda interpretação, existe um discurso do comandante da revolução e ministro do Interior, Tomás Borge, que em Fevereiro de 1981, pouco tempo antes de Pastora abandonar a Nicarágua, anunciou aquilo que, por casualidade ou conhecimento, seria mais tarde realidade. Falando da irrevogável decisão dos sandinistas que recebiam o seu cartão de militante nesse dia (entre eles, Pastora), Borge definiu as qualidades que devem caracterizar um militante, sublinhando a modestia, a negação do «chefismo», etc. Ao finalizar, sublinhou que o cartão da FSLN nunca poderia ser negociado. «Diz-me Irmão, Irmão Edén, por quanto venderias o teu cartão de

sandinista?» perguntou Borge a Pastora, que era um entre as dezenas de dirigentes que se encontravam presentes no acto.

Outra contribuição mais concreta para compreender o sucedido foi revelada pelo comandante da Revolução e ministro do Desenvolvimento Pecuário, Jaime Wheelock: depois do triunfo revolucionário, Pastora pediu a esse ministério que lhe fossem devolvidas as terras de sua propriedade que tinham sido repartidas durante a guerra. Pastora sempre foi um homem rico e os seus prósperos negócios de pesca na vizinha Costa Rica continuaram a dar dividendos depois da vitória do sandinismo.

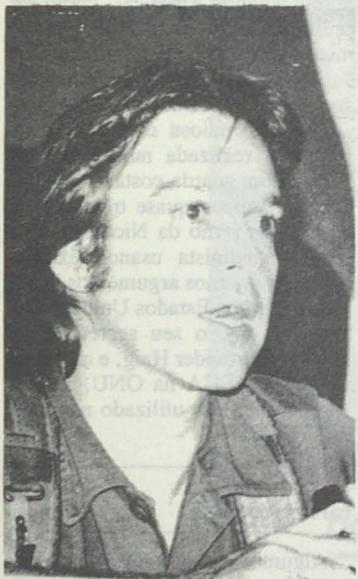
No plano político, talvez ninguém tanto como Pastora tenha negado na prática a concepção sandinista de não falar em termos pessoais mas sempre considerando o conjunto da FSLN. Desde os tempos da guerra de libertação, quando comandava a Frente Sul, Edén Pastora pareceu aos observadores e analistas um personagem demasiadamente propenso à propaganda pessoal. Isso levou o falecido líder panamiano, general Omar Torrijos, a dizer certa vez com a ironia que lhe era própria, que a guerra na Nicarágua «parece às vezes quase uma luta pessoal

entre Anastasio Somoza e Edén Pastora».

Seja como for, corajoso nas suas acções militares, audacioso e espectacular, «Zero» ocupou um lugar no coração dos nicaraguenses que o admiraram e amaram como um dos lutadores que arriscou a vida no derrube da ditadura de Somoza. Agora o seu nome tornou-se o símbolo da traição, a imagem não só do trânsfuga mas também de instrumento consciente dos Estados Unidos numa acção que a direcção nacional da FSLN qualificou como «a última cartada que a administração Reagan joga contra a Nicarágua».

Apanhado no jogo

Ao iniciar-se a conferência de Imprensa em San José, Pastora leu e fez entrega aos jornalistas estrangeiros convidados (mais de cem) de um documento que obviamente não tinha sido escrito por ele. Nele, o ex-dirigente sandinista adoptava uma posição «dissidente» da FSLN e do governo da Nicarágua com argumentos políticos que o aproximavam de certos critérios manipulados por alguns sectores da social-democracia latino-americana. Até aí, o plano concebido pelos Estados Unidos ia bem.



Os comandantes Jaime Wheelock (à esquerda) e Tomás Borge não se iludiram com «Zero»

Mas tudo caiu por terra quando, depois da leitura e entrega dos documentos, os jornalistas interpelaram Pastora sobre diversos aspectos. A megalomania de «Zero» anulou a primeira intenção da conferência de Imprensa e transformou o acontecimento num grotesco espetáculo no qual o egocentrismo substituiu a coerência que os seus patrocinadores lhe tinham imposto no discurso escrito. Batendo no peito teatralmente, Pastora reivindicou ser o mais antigo combatente sandinista, o mais querido, o mais honesto, o mais consequente, tudo em termos superlativos. Nem um só dos argumentos de Pastora contra a política dos sandinistas difere das acusações que os Estados Unidos fazem contra esse país.

Quando, há dois meses, o ministro dos Negócios Estrangeiros nicaraguense Miguel D' Escoto e a embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Jeanne Kirkpatrick, se enfrentaram num programa da televisão norte-americana, a diplomata utilizou exactamente — inclusive na mesma ordem — os argumentos repetidos por Pastora: na Nicarágua existe uma ditadura sandinista, os indígenas *mosquitos* da costa atlântica do país são reprimidos, expriam-se herdades e empresas sem justificativas, restringe-se a liberdade de Imprensa, há conselheiros militares estrangeiros em demasia e um crescente armamentismo. Não faltou mesmo o pormenor que tanto irritou Kirkpatrick e agora, parece que por osmose, também irrita Pastora: a referência que o hino sandinista faz do «ianque inimigo da humanidade».

Em três horas, pôde-se estabelecer com clareza que o *show* da Costa Rica tinha sido preparado. A acção estava enquadrada na estratégia americana de isolar o governo sandinista da Nicarágua.

O internacionalismo de Pastora

Quando «Zero» saiu da Nicarágua, emocionou o seu povo anuncianto que ia «lutar até à morte, se necessário, pela libertação de um



Milhares de cartões foram queimados pelos milicianos que recusaram conservar um documento assinado por um ex-companheiro deserto



**José Valdívía:
desmascarar
Pastora**

povo irmão». Toda aquela intenção se desvanceu em dez meses. O comandante José Valdívía, que partiu com «Zero» mas de quem se separou em Dezembro do ano passado, disse, em 22 de Abril, que tinha acontecido uma metamorfose no antigo guerrilheiro. A sua meta teórica era realmente incorporar-se nas guerrilhas guatemaltecas com as quais manteve contacto. Mas quando em Dezembro lhe propuseram entrar na Guatemala, Pastora negou-se. Poucos dias antes tinha sido contactado no Panamá por funcionários do departamento de Estado e da CIA. Segundo o testemunho de Valdívía, comandante guerrilheiro e ex-«segundo» de Pastora

na guerra, «Zero» deslocou-se aos Estados Unidos a fim de se entrevisitar com esses funcionários. A traição foi urdida em Washington com um «Zero» que já não pensava «em disparar a minha espingarda contra a injustiça em qualquer parte do Mundo» mas sim em constituir-se numa carta táctica do imperialismo contra a acossada Nicarágua. Foi aí que Valdívía o abandonou.

A decomposição de Pastora foi facilmente detectada pela União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG), que agrupa as quatro organizações guerrilheiras: «Percebemos a sua falta de solidariedade política e a sua incrível imaturidade», assi-

nala o documento da URNG que acusa Pastora de ter utilizado a sua teórica vinculação com os revolucionários guatemaltecos para componer a traição. Pouco depois, a FMLN de El Salvador emitia outro documento condenando a traição de Pastora.

A cartada Pastora foi concebida por políticos norte-americanos como opção para apresentar uma fissura nas fileiras da FSLN. Não se deve esquecer que, apesar da linguagem agressiva que usava quando foi vice-ministro do Interior, os manipuladores da Informação sempre o apontaram como «um dos moderados», num inútil esforço para dividir os sandinistas.

Os resultados

Talvez nas matemáticas selvagens que Reagan e Haig manipulam, a ideia de fazer passar «Zero» para a direita tivesse por objectivo multiplicar os seus pontos de apoio até agora nulos na sórdida guerra que fazem contra a Nicarágua.

A prática evidenciou que esse cálculo era erróneo. A traição de Pastora, a sua declaração de que fará a guerra à Revolução, foi primeiro tomada com dor e depois com uma fria raiva pelo povo. A imagem de Edén Pastora saindo do palácio tomado pelos sandinistas ou a do guer-

reiro da Frente Sul foi substituída pela do homem fátu que na Costa Rica teve a pretensão de que o amor popular para com a sua figura «é suficiente para derrubar os sandinistas».

Horas depois da traição, milhares de milicianos devolveram os cartões que os credenciavam como tais e que traziam a assinatura de «Zero». Todos os comandantes que combateram junto com ele durante a guerra condenavam o seu antigo chefe «agora convertido em simples peão do imperialismo», como dissera o seu ex-«segundo», Valdívia. A isso juntaram-se milhares e milhares de pessoas que, em manifestações nos bairros, povoados e cidades, gritaram palavras-de-ordem ridicularizando «o comandante mais querido de toda a Nicarágua», como ele mesmo se autodenominou.

Alheio às múltiplas experiências da história, «Zero», como disse Valdívia, «acabou por acreditar que a popularidade era propriedade pessoal, esquecendo-se que ela se origina do povo».

Os planos de Washington ficaram reduzidos por três motivos: porque a Nicarágua a repulsa a «Zero» foi unânime; porque os movimentos revolucionários da Guatemala e El Salvador fizeram o mesmo; e porque — exceção feita aos pequenos partidos da burguesia — não existe na

Nicarágua nenhuma base social que Pastora (mais hábil no uso das armas do que na prática política) possa conseguir no contexto dos planos imperialistas.

Apesar disso, Pastora ainda tem uma opção: em Honduras, existem — segundo estimativas — mais de quatro mil ex-guardas de Somoza, treinados e armados, que fazem incursões na Nicarágua causando morte e destruição. Eles carecem, em termos concretos, de um líder militar. Por mais paradoxal que isso possa parecer, talvez a intenção final de Washington (uma vez fracassada a ideia de apresentá-lo como «um sandinista moderno» e perante a sua própria burrice ao desmascarar prematuramente todo o projecto) seja fazer de «Zero» o comandante desses ex-guardas contra os quais combate mais de uma vez. O projecto parece discutível, mas fora ele, Pastora não tem outra alternativa.

Aliás, «Zero» parece ter dado um passo nessa direcção no dia 22 de Maio último, após a sua expulsão da Costa Rica. Acusado pelo governo de San José de violação da soberania nacional e de contrariar a «neutralidade tradicional» costa-riquenha, Edén Pastora escolheu fixar-se nas Honduras para, segundo declarou, «ficar perto do meu país e o libertar do jugo comunista». □



□ Dora María Téllez, a comandante «Dois» e secretária política da Frente Sandinista em Manágua, também condenou com veemência as declarações de Edén Pastora. Conhecida como «Dois» desde que coadjuvou o comandante «Zero» na tomada do palácio do governo em 1978, Dora María afirmou ser a atitude manifestada por Pastora na Costa Rica «um acto de mera traição».

Em relação à saída de Edén Pastora da Nicarágua anunciando que «ia combater outros países», a comandante Téllez disse: «Onde é que Edén praticou o seu anunculado internacionalismo, enquanto o nosso povo lutava com o imperialismo? Onde andou ele todos estes meses em que o nosso povo tem sido agredido e em que os somozistas assassinaram mais de uma centena dos nossos combatentes?»

Cabo Verde

Reforma Agrária deita sementes à terra

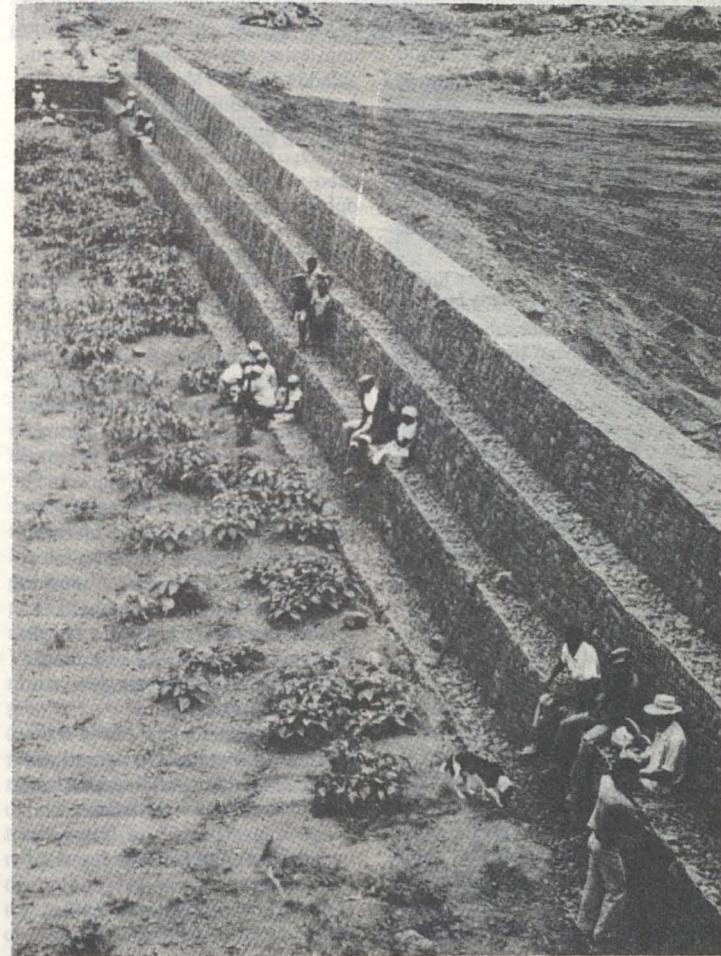
A nova Lei de Bases procurará pôr termo aos regimes indirectos de exploração da terra, beneficiando camponeses e pequenos proprietários

Baptista da Silva

O dia primeiro de Janeiro do próximo ano entrará em vigor a Lei de Bases da Reforma Agrária, através da qual as autoridades cabo-verdianas pretendem atingir um duplo objectivo: aumentar a produção e incrementar a produtividade das explorações agrícolas — de forma a melhorar a situação alimentar no arquipélago e a reduzir, desse modo, a dependência do estrangeiro; e, simultaneamente, «libertar os que trabalham a terra» da sujeição de relações económicas arcaicas e anquilosantes, procurando alterar qualitativamente e de forma substancial, — do ponto de vista económico, social e cultural — as condições de vida existentes no mundo rural.

Mas, perguntar-se-á: quais as razões que terão levado a que só agora — sete anos após a independência do país — fosse aprovada e promulgada uma lei de tal importância e alcance económico e social?

Sem dúvida por se tratar de uma questão muito «sensível», dado o tradicional apego do camponês ao seu «torrão», num país, como Cabo Verde, onde a propriedade da terra é esmagadoramente dominante, «sem que a propriedade privada existe na mentalidade das pessoas....», como nos referia, dois anos atrás, quando da ultimação do projecto de lei agora aprovado, o ministro do Desenvolvimento Rural cabo-verdiano, eng.



João Pereira da Silva. E, como em qualquer processo de libertação, a mudança das mentalidades é a batalha mais dura de travar e de vencer...

Muito embora a nova Lei de Bases da Reforma Agrária não venha pôr em questão, ou atentar contra, a posse privada do factor de produção terra — desde que o proprietário a explore directamente por conta própria — fácil será compreender até que ponto esse «espantalho» poderia ser agitado por todos aqueles elementos que, em Cabo Verde ou no estrangeiro, se opõem às transformações das injustas estruturas herdadas do tempo colonial.

Logo após a independência — a 5 de Julho de 1975 — a questão agrária foi encarada com especial cuidado e ponderação pelas autoridades cabo-verdianas, conscientes de que era no mundo rural — caracterizado por um forte analfabetismo e que se havia mostrado alheado das recentes movimentações de massas pela reivindicação independentista, circunscritas praticamente às grandes cidades — que os opositores do processo procurariam ganhar campo de manobra.

Essa prudência, assumida e manifestada pelos quadros do Estado e do Partido — então ainda sob a sigla de PAIGC; o PAICV só surgiu após o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau e a consequente ruptura com o ramo guineense — explicaria, em alguma medida, a particular dureza empregada contra uma ala jovem' do partido — mais tarde apodada de «trotskista» e completamente marginalizada — que fazia da Reforma Agrária (embora não se lhe conheçam textos teóricos sobre a sua aplicação) a sua principal consigna.

Os acontecimentos posteriores — ainda que pontuais e localizados — viriam comprovar que o governo do país e os dirigentes do partido tinham razões sérias ao não pretendrem «queimar etapas» que introduzissem alterações abruptas à situação existente nos campos cabo-verdianos, assente numa complexa e secular teia de relações dos homens entre si, e entre estes e a terra.

Os incidentes de Santo Antão

Efectivamente, logo que o projecto de Lei de Bases da Reforma Agrária foi posto à discussão pública, em meados do ano passado, após um longo período para a sua elaboração — recorde-se que a comissão encarregada de o realizar foi criada por portaria de 5 de Junho de 1979 — registaram-se graves incidentes na ilha de Santo Antão, a mais importante em termos de aptidão agrícola, e das mais populosas que compõem o grupo norte. A 31 de Agosto, quando dirigentes do partido ali davam início a uma reunião de esclarecimento sobre o projecto de lei, viram a sessão boicotada por um grupo de indivíduos, o que originou confrontos que resultariam na morte de uma pessoa e na prisão de 19 outras. Coincidindo com estes acontecimentos, os consulados de Cabo Verde em Roterdão e em Estocolmo eram atacados e, em Lisboa, uma organização de sigla UCID, integrada por elementos cabo-verdianos que se haviam oposto à descolonização — o presidente da dita organização é, nem mais nem menos, que o último governador colonial, Sérgio Duarte Fonseca — promovia uma manifestação frente à embaixada cabo-verdiana que, para frustração dos seus organizadores, não conseguiu arrastar pouco mais de 300 elementos de uma comunidade em Portugal avaliada em cerca de 40 mil pessoas.

Evidentemente que a ocorrência de tais eventos, não obstante a sua pouca representatividade, mereceu da parte da chamada imprensa internacional algum destaque, o mesmo não acontecendo, como também não será de estranhar, à própria Lei de Bases e à campanha de auscultação democrática que a mesma gerava no interior das ilhas.

A «simultaneidade» destes acontecimentos, porém, era demasiadamente «evidente», tendo depressa as autoridades cabo-verdianas concluído que mais não se tratava do que de uma campanha de desestabilização, levada a cabo pela conjugação entre a reacção, no exílio, e alguns focos no interior, defensores

de interesses e privilégios bem determinados.

Mas se os incidentes ocorridos no concelho da Ribeira Grande, em Santo Antão, pela sua gravidade constituíram uma mancha negra no panorama de paz social em que as ilhas têm vivido desde a independência, eles representaram, ao mesmo tempo, um alerta para o partido que, a partir de então, do topo à base, se mobilizou para essa grande batalha de esclarecimento que duraria cerca de seis meses. Esse esforço de militância viria a servir não só como factor de aglutinação e de afirmação do PAICV como força dirigente do país — o partido, recorde-se, vivia então, ainda, o violento processo de ruptura com o ramo guineense do PAIGC — como a dar combate à reacção interna e àqueles que procuravam desvirtuar os verdadeiros objectivos da Reforma Agrária. Observadores que acompanharam o processo de discussão do projecto de lei sobre o terreno, garantiam-nos que nunca — nem mesmo quando da discussão pública da Constituição ou da Lei sobre a Família — se verificara tanta participação e empenhamento. O Conselho Nacional do PAICV, reunido na cidade da Praia, entre 1 e 5 de Fevereiro passado, ao fazer o balanço desse amplo debate, reconhecia isso mesmo, salientando que «as discussões se realizaram num clima de grande participação e interesse, a despeito das tentativas inicialmente levadas a cabo em áreas do concelho da Ribeira Grande, por agentes internos e externos da reacção, no sentido de as perturbarem». O Conselho Nacional constatava ainda «que os objectivos da Reforma Agrária haviam obtido generalizado consenso e aprovação popular» e adiantava uma série de alterações ao projecto inicial tomadas em linha de conta as sugestões apresentadas durante a discussão popular.

Uma terra madrasta

Mas quais os contornos dessa realidade complexa — e «sensível», como já vimos — sobre a qual a

nova Lei de Bases da Reforma Agrária procurará gradativamente intervir e alterar? Quais as razões desse secular apego à terra, num país, por dez ilhas repartido, em que 74 % do seu solo — constituído por áreas rochosas — não apresenta qualquer aptidão agrícola?

Talvez que esse amor pela terra resida na constatação de ela ser pouca e muito partilhada. Neste arquipélago, com uma superfície de 403.300 hectares (4.033 Km²), atingido pela desertificação, a área cultivada é apenas, e só 1/7 da área total; sendo a quase totalidade dessa pouca terra cultivável (97 %) utilizada em culturas de sequeiro e apenas 3 % em regadio.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento de Cabo Verde, de uma população activa estimada em cerca de 290 mil pessoas, cerca de 39 % trabalham no sector rural, mas a maioria vive numa situação de subemprego avaliada em cerca de 60 %. A um desemprego crónico, vem juntar-se o desemprego sazonal após a época das chuvas — que em anos normais dura de Agosto a Outubro — e em anos de muito pouca precipitação surge o desemprego provocado pela seca.

Cerca de 39 % dos camponeses cabo-verdianos não possuem qualquer parcela de terreno, cultivando terras alheias em regime de arrendamento ou parceria, sendo essa percentagem de camponeses sem terra mais alta nas ilhas com aptidão agrícola do sul — principalmente Santiago, onde se situa a capital, e em que esse valor atinge os 51 % — do que nas ilhas dispostas a norte, que foram cenário de uma colonização algo diferente da verificada nas ilhas de sotavento.

A magreza e a repartição da terra leva, porém, 30 % dos proprietários a trabalhar terras de outrem, para além evidentemente das suas, num trabalho agrícola penoso, essencialmente virado para o auto-consumo das suas famílias e com base sobretudo no milho e feijão, as espécies que tradicionalmente melhor se adaptam ao fraco e extremamente curto período de chuvas. O



Diques para obstar à erosão das águas das chuvas e promover a sua infiltração: tudo à força de braço

minifúndio é a característica dominante.

Este desolador quadro do sector rural faz com que a produção agrícola nacional seja manifestamente insuficiente para cobrir as necessidades de uma população segundo o último censo avaliada em cerca de 300 mil pessoas, o que obriga as autoridades a ter de comprar no estrangeiro aquilo que não é produzido internamente. Do total importado por Cabo Verde, 68 % é constituído por artigos de consumo, na sua esmagadora maioria bens alimentares. Veja-se, como exemplo, o caso do milho, principal base da dieta alimentar da população cabo-verdiana (com o milho se faz a «cachupa», o prato nacional por excelência). As necessidades anuais de milho são contabilizadas em 45 mil toneladas, mas a produção normal/ano, em geral, não ultrapassa as 15 mil toneladas, sendo uma produção de 24 mil toneladas considerado um excepcional ano agrícola!



Esta dependência do estrangeiro tem provocado crescentes défices da balança comercial — ou seja a relação entre o que se exporta e o que é importado —, apenas compensados pela crescente ajuda exterior, em conjugação com o aumento significativo das remessas da população cabo-verdiana emigrante, calculada em, pelo menos, igual número à população residente no país. O único produto agrícola exportado é a banana, que representa aproximadamente 19% do total exportado.

Dependente de uma pouco copiosa e aleatória estação de chuvas, trabalhando arduamente uma terra magra e pouco fértil, o camponês cabo-verdiano, sem qualquer base material para investir em obras de proteção e melhoramento dos solos — que o Estado chamou a si, dados os seus altos custos e a sua pouca rentabilidade imediata em termos de produção — vê-se ainda, na generalidade dos casos, na obrigação de pagar anualmente uma renda, em géneros ou dinheiro, ao arrendatário pela cedência da exploração. Pagamento que terá de se efectivar, independentemente de ter sido um bom ou mau ano agrícola.

Na sequência destas dependências, outras existem, já que, muitas vezes, é o arrendatário quem «fia» os géneros de que o rendeiro e o seu agregado vai necessitando ou é ainda ele quem lhe empresta algum dinheiro para ocorrer a alguma má eventualidade. Quadro que mais se adensa e complica se se atender à teia de relações de parentesco que, em muitos casos, liga rendeiros e proprietários, ou a circuitos de comercialização — se assim se lhes pode chamar — de alguns produtos da lavoura.

Reforma Agrária: garantias para o emigrante

A Lei de Bases da Reforma Agrária agora aprovada e que muito em breve terá execução, assenta, no fundo, em dois pressupostos de base: o primeiro é que o desenvolvimento agrícola no país não poderá ser realizado à custa do aumento das áreas cultivadas, por não existirem terras com essa aptidão, mas antes pelo acréscimo de produtividade das explorações derivando o segundo do primeiro destes pressupostos: para que haja aumento de produção e produtividade, haverá que introduzir alterações profundas nas estruturas e parcelamento existentes, e fazer diminuir a população activa ocupada na agricultura, o que passará, segundo a lei, pelo «afastamento do sector dos proprietários que não exploram a terra em

regime de conta própria» (ou seja, através de assalariados ou com as suas próprias mãos).

Ora a Lei de Bases procura, de facto, criar mecanismos jurídicos que permitam vir a acabar com estes regimes indiretos de exploração, que, como já referimos, são claramente dominantes no arquipélago. Nela se afirma: «serão expropriados pelo Estado os prédios rústicos de regadio ou mistos de regadio e sequeiro ou suas parcelas ora exploradas indirectamente, quando pertençam a proprietário com área igual ou superior ao limiar de intervenção», fixado este em um hectare para terras de regadio (ou mistos de regadio e sequeiro) e em cinco hectares para os prédios de sequeiro.

Dois tipos de sujeitos, no entanto, são alvo de especial protecção no quadro geral da lei: os emigrantes — cujas remessas de poupanças em divisas são fundamentais à própria sobrevivência do Estado —, que verão a posse sobre as suas terras salvaguardada; e a Igreja — com um peso social e político bem patente nas ilhas, dado o tradicional fervor religioso do povo cabo-verdiano — cujas terras serão alvo de negociações com as autoridades governamentais.

A expropriação de terras — que o Estado fará com indemnização pecuniária ou através de títulos da dívida pública — criará as bases para um futuro e racional emparcelamento, e beneficiará, a mais curto prazo, os camponeses que nelas trabalham, pois estes passarão a ficar isentos do pagamento de renda ou outra forma de retribuição, com reflexos positivos evidentes na situação económica do seu agregado familiar.

Será este bloco popular, constituído por camponeses sem terras e pequenos proprietários simultaneamente parceiros ou rendeiros, o principal e mais directo beneficiário da nova Lei de Bases da Reforma Agrária. A nível da sua situação económica, como já referimos, e a outro não menos importante: garantia de continuidade na exploração das terras que trabalhava, afastada que fica a eventualidade de quebra de contrato de arrenda-

mento, como até agora ainda acontecia. Bloco popular que o ministro do Desenvolvimento Rural de Cabo Verde, em relatório apresentado em reunião conjunta do Conselho de Ministros e do Conselho Nacional de PAICV, havida antes se de ter iniciado a discussão pública da Lei de Bases, definia como a «classe estratégica» que deveria servir de base social de apoio e «motor» às necessárias transformações a introduzir nos campos do arquipélago, nomeadamente por constituir a imensa maioria da população que neles trabalha. Segundo o ministro, esse «bloco popular» representaria 83% dos cultivadores em Santiago e 45% em Santo Antão, trabalhando 86% da área cultivada no primeiro caso e 58% no segundo — isto só para citar a situação prevalecente nas duas maiores — e também mais importantes de um ponto de vista agrícola — ilhas do arquipélago.

Para além do rol de artigos que definem em que casos, e sob que formas, se darão as expropriações, a Lei de Bases estabelece ainda uma outra série de medidas «e mecanismos eficazes de fomento agrário, de promoção da participação dos camponeses e do associativismo rural.» Criação de créditos e seguros agrícolas, apoio técnico por parte do Estado, estabelecimento de preços de garantia ao produtor, regulação dos circuitos de comercialização, são algumas das medidas também apontadas, embora, quanto a este particular, a Lei de Bases não seja muito pormenorizada, antes anunciando processos de intenção.

Reforzar 1/4 das ilhas

Assim como o estudo, elaboração e discussão que precedeu a promulgação da Lei de Bases da Reforma Agrária constituiu um processo amadurecido e arrastado ao longo de alguns anos, certo é também que a aplicação da nova legislação será gradativa e paciente. E se esta última característica é uma herança secular do camponês cabo-verdiano, ela parece constituir igualmente atributo de que as autoridades se dotaram. De resto, o ar-



Cabo Verde é um país que sofre as consequências da seca que atinge todo o Sahel.

tigo 4.º da Lei de Bases afirma taxativamente que a realização da Reforma Agrária será concretizada segundo as grandes orientações definidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento. (O primeiro a entrar em execução, previsto para o período 82/85, levou recentemente as autoridades do país a promoverem um encontro na Cidade da Praia com os parceiros internacionais que mais têm contribuído com a sua ajuda para o desenvolvimento do país-arquipélago.)

Este primeiro plano quadrienal — comprovativo também ele da competência e seriedade que anima as autoridades cabo-verdianas, comprovadas, aliás, pelos próprios dadores internacionais — coloca especial ênfase nos trabalhos contra a erosão dos solos, que irão «proseguir numa área aproximada de 10 mil hectares» — distribuídos sobre tudo em Santiago e Santo Antão —, e de reflorestamento, a uma média prevista de 7500 hectares/ano. Recorde-se que, desde a independência, foram já plantadas em Cabo Verde mais de 3 milhões de árvores.

Com o pensamento no futuro, o secretário de Estado da Cooperação e Planeamento de Cabo Verde, José Brito, referia num colóquio realizado na Praia, entre 24 e 29 de Novembro passado, e que reuniu alguns dos mais conceituados técnicos nacionais e estrangeiros que têm trabalhado em diversos projectos no país, que «o desenvolvimento passa a longo prazo por uma verdadeira revolução agrária, baseada numa diferente estruturação e numa mais eficiente exploração e utilização da água». Fixando o horizonte para o ano 2000, aquele secretário de Estado definia como objectivo uma área irrigada da ordem dos 10 000 hectares — considerada suficiente para cobrir todas as necessidades internas — e a plantação de cerca de 100 mil hectares de florestas, ou seja praticamente um quarto da superfície total do país, para o que seria necessário, nas duas próximas décadas, um investimento no sector rural de aproximadamente 380 milhões de dólares.

Mudança nas relações de produção nos campos, construção de di-

ques e banquetas para protecção dos solos da erosão de águas e ventos, luta contra a desertificação e a necessária reflorestação das ilhas — um trabalho de gerações com que os cabo-verdianos estão confrontados.

A Reforma Agrária é, sem dúvida, neste contexto, um contributo importante para atingir mais riqueza e justiça social. A sua aplicação será programada e escalonada, sem sobressaltos, procurando o governo da Praia, como até aqui, o «consenso nacional» e a compreensão do maior número para as medidas a serem implementadas. Como nos dizia dois anos atrás o eng. Pereira da Silva, ministro do Desenvolvimento Rural de Cabo Verde (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 23) «mais do que um conjunto acabado de regras, a Lei das Bases deverá apontar-nos o caminho..»

Hoje, poder-se-á dizer que a lei foi aprovada no consenso, o caminho está, pois, traçado... e a Reforma Agrária pode, agora, deitar sementes à terra em Cabo Verde. □

Beirute sob as bombas

Um testemunho do bombardeamento de 4 de Junho passado, começo da invasão em grande escala que levou os tanques israelitas até ao Palácio do governo da capital libanesa, arrasou o país e causou a morte de mais de quinze mil pessoas

Beatriz Bissio

UM ruído ensurdecedor encheu o ambiente e ele não poderia provir dos aviões comerciais que normalmente cruzam aquela área de Beirute, em direção ao aeroporto internacional. Era nítido que o ruído era provocado por aviões supersónicos, cuja versão comercial — o Concorde — nunca aterrrou na capital libanesa.

— Têm de ser aviões israelitas. Devem estar a fazer vôos de reconhecimento, exclamámos. Neiva Moreira e eu precipitámo-nos sobre a varanda e aí comprovámos que esse acto instintivo — sair para ver o que se passava — também tinha atraído às janelas dos edifícios do bairro a maioria dos nossos vizinhos. Com uma diferença: enquanto que para nós tudo era surpresa e novidade, para aquela população martirizada pelo sofrimento era visível que se avizinhavam momentos de terror e destruição. As suas caras diziam tudo...

Em poucos segundos, outro ruído, igualmente perturbador e penetrante, respondia do solo. Era o matraquear da artilharia anti-aérea e das metralhadoras, tão familiar nas noites de Beirute. Sem muita noção do perigo que corriamo-nos nem da situação criada, precipitámo-nos em

busca das máquinas fotográficas, tele-objectiva e gravador.

Quando focámos o céu na mira dos aviões não os vimos, mas no visor da nossa câmara surgiu uma figura bem delineada e focada que até aí só conhecíamos de fotografias: «é uma bomba» — gritámos — «estão a bombardear».

Colunas de fumo negro irromperam de imediato naquele céu azul-celeste do verão libanês. Provinham de um lugar inconfundível, do bairro Fahkani e de toda a área de grande concentração palestina, dos arredores da Universidade Árabe de Beirute, baptizada por alguns jornalistas de «Fatahlândia» por aí se encontrar a maior parte dos escritórios da «Al Fatah» e da OLP, e ser um dos habituais locais de trabalho de Yasser Arafat.

Ainda na véspera, um amigo libanês se nos queixava de uma certa «calma», o que augurava maus preságios. O dia amanheceu sem vento, límpido e soalheiro; e tanto libaneses como palestinos sabem bem que esse é o clima ideal para um bombardeamento.

Nesse instante um telefonema afastou-nos de especulações: «baim jâ», ordenavam-nos. No hall do *Wiener Haus Hotel* tinha-se con-

centrado muita gente e um dos companheiros palestinos que nos acompanhara nesses dias confirmou-nos o bombardeamento. Adiantou-nos que as baixas eram consideráveis e que havia um grande movimento de ambulâncias em direção às áreas afectadas.

«Devem ser mais de vinte aviões» — afirmou. «E temos informações de que também há movimentos de tropas israelitas na fronteira sul do país. Podemos estar ante uma invasão em larga escala, como que de boas-vindas a Philip Habib». Referia-se à anunciada chegada a Beirute, na segunda-feira seguinte, do enviado especial do presidente norte-americano, que estava a ser esperado para retomar a discussão sobre «um plano de paz» para a região.

No terraço do hotel, onde alguns quadros palestinos e libaneses tinham ido tentar fazer um reconhecimento das áreas atingidas, chegaram a cair alguns fragmentos de bombas. Mais tarde, soubemos que, num edifício próximo, uma pessoa morrera atingida por um desses pedaços incandescentes de metal, estilhaços de grande poder mortífero. Porque as bombas lançadas sobre Beirute, para além de serem de fragmentação, possuíam um enorme raio de acção.

Quase todos os terraços dos edifícios próximos — apesar da temeridade — se encontravam cheios de gente — inclusive de crianças, — que assistia com uma mescla de impotência, medo e ódio ao dantesco espetáculo do bombardeamento. «Armado» com um pau de vassoura, um rapazito de uns seis anos ia e vinha na varanda da sua casa em marcha militar, como que querendo imitar a coragem e determinação dos soldados com quem, libaneses e palestinos, desde crianças, aprenderam a conviver.

Um dos edifícios das traseiras do hotel alberga actualmente numerosas famílias de refugiados libaneses do sul, onde vivem 15 e mais pessoas em cada quarto, constituindo

uma pesada carga para as estruturas políticas e assistenciais do Movimento Nacional Libanês e da OLP, encarregadas do seu sustento. As roupas a secar nos estendais e varandas, e a precariedade das instalações que partilham, e que divisamos do nosso hotel, contrastam com a sumptuosidade exibida pelos edifícios do lado, habitados, na sua maioria, como nos informaram, por diplomatas.

Do edifício dos refugiados gritam-nos algo em árabe. E habituados como estávamos aos cuidados que os militantes tomam em relação a quem empunha câmaras, depressa deduzimos que se trata de uma advertência para que não fotografemos. Mas o nosso anfitrião palestino, com quem subíramos também ao terraço, responde-lhes: «Sarrafie. Fatej (Al Fatah)». Ou seja, «jornalistas» após o que se identificou como quadro palestino da OLP. Com um gesto de aprovação, permitem-nos, então, que continuemos a apontar o céu.

Morre um jornalista

Procuramos imaginar a distância que nos separa do massacre: não devem ser mais que vinte quartéis. E se os bombardeamentos alastram a outras áreas? Cada vez que os aviões desaparecem ressurge a angústia. De onde surgirão da próxima vez? Uns cinco a sete minutos separam cada uma das incursões.

Explique-nos que essa «tática» permite fazer um maior número de vítimas. Quando os aviões «desaparecem», a população corre a socorrer os feridos e tenta salvar pessoas ainda vivas do meio dos escombros. É então que os F-16 surgem de novo e voltam a bombardear. Foi assim que foi atingida uma das ambulâncias do Crescente Vermelho (o equivalente muçulmano da Cruz Vermelha) Palestino, quando se dirigia para o hospital do campo de refugiados de Sabra com vários feridos. Ninguém sobreviveu.

Foi assim que morreu também o operador de câmara da televisão francesa, Jean Lugo, de 50 anos, que cobria a situação no Líbano

desde o último bombardeamento israelita de Julho de 1981, que provocou várias perdas humanas e materiais (mais de 300 mortos e vários edifícios totalmente destruídos) no bairro Fahkani. Lugo dirigia-se para a área dos bombardeamentos pensando que estes já haviam terminado, procurando captar imagens das operações de salvamento quando foi atingido por uma das bombas que provocou ferimentos também em alguns dos seus colegas. É o terceiro jornalista francês que morre no Líbano desde 1975.

«Nesse lugar de onde saem as nuvens de fumo vivem mais de 300 mil pessoas», explica-nos um dos companheiros que connosco está no terraço do hotel. Enquanto no céu azul se adensam as colunas de fumo, a rádio da Resistência Palestina começa a difundir canções revolucionárias. «Estão a dizer que não serão os aviões que nos irão deter, nem

tão-pouco as suas bombas, continuaremos a lutar até à vitória». Aquelas canções, cuja força fazia superar a barreira da língua, contagiam-nos com a mística revolucionária que transmitiam. As informações que eram radiodifundidas e que davam conta serem numerosos os mortos e feridos, todo aquele ruído dos aviões zumbindo nos nossos ouvidos, a resposta da artilharia — precária artilharia montada em camiões, de pouca eficácia militar, mas com o papel moral de dizer, «resistimos» — tudo constituía uma experiência que nos esmagava e transcendia.

Olhámos o relógio. Eram cinco horas da tarde. O bombardeamento durava havia, pelo menos, duas horas. O que estariam a fazer e a pensar os nossos amigos e familiares quase no outro lado do mundo? Imagináriam o Inferno em que estávamos metidos? «Passam mais de duas



horas e ei-los que tornam a bombardear! — comentámos.

A nosso lado, Neiva Moreira e os palestinos procuram contar os aviões envolvidos, que, para sua protecção, lançam balões incandescentes, de forma a confundir a artilharia anti-aérea e assim não serem atingidos.

— Isto é uma ratoeira — desabafávamos Neiva e eu própria — Como pode Beirute ficar exposta assim, sem qualquer protecção? Vocês que vivem aqui e que sabem como Israel se preparou ao longo de todo este tempo para um ataque em larga escala, expliquem-nos: como é possível não se terem instalado aqui rampas de mísseis Sam-6, radares e outro tipo de protecção anti-aérea? Se eles quisessem acabar com a cidade, com todo o país, poderiam fazê-lo sem encontrar uma resposta militar adequada! Estão a travar uma guerra de David contra Golias! Metralhadoras e artilharia montada em camiões contra bombas de fragmentação e aviões F-16...!

Só uma hora antes...

A rádio palestina e a Rádio *Monte Carlo* começam a dar informações concretas sobre os bombardeamentos. Concentram-se sobre a área dos campos de refugiados de Sabra e Shatila, na cidade desportiva, no bairro Fahkani e sobre o campo de Burj el Barajneh. Percorre-nos uma sensação estranha ao constatarmos que apenas uma hora antes do início do bombardeamento tínhamos percorrido aqueles mesmos lugares.

No campo de Bur el Barajneh tínhamos visitado o *Haifa Socio-medical Center*, instituição para reabilitação de paraplégicos, mutilados de guerra e crianças deficientes. Conversáramos com o director do centro, sr. Mustafa Kadoura, que nos informara quanto custaria construir aquele hospital, dotado de tão moderna infra-estrutura e pessoal especializado. O problema mais difícil nem sempre era encontrar dinheiro. Bastante mais árduo era encontrar quadros médicos e enfermeiras especializadas em fisioterapia e no tipo de tratamentos que ali se administravam. O dr. Kadoura

mostrava-se, no entanto, optimista. O hospital tinha começado a funcionar e os primeiros pacientes estavam a começar a receber os primeiros tratamentos.

Entre os enfermos encontrámos um jovem combatente mutilado que falava alguma coisa de espanhol e com ele havíamos conversado demoradamente — metade em castelhano, metade em francês — sobre as lutas no Médio Oriente e as lutas na América Latina. Tinha-nos impressionado particularmente o seu grau de informação sobre o continente latino-americano. Perguntáramos, inclusive, algumas opiniões sobre o desenlace provável da guerra nas Malvinas, que ele via com pessimismo, dada a superioridade militar britânica.

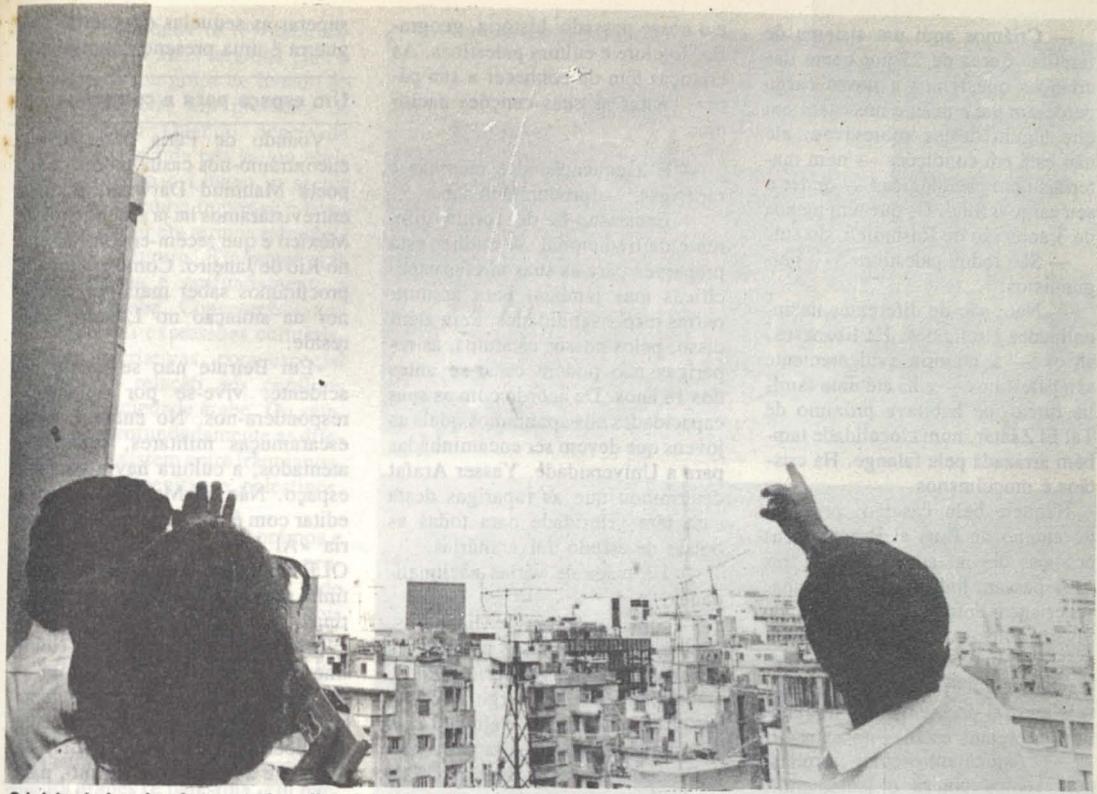
Vinha-nos à memória aquele velhinho paralítico que pintava a sua cerâmica com carinho e dedicação. Tão belas eram as peças produzidas pelos pacientes que a direcção do hospital seleccionara algumas delas para as enviar para o estrangeiro, integrando uma exposição de artesanato e arte palestinos. E aqueles jovens — entre eles um grupo de cegos — que construíram móveis e brinquedos em madeira. Tínhamos conversado também com uma enfermeira voluntária da Noruega que trabalhava no hospital havia apenas um mês. Antes de vir para o Líbano ela tinha trabalhado junto de refugiados latino-americanos exilados na Noruega, onde tinha travado conhecimento e feito amizade com vários uruguaios. Em jeito de brincadeira, tinha-me dito que se o tempo o permitisse podíamos até sentarmo-nos a conversar e veríamos que encontrariamo-nos até amigos comuns. «O Uruguai é tão pequeno», dizia-nos — «todos se conhecem».

Lamia, que trabalha no Departamento de Relações Públicas do Crescente Vermelho Palestino (porque fala muitíssimo bem vários idiomas) tinha-nos acompanhado na visita ao Hospital Gaza, de cirurgia geral, do campo de Sabra. Em conversa com ela, soubemos que o Crescente Vermelho Palestino havia sido fundado em 1968, na Jordânia, para prestar serviços médicos e so-

ciais à população palestina refugiada e à população jordana em geral. «Somos uma associação humanitária e oferecemos os nossos serviços a quem no-los solicite, sem lhe perguntar qual a sua nacionalidade ou religião» — afirmara-nos. Na dezena de hospitais que actualmente têm no Líbano, mais de 40 por cento dos pacientes a cargo do Crescente Vermelho Palestino é constituído por libaneses das classes mais necessitadas.

Apesar de ser muito jovem, talvez 19 anos, Lamia mostrava-se muito adulta e consciente do seu papel dentro do Crescente Vermelho e da OLP, em geral. Tinha-me confessado que a sua grande ambição era estudar jornalismo, mas que os seus pais não a deixavam. Pensavam que era uma profissão pouco adequada para uma mulher. Ela então dedicara-se ao estudo das línguas por forma a desempenhar o seu trabalho de relações públicas e entrou para o Crescente Vermelho um ano atrás. Porém, o seu objectivo era conseguir ser independente economicamente a fim de iniciar os seus estudos sobre jornalismo. Com serenidade, Lamia contara-me que, na Jordânia, o Crescente Vermelho Palestino chegara a ter 33 centros médicos e hospitalares. Mas após aquele terrível ano de 1970 — quando o rei Hussein expulsou pelas armas a OLP da Jordânia — tudo se perdeu.

No Líbano tiveram que recomeçar. Pouco a pouco tinham voltado a formar e estruturar os seus quadros médicos. Actualmente o Crescente Vermelho possui 12 hospitais, dos quais um na Síria e outro no Egito, e os restantes no Líbano. Para além destes hospitais, existem clínicas no Sudão, Qatar e Kuwait. Em todo o mundo árabe existem secções da organização assim como grupos de solidariedade em todo o mundo, particularmente na Europa, de onde é enviada ajuda financeira e pessoal. Os membros do Crescente Vermelho Palestino espalhados por todo o mundo têm a obrigatoriedade de eleger o Conselho Administrativo da organização, que se reúne duas vezes por ano, o qual nomeia o presidente da instituição. O actual pre-



O início do bombardeamento israelita observado do terraço do Wiener Haus Hotel

sidente é o sr. Fathi Arafat, irmão de Yasser Arafat, e um dos fundadores do Crescente Vermelho Palestino. Desde sempre integrou a sua equipa médica.

«Contamos também com centros de medicina preventiva nos campos de refugiados. Procuramos melhorar as condições de saúde da população e oferecemos proteção às mães e recém-nascidos».

Outra das actividades do Crescente Vermelho, desenvolvidas através do seu Departamento Social, está ligada à ajuda às famílias dos territórios ocupados. Desses territórios trazem objectos de artesanato para os vender em Beirute, em stands da instituição — um dos quais visitámos também naquela manhã de 4 de Junho — sendo o dinheiro, posteriormente, enviado de retorno a essas famílias. Igualmente se ajudam as famílias dos detidos e os próprios presos políticos em cárceres israelitas nos territórios ocupados, ajuda esta que é

prestada em colaboração com a Cruz Vermelha Internacional. Por último, Lamia contava-nos que muito recentemente se formara um departamento de orientação profissional para mulheres. Aí, as jovens recebem lições de bordados, línguas e secretariado e o próprio departamento se encarrega de lhes arranjar colocação logo que terminam os seus cursos. Na sua maioria, as alunas são raparigas dos campos de refugiados.

Agora — não podíamos deixar de pensar — aquelas colunas de fumo negro bem poderiam provir dos hospitais que visitáramos! Quais daquelas crianças e jovens com quem estivéramos havia pouco mais de três horas estariam entre as vítimas? Mais tarde viemos a saber efectivamente que tanto o hospital como as fábricas da SAMED* do campo de Burj el Barajneh tinham sido muito atingidos. E que aquela ambulância bombardeada era do hospital do campo de Sabra.

Os filhos dos mártires

Depois da visita aos hospitais tínhamos ido à escola *Somoun*, onde vivem os filhos dos mártires do bairro de Beirute de Tal al Zaatar, cujos habitantes foram massacrados pelas falanges direitistas cristãs durante a guerra civil libanesa, em 1976. E, lamentavelmente, nesse massacre também estiveram envolvidas as tropas sírias que, naquele tempo, se apresentavam no Líbano do lado das falanges contra libaneses progressistas e palestinos.

Kassen, o director da casa-escola e um dos sobreviventes de Tal al Zaatar, conheceu e tratou com muitos dos pais dos orfãos que hoje tem a seu cargo. «Temos aqui 200 crianças, de idades compreendidas entre um ano e meio e 18 anos» — explica-nos. Um grupo do Comité Norueguês de Solidariedade com a Palestina, que se encontrava também em Beirute, visitou connosco a escola.

— Criámos aqui um sistema de família. Cerca de 75 por cento das crianças que temos a nosso cargo perderam pai e mãe, e nos casos em que algum destes sobreviveu, ele não está em condições — nem materiais nem psicológicas — de ter a seu cargo o filho. Os que têm menos de 3 anos são de Rashidieh, do sul.

— São todos palestinos? — perguntámos.

— Não, são de diferentes nacionalidades e religiões. Há libaneses, sírios — a maioria evidentemente são palestinos — e há até uma família turca que habitava próximo de Tal El Zaatar, numa localidade também arrazada pela falange. Há cristãos e muçulmanos.

Naquele belo casarão, próximo do campo de Burj el Barajneh, as crianças de um ano e meio a três anos passam todo o dia na creche. As crianças entre 3 e 6 anos de idade vivem num esquema de funcionamento semelhante a um jardim-escola, enquanto que os maiores de seis anos aí dormem, mas frequentam diferentes escolas no exterior.

— Frequentam escolas normais, pois somos contra o isolamento. Terão que se adaptar à sociedade a que pertencem, não podem viver num «ghetto».

Os pais das crianças — avós, tios e primos — podem visitá-las todas as sextas-feiras das 8 ao meio-dia. E podem até almoçar com elas, já que, na maioria das vezes, são pessoas em situação económica muito precária, que não têm posses para custear um almoço fora de casa.

Kassen, um homem de uns quarenta anos, palestino endurecido por aquela e por outras traumatizantes experiências de guerra, tem naqueles 200 crianças os seus verdadeiros filhos. «Nesta casa — dizia-nos — temos a oportunidade de educar as crianças segundo critérios da OLP, de acordo com as formas que entendemos que a educação deve ser administrada, com um novo conteúdo. Reparem que as nossas crianças não têm livros próprios, são educadas em escolas libanescas. Mas da parte da tarde eles encontram aqui, nesta casa, matérias específicas sobre nós

e o nosso passado: história, geografia, folclore e cultura palestinas. As crianças têm de conhecer a sua pátria, cantar as suas canções nacionais.»

— E a educação das meninas e raparigas? — procurámos saber.

— Encaramo-la de forma diferente da tradicional. A mulher está preparada para as suas tarefas específicas mas também para assumir outras responsabilidades. Para além disso, pelos nossos estatutos, as raparigas não podem casar-se antes dos 18 anos. De acordo com as suas capacidades nós apontamos quais as jovens que devem ser encaminhadas para a Universidade. Yasser Arafat determinou que as raparigas desta casa têm prioridade para todas as bolsas de estudo universitárias.

— Há mães de várias nacionalidades?

— Sim, palestinas e libanesas. Muitas delas são viúvas de mártires e têm aqui os seus próprios filhos. Cada uma tem a seu cargo 10 crianças. Elas ajudam-nas e ajudam-se a si próprias a superar esta situação.

Procurámos saber de Kassen do apoio financeiro à escola.

— Tunisinos, belgas e franceses ajudam-nos com algum dinheiro. Alguns quiseram até adoptar crianças, mas nós não as autorizamos a abandonar o país. No entanto, a maior responsabilidade económica cabe à OLP.

— Qual o rendimento escolar e social das crianças?

— Subsistem os problemas emocionais. Ao começo foi pior, agora pensamos que os superámos, em parte».

«Superámos, em parte». Aquela frase ficara-nos gravada na memória, já que, após a explicação de Kassen, durante a visita pelas instalações da casa-escola, sentíramos o olhar triste e muitas vezes distante, das crianças. Outras, mais alegres, como todas as crianças do mundo, de pronto se apressaram a «posar» para as fotos, «agitando» o ambiente. Algumas, porém, nem sequer tinham levantado a cabeça para nos mirar. Depois, no terraço, no «tecto» do hotel e de Beirute, veio-nos à memória a escola. Como

superar as sequelas da guerra, se a guerra é uma presença quotidiana?

Um espaço para a cultura

Voando de Paris para Beirute encontrámo-nos casualmente com o poeta Mahmud Darwish, a quem entrevistáramos há já alguns anos no México e que recém-encontráramos no Rio de Janeiro. Como era lógico, procurámos saber mais em pormenor da situação no Líbano, onde reside.

«Em Beirute não se morre por acidente, vive-se por acidente», respondera-nos. No entanto, entre escaramuças militares, bombas e atentados, a cultura havia ganhado espaço. Não só Mahmud estava a editar com êxito a sua revista literária «Al Karmal», um orgulho da OLP em todo o mundo árabe, como tinha sido criada uma editora palestina.

Uma longa conversa com Housine Halak — director da editora — um sírio, cujo espírito militante levou-o a juntar-se à luta da Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia e a Nasser, no Egito, para mais tarde se integrar na luta da causa palestina — revelou-nos um panorama animador nesse importante campo da divulgação literária.

A editora tem por nome *Dar al Kalima*, ou seja, a palavra. «É uma editora independente, não obstante os seus estreitos vínculos à OLP e, particularmente à Al Fatah, diz-nos Halak. Antes da editora se ter formado, deu-se, no entanto, todo um processo de maturação dentro das estruturas da Organização de Libertação da Palestina sobre o significado da cultura na luta pela autodeterminação de um povo. Constatámos que a cultura havia sido relegada, que nós próprios a ignorávamos, e que um povo que vai deslocando a sua cultura vai perdendo também a sua própria identidade».

«Também compreendemos que não poderíamos obter êxito na construção de um movimento democrático e revolucionário se não dessemos importância a outras questões que não fossem exclusivamente políticas ou mesmo militares. Fomos descobrindo que um erro

muito comum entre os revolucionários era serem mais atraídos para a execução de um golpe de Estado do que para iniciar um processo de transformação. Quando, depois de 1970, a maioria de nós se viu obrigada a vir para o Líbano, o sector cultural começou a impor-se e tivemos que pensar em termos estratégicos, para o futuro. Tínhamos que estudar ampla e profundamente a sociedade árabe. Concentrámo-nos no estudo das expressões culturais, políticas e criativas, com especial atenção em relação aos conflitos dentro da sociedade árabe. Ou seja, conhecer aprofundadamente as diferenças que existem entre iraquianos, libaneses, yemenitas e palestinos, por exemplo.

Dentro dessa linha, elaborámos e publicámos já um livro sobre o problema do Sahara. Antes de tudo analisámos o problema. Depois fomos à Argélia, Marrocos, Mauritânia e ao próprio Sahara. Isso foi em 1980. Elaborámos e publicámos também um trabalho sobre o Sudão. Depois de termos avançado nessa linha editorial sobre problemas e literatura árabes (e palestina, em particular) estendemos a nossa acção à África e América Latina. De escritores latino-americanos publicámos já «Cem anos de Solidão» (1979, 3 edições) e «O Outono do Patriarca» (1981, 2 edições), de Gabriel García Márquez. Os livros foram distribuídos em quase todos os países árabes. As experiências anteriores tinham sido com Pablo Neruda, muito conhecido no mundo árabe, embora muito mais pelas posições políticas que tomou do que propriamente pela sua poesia.

Para o futuro, disse-nos Halak, estão programados Carpenter e Cortázar. De África já editámos Agostinho Neto (poemas) e Nyerere (ensaio sobre a experiência política das *ujamaa* — aldeias camponesas colectivizadas), para além de um livro sobre o Zimbabwe (1979) e algumas novelas de autores africanos e ensaios de Lumumba e N'Krumah.

Os trabalhos publicados estenderam-se ainda à situação do Irão, com um livro de Bani Sadr («Oil and Violence», escrito antes de regres-



Os israelitas afirmaram que tinham bombardeado o estádio de Beirute porque ele era «um depósito de armamento e munições palestino». No entanto, Neiva Moreira (na foto do meio) e Beatriz Bissio, enviados especiais de *cadernos do terceiro mundo*, puderam comprovar que as «munições» eram sacos de cereais e conservas para alimentar os refugiados vindos do sul do país (foto em baixo).

sar do exílio) e outro de Mahdi Bazzargán sobre as características do povo iraniano, ambos muito bem recebidos.

A editora estava a lançar uma média de dois livros por mês, com uma tiragem média de 5 mil exemplares.

Com Halak, que antes de tudo é um militante político, a conversa também havia girado em torno do problema libanês e palestino. Foi exactamente na noite de 3 de Junho e ele mostrava-se pessimista. «Estamos a viver um *statu quo* doentio». E pormenorizava: «As forças aqui dentro reflectem cada vez mais todas as contradições e conflitos do Médio Oriente e de âmbito mundial. E constato que na opinião pública mundial, e até entre nós, há uma espécie de habituação a esta situação de nem-paz, nem-guerra. Não sinto um empenho profundo em superar esta terrível e perigosa conjuntura».

Morte e destruição

— Parece que agora se dirigem para o sul.

— O nosso interlocutor palestino acaba de apanhar do chão do terraço do hotel um estilhaço de bomba. Depois de controlar pelo relógio a passagem de quinze minutos sem novas incursões dos F-15 e F-16, e de acordo com as informações que estavam a ser radiodifundidas, de que, nesse momento, os israelitas estavam a bombardear Damour e outras áreas do sul do Líbano, achámos conveniente baixar de novo ao hall do hotel.

Aí, uma família acabava de chegar, transportada por uma ambulância. A mãe encontrava-se em estado de choque. O edifício em que viviam, no bairro Fahkani, tinha sido arrasado e vários membros da família encontravam-se debaixo daquilo que fora a sua casa. A mulher é conduzida para uma das salas e no mesmo instante chega um veículo militar palestino com uma enfermeira.

Pedimos aos nossos acompanhantes para ir para o bairro Fahkani, onde fica a sede do departamento de imprensa estrangeira da OLP.



Durante todo o mês de Junho a invasão israelita causou mais de 15 mil mortos entre a população libanesa e palestina

Afirmámos-lhes que temos de saber exactamente o que se está a passar. O militar que transportou a enfermeira vai para lá mas nega-se a levar-nos. Adianta que a ordem é de retirar as pessoas das áreas bombardeadas, não conduzi-las nessa direcção. Insistimos: «Somos jornalistas, vimos da América Latina...». Um diálogo em árabe dá-nos a sensação de que não conseguiremos sair do hotel. Finalmente, fazem-nos sinal para que subamos para o veículo.

«Há que evitar mais mortes, e a situação continua extremamente perigosa» comentam-nos. «Só fizemos uma exceção por serem jornalistas».

O trânsito, ainda que escasso, era completamente louco. Ambulâncias iam e vinham, cortando o silêncio em que a cidade havia mergulhado com o ulular fúnebre das sirenes. A maioria das pessoas estava armada. Os postos de vigilância tinham-se reproduzido como cogumelos, quase um por quarteirão. Quem não empunhava espingarda-automática pelo menos tinha pistola.

Chegámos à esquina da Universidade Árabe de Beirute e af descermos da viatura. A área apresenta-se calma mas as ruas estão cheias de vidros estilhaçados. Primeiro sinal visível da proximidade dos estragos causados pelas bombas: os vidros

foram quebrados pelas ondas-de-choque provocadas pelas detonações.

À porta da sede da OLP notava-se nervosismo. Entrámos directamente para o refúgio anti-aéreo do subterrâneo do edifício. O encarregado da Imprensa estrangeira, Issa, lia o primeiro dos comunicados oficiais de guerra ante todos os membros do grupo norueguês do comité de apoio à Palestina e para jornalistas de várias nacionalidades ali presentes. Lembrei-me que quando nos despedimos do grupo norueguês, às duas da tarde, para irmos para o hotel, havíamo-los deixado ainda na casa-escola de Sounoun, onde se demoraram. Seguramente o bombardeamento tinha-os apanhado no caminho, vindos daquela instituição, e o responsável palestino que os acompanhava teria preferido levá-los directamente para a sede da OLP.

Quem está num refúgio anti-aéreo perde completamente a noção daquilo que se está a passar no exterior.

— O que é que se passa lá fora? — pergunta-nos Ingrid, uma das jovens norueguesas.

— Agora tudo parece tranquilo, mas as baixas parecem ser grandes.

Isso confirma as primeiras cifras: Mais de 40 mortos. No dia seguinte os diários falavam já em várias cen-



O centro de reabilitação de deficientes motores e mutilados de guerra no Hospital Haifa, no campo de Burj-al-Barajneh destruído horas depois de os nossos companheiros o terem visitado.

tenas. Mais tarde a cifra atingiria os 15 mil mortos...

Aí decide-se percorrer a pé as áreas mais atingidas. Algumas das companheiras presentes preferem, no entanto, ficar, pouco seguras de poder resistir ao que poderiam ver.

Nas ruas toda a gente corre e mostra-se exaltada e há quem varra as montanhas de vidros estilhaçados. Um adolescente que não terá mais de 14 anos está de guarda num dos postos, metralhadora na mão. Continuam a aparecer homens armados de todos os lados, à civil ou uniformizados de verde-oliva: milícias palestinas e libaneses progressistas. De súbito, ao longe, uma multidão agitada, a três ou quatro quarteirões de onde nos encontrávamos. Estão a retirar corpos das ruínas do estádio da cidade desportiva... ou mais correctamente, daquilo que dele resta. Procurámos aproximar-nos mais mas barrarmos o caminho. Proibem-nos. E quando surgem as primeiras fotografias das operações de salvamento compreendemos, então, perfeitamente a razão dessa proibição: corpos irreconhecíveis, mutilados, queimados. Uma mulher que correu em busca do seu filho e encontrou o seu cadáver despedaçado, regressava, amparada por dois milicianos, gritando enlouquecida numa voz que mais lembrava um urro: «e depois eles chamam-nos terroristas...»

Explicam-nos que nos campos de refugiados, dada a precariedade das instalações, não existem abrigos anti-aéreos. E por isso a população dos campos vizinhos, em caso de bombardeamento, costumava acorrer ao estádio, pois o considerava um lugar seguro. Essa é a razão porque, apesar de ser dia útil e não haver jogo, o número de vítimas ter sido tão elevado. As crateras das bombas têm mais de três metros de diâmetro. Milhares de latas de conserva e sacos de cereais que se encontravam guardados nas galerias do estádio encontram-se destruídos. Os comunicados de guerra israelitas dão uma versão bem diferente: «o estádio foi bombardeado por servir de depósito de munições e armamento palestino». Na verdade, as «munições» eram parte da ajuda internacional para socorrer as vítimas da guerra no sul do Líbano, que, em massa, foram evacuadas para Beirute onde vivem em condições extremamente difíceis.

Do estádio pouco ficou. Dias depois prosseguiam ainda as buscas de cadáveres sob as ruínas. A sede da Unesco encontra-se do outro lado do estádio, separado deste apenas pela estrada que conduz ao aeroporto internacional, também bombardeada. O edifício nada sofreu, mas não ficou um vidro intacto. Um dos postes de iluminação da via-rápida, na separatória entre os dois sentidos da faixa de rodagem, ficou reduzido a

um ferro retorcido. As ambulâncias continuarão penosamente o seu trabalho durante toda a noite e o dia seguinte.

Entre mortos e feridos

Retomámos o trajecto a pé pelas ruas do campo de refugiados de Sabra. Passámos pelo mercado que nessa manhã visitáramos e pela cooperativa da Federação de Sindicatos Palestinos, da qual pouco resta.

Que sentimento estranho, que impotência e ao mesmo tempo que ódio expressam aqueles olhos inconsolados que nos vêm passar, silenciosos. Tal como nós, deverão pensar, quanto trabalho, quanto sacrifício perdidos. Quantas vidas ceifadas em vão. Porquê este preço tão alto para um povo cujo único delito é pretender regressar à sua pátria? E para os libaneses? Beirute é hoje, assim como praticamente todo o Líbano, uma amalgama onde palestinos e libaneses se confundem. Nos campos, vivem e morrem palestinos e libaneses pobres, sem distinção.

Numa esquina, dois automóveis estão desfeitos. Nos primeiros minutos do bombardeamento chocaram. O nervosismo e o desejo de se protegerem das bombas levaram os condutores a perder o controlo da direcção das respectivas viaturas.

Entrámos no hospital do campo de Sabra. A porta está manchada de sangue fresco e gotas de sangue espalham-se pela escada. Lá dentro reina uma grande agitação. Acaba de chegar a notícia da ambulância bombardeada. Era conduzida por um membro da equipa de enfermeiros deste hospital. Há gente que procura identificar os seus familiares entre os feridos, na esperança que ainda estejam vivos. Enfermeiros e médicos carregam vítimas e soro. A rádio transmite pedidos urgentes de sangue. É incrível, mas não há pânico. No meio da tragédia, tudo funciona, organizadamente.

Todos os habitantes das redondezas sabem o que fazer e onde ir oferecer a sua ajuda.

A encarregada do hospital, Ilham, leva-nos para o primeiro piso. Não estava ainda pronto —



Militares palestinos: uma esmagadora desigualdade de meios face ao agressor

também este hospital é muito recente — mas tiveram de o abrir, forçados pela necessidade. As camas estão instaladas precariamente. E uma parte inteira do corredor está em ruínas, em consequência do bombardeamento.

Furamos entre mortos e feridos. Na sala contígua estão feridos que receberam os primeiros tratamentos. As camas não foram suficientes e os menos graves foram deitados no chão. Na outra sala estão crianças. Um bebé com pouco mais de três meses, com o rosto queimado, quase desaparece entre as garrafas de oxigénio e os curativos. Salvar-se-á? Quem o poderá dizer...

Um menino de cinco anos, de boca para baixo, está cheio de sangue. O sangue seco fez com que uma parte da roupa se pegasse ao corpo. Um dos jornalistas que nos acompanham desata a soluçar.

«Onde estão os nossos irmãos árabes?»

No outro andar estavam as mulheres.

Recebemos as últimas notícias do dia já no hotel. Houve três aviões israelitas abatidos: «dois em território inimigo e um perto de Damour». Já há centenas de mortos.

Sábado de manhã tudo parecia regressar à «normalidade». Aquela normalidade que caracteriza Beirute

desde a guerra civil, impregnada de tensão. Em princípio não se esperavam novos bombardeamentos. Contudo, depois do meio-dia começaram a chegar notícias que referiam aviões israelitas a poucos quilómetros ao sul de Beirute. Às quatro da tarde a artilharia antiaérea responde novamente aos F-16.

Domingo já se tinha uma certeza: Israel iniciava uma invasão. Os bombardeamentos arrasavam 40 localidades do sul do Líbano e havia navios de guerra em posição de desembarque ao largo da costa. As tropas israelitas já tinham alcançado a praia em vários pontos.

Beirute estava deserta. A consigna era dirigir-se para os abrigos antiaéreos. A população dos campos de refugiados tinha sido transferida durante a noite. Os que não tinham para onde ir deveriam dirigir-se para os parques e esconder-se debaixo das árvores. No caminho para o aeroporto notava-se tensão nos poucos carros que se aventuravam nessa direcção. No sábado o aeroporto tinha estado encerrado.

Antes de embarcarmos pedimos para fazer uma ronda pelos hospitais, onde encontrámos muito poucos feridos. «E o resto?», perguntámos. «Quase ninguém sobreviveu».

No nosso avião viajavam também passageiros do dia anterior, cujos voos haviam sido cancelados ou desviados para Larnaca e Atenas.

Várias famílias libanesas fugiam da guerra.

Enquanto esperávamos a partida do voo, a artilharia sentia-se cada vez mais intensa e próxima. Pensámos que o aeroporto ia ser novamente encerrado. Fizemos um paralelo com outras experiências, a guerra da independência em Angola, Luanda sitiada, a luta na província de Cabinda, ou em Cabo Delgado, em Moçambique. Mas aqui a sensação de abandono e isolamento era maior. «Onde estão os nossos irmãos árabes nestes momentos?» — perguntava-me um dos funcionários do aeroporto com quem nos detivemos a conversar quando vimos o seu rosto carregado de preocupação. «Levo meses a chamar por telefone a minha mulher cada vez que chego ao trabalho aqui ao aeroporto, para acalmá-la e dizer-lhe estou vivo». Na realidade, reflectia em voz alta: «Isto já não é vida. Os meus filhos estão em permanente crise nervosa. Os vizinhos do meu bairro deixaram de dormir nas suas casas. Receando os bombardeamentos vão dormir para os parques e para as ruas. São muitos anos...», continua, como numa confissão íntima. «Sabe, diz-me, hoje ao vir para aqui senti pela primeira vez necessidade de empunhar uma arma».

No Líbano a vida perde valor. E cada vez mais enraíza-se na população uma convicção: é melhor morrer na resistência que viver na humilhação. Foi esse sentimento que vi reflectido em muitos rostos naqueles momentos. Os homens e mulheres do Líbano que assumiram o seu compromisso com a causa palestina até às últimas consequências sentem que a insânia israelita uniu mais firmemente os seus destinos e que já não é possível voltar atrás.

Talvez Begin, sem o pensar, ao ordenar esta invasão haja dado um passo concreto para a criação de um Estado palestino independente. □

* A SAMED é uma instituição da OLP que promove o desenvolvimento de actividades produtivas e ajuda economicamente os refugiados (ver cadernos do terceiro mundo n.º 27 «Quem são e onde estão os palestinos»).

Como nos tempos de Hitler

Nem o atentado de Londres nem a situação no sul influiram na decisão de Begin e Sharon. A sua ofensiva é parte de um projecto maior: o de um Israel do Eufrates ao Nilo

Neiva Moreira

NOS dois dias anteriores à invasão do Líbano, o ambiente era de relativa calma. Em Beirute, considera-se um dia «calmo» quando se registam apenas «accrochages» (enfrentamentos) rotineiros, mesmo que o número de mortos e feridos seja elevado.

Um desses confrontos ocorreu na noite de quinta-feira, dia 3 de Junho, entre shiitas pró-Khomeiny, libaneses e curdos partidários do Iraque. Saldo: oito mortos e cinquenta e dois feridos. Como a minibatalha se desenvolveu durante muitas horas com metralhadoras e morteiros, exactamente na linha divisória das «duas» Beirute, não nos foi possível atravessar a «fronteira» para o lado impropriamente chamado cristão, pois na área dita muçulmana o número de católicos é bem maior do que do outro lado.

Na manhã de quinta-feira discutimos com alguns jornalistas o projeto que nos levara ao Líbano, ou seja, uma edição em árabe de *cadernos do terceiro mundo*. Um deles, Nabil Hani, era redactor do *AL Nidaa*, e considerava aquela «tranquilidade» um mau presságio.

Nos meios de Imprensa de Beirute e Damasco corria uma versão inquietante: em Tel-Aviv discutia-se há vários dias a invasão do Líbano. Pela primeira vez, o gabinete de guerra de Israel divergia sobre o

necessária a invasão do Líbano, mas receava as suas consequências. Não se preocupava, naturalmente, com as repercussões diplomáticas. Com o invariável apoio dos Estados Unidos, Begin nunca deu grande importância à opinião internacional, sobretudo porque conhece bem a capacidade do «lobby» israelita em influenciar a opinião pública nos meios de comunicação do mundo ocidental. O que o afligia era o «aprés», ou seja, o que fazer depois de ter o Líbano ocupado. «Daqui até à fronteira com Israel, dizia-nos um veterano combatente das milícias progressistas do Líbano, não há quase ninguém desarmado. De 12 a 14 anos até aos 90, o mínimo que a gente possui é uma «kalatchnikov», a metralhadora soviética de carregador curvo.

Convertido o exército invasor em força de ocupação, quando a fase de guerra ceder lugar à guerrilha, na qual os palestinos e os seus aliados libaneses são mestres, a situação poderia então ser muito desfavorável aos israelitas.

Begin também receara os desdobramentos imediatos da ocupação do Líbano: enfrentamento com a Síria, com o possível envolvimento da URSS, aliada de Damasco, e temia deixar em apuros o presidente do Egito, Mubarak.

A invasão realizou-se e é possível que Begin e Sharon tenham abandonado as suas discrepâncias secundárias e se tenham posto de acordo num aspecto fundamental: antes que

passo a dar. O ministro da Defesa, Ariel Sharon, e o general Eytam, chefe do Estado-Maior do Exército, conhecido pelas suas posições agressivas, eram partidários de uma ofensiva total. Sharon, que foi ministro da Agricultura, considerava essencial controlar o sul do Líbano até Saida, não apenas por motivos estratégicos mas para poder dominar totalmente o rio Litani, que era a fronteira real israelita-palestina. Actualmente estão a ser desviadas as águas do Litani para Israel — calculando-se em mais de 20% do seu caudal — privando os libaneses de um elemento essencial à vida da sua região.

Begin considerava igualmente



Coluna de blindados israelitas prepara-se para atacar as Forças Árabes de Dissuasão sírias no vale de Békaa

o exército sionista deixe o Líbano, os combatentes palestinos devem ser não apenas desbaratados militarmente, mas fisicamente liquidados. Como qualquer palestino a partir dos sete anos — imbuído até à medula do ideal da pátria e do retorno a uma Palestina libertada — é um combatente, então a estratégia foi a que se aplicou no Líbano: bombardeamentos maciços e indiscriminados e terra arrasada.

Mas porque motivo escolheu Israel esse exacto momento, quando tudo parecia encaminhar-se para uma negociação global sobre o problema do Médio Oriente?

Os interesses norte-americanos

A primeira constatação a fazer na análise do problema é que seria ilusório separar as iniciativas israelitas da política e dos interesses de Washington. Os Estados Unidos estão numa posição diplomática difícil. Estão a caminhar para uma negociação sobre armamento nuclear com a União Soviética enfraquecidos pelas contradições entre a sua posição, rígida e agressiva, e a dos seus parceiros europeus, que temem uma guerra nuclear cujos alvos imediatos seriam os seus próprios países. Esse não é, no entanto, o único ponto de desentendimento com a Comunidade Europeia, que protesta também contra os juros altos, o protecionismo económico, os gastos insuportáveis para manter uma interminável «guerra fria», as posições autoritárias e unilaterais da Casa Branca.

O governo Reagan considera tudo isso secundário, face ao objectivo maior, que é preparar a guerra contra a União Soviética. Para isso, não seria recomendável desprezar um só dos factores políticos e militares que melhorem a posição estratégica da chamada Aliança Atlântica. Ora, avançar a fronteira militar anti-soviética no Médio Oriente, ao mesmo tempo que se enfraquecia o poder armado de aliados da URSS como a Síria ou de amigos como as forças conjuntas libanesas-palestinas não seria um ganho desprezível.

Em todo este dramático episódio da invasão do Líbano, Reagan manteve uma atitude de indisfarçável compreensão e apoio mais ou menos aberto a Israel. O seu secretário de Estado chegou ao ponto de anunciar os resultados das batalhas aéreas no Líbano dizendo que «perdemos tantos aviões» (os aviões israelitas abatidos), como se fosse Sharon e não Haig quem falava.

Reagan tem muitos motivos para apoiar a invasão. Os avanços israelitas poderão ser contabilizados eleitoralmente entre a comunidade judaica, quando a sua popularidade desce a níveis drásticos nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, seria criado um novo foco de tensões internacionais capaz de desviar a atenção do mundo da guerra colonialista das Malvinas, na qual, com a crescente condenação da América Latina e das Caraíbas, o governo Reagan esteve até ao fim abertamente comprometido, sustentando a Inglaterra.

É possível que haja divergências táticas entre as direcções dos dois governos, o de Washington e o de Tel-Aviv. Pode ser que, estimulado pelo cheiro da pólvora que o alimenta e excita, como já antes aconteceu com Hitler, o sr. Begin tenha ido longe demais e isso não estivesse totalmente dentro das previsões de Washington. Mas serão desentendimentos internos, entre parceiros, que facilmente se solucionarão.

Os interesses israelitas

Da parte de Israel não havia um momento mais adequado para o seu ataque ao Líbano como o actual. Em todo o Médio Oriente, mesmo entre a opinião pública não fanática de Israel e entre os povos árabes, há um cansaço de guerra e um desejo de uma solução justa para os problemas da região. Os acordos de Camp David estão sepultados e torna-se cada vez mais patente que será inviável, condenada ao fracasso, qualquer fórmula de paz no Médio Oriente que não parta da satisfação da exigência palestina de um Estado Nacional independente.

Há no campo dos adversários de

Israel factos que não podem deixar de ser preocupantes. Embora seja cada vez menos firme a posição dos Estados conservadores árabes em relação aos palestinos, não é tão sólida assim do ponto de vista institucional, a posição dos seus governos. São visíveis as inquietações das massas árabes, seja em alguns países do Golfo, bastiões tradicionais do conservadorismo árabe, ou mesmo na Jordânia e no Egito. Não se deve excluir, num futuro não muito distante, transformações profundas na região, como a queda, sob pressão popular, de certos governos árabes conservadores.

Begin tem pressa. Para ele e para o seu projecto do Grande Israel eventuais governos populares, apoiados pelas riquezas árabes, teriam reflexos inevitáveis na capacidade militar dos seus inimigos.

Mas não é só isso. Presentemente, o que poderia ser uma aliança árabe atravessa um período altamente conflituoso. Mesmo na Frente de Resistência onde os sírios têm uma posição intolerante em relação ao Iraque e não são eficazes os laços orgânicos militares que unem os demais países progressistas: Argélia, Líbia; Iémen do Sul, além da OLP. Isso no campo aliado, entre os países progressistas da região.

E o que dizer dos outros? A não ser o Kuwait, que mantém uma linha de maior cooperação com os palestinos e os libaneses progressistas, os demais limitam-se a dar algum dinheiro, sem empenhar nem o seu poder político nem a sua força militar, para enfrentar seriamente Israel. E mesmo o apoio financeiro é cada vez mais escasso. Com a exceção do Kuwait e, sobretudo, do Iraque, que já antes da guerra não condicionava a sua cooperação com os palestinos a eventuais divergências sobre linhas táticas, os restantes países petrolíferos do Golfo prefeririam fechar as suas arcas ou limitar a sua ajuda se não temessem as represálias dos palestinos que controlam os seus bancos, os seus poços de petróleo e são o núcleo da sua força de trabalho.

Israel jogou nesse complexo quadro de desentendimentos. E

jogou com eficácia, pois os palestinos e libaneses progressistas tiveram que enfrentar o peso da ofensiva de uma das mais poderosas potências militaristas do mundo de hoje que é Israel só com a limitada participação síria e apoio logístico da Líbia.

Nada mais frustrante do que ver, como nós vimos, superaviões F-16, orientados por modernos sistemas de radar, enfrentados por metralhadoras antiaéreas do fim da Segunda Guerra Mundial ou da guerra da Coreia. Essa desigualdade de meios é o que explica a supremacia da aviação israelita na luta contra os palestinos.

Acrescente-se a essa situação os resultados extremamente negativos da guerra Irão-Iraque que dividiu os dois poderosos adversários de Israel, debilitando por muito tempo as possibilidades de ambos cooperarem na frente militar anti-sionista. Se esses dois governos pudessem enviar as suas forças armadas — que estão entre as mais poderosas da região — e não apenas pequenos contingentes de voluntários para fortalecer a luta dos palestinos, a situação seria outra no Médio Oriente.

Os mísseis

«Porque não têm vocês mísseis?» perguntámos a Abu Issa, um jovem quadro da OLP. «Pergunte a eles», disse-nos simplesmente.

O problema é um pouco mais complexo do que parece, embora não se excluam as responsabilidades de certos países árabes que desejam os palestinos fortes... mas não tanto. Uma rampa de mísseis difficilmente escapa aos satélites espionas, ou, mais directamente, aos agentes do Mossad israelita e dos serviços secretos ocidentais, que pululam no Líbano.

O governo libanês é uma ficção para muitas coisas («temos todos os encargos do Poder mas não o Poder», queixava-se o presidente Elias Sarkis), mas não para vigiar os palestinos e os libaneses progressistas. Qualquer iniciativa da OLP para melhorar a qualidade e o poder do seu armamento era dificultada ou mesmo impedida pelo exército liba-

nês, sob ordens do governo.

E o que representa hoje o exército libanês? Com cerca de 20 mil homens, responde nominalmente perante o presidente, mas, na realidade, está muito ligado às Falanges Libanesas (Kataeb), uma organização de direita dirigida pela família Gemayel. As Kataeb receberam ostensivamente, em muitas ocasiões, apoio e armamento de Israel e, mesmo agora, foi gente das suas fileiras — algumas jovens da «high society» de Beirute-leste — as libanesas que receberam com flores os invasores da sua pátria. Não se poderia esperar que Pierre, Béchir ou Amin Gemayel estimulassem, no exército, uma atitude de resistência a Israel.

O que se viu foi muito claro. Tanques israelitas ocupando o aeroporto de Beirute e o palácio presidencial de Baabida, sem que o exército libanês, guardião legal da soberania do país, disparasse um só tiro.

Naturalmente que seria possível aos palestinos, com imaginação e audácia, levar mísseis para defender as suas posições. Mas, os riscos políticos talvez não compensassem as vantagens militares.

E agora?

O facto concreto é que Israel realizou o que vinha sonhando fazer: ocupar a maior parte do Líbano. O que se irá passar agora?

Numa situação tão moveida como a do Médio Oriente não é fácil avaliar o que ocorrerá amanhã, quanto mais daqui a uma semana ou um mês. Há, no entanto, elementos e factores que devem ser considerados em qualquer evolução dos acontecimentos. O primeiro é o próprio Mundo Árabe.

O governo de Begin tem desafiado com extrema arrogância e uma alta dose de irresponsabilidade as nações e os governos árabes. Mais do que isso: tem-nos humilhado numa escala que só se pode comparar às posições do hitlerismo quando a Alemanha da década de trinta preparava e executava a sua ofensiva sobre o leste e o sul da Europa.

Os árabes são, hoje, mais de cem



As forças das Nações Unidas limitaram-se a contabilizar o número de blindados e efectivos invasores

milhões de seres humanos, servidos por uma rica tradição de cultura e de civilização milenária. Possuem, com a descoberta do petróleo, recursos ilimitados e têm revelado em momentos cruciais da sua história, como na batalha de Suez em 1973, talento militar e capacidade de unir-se e de luta. Ampliaram, também, consideravelmente, as suas alianças internacionais e passaram a ser, nos últimos anos, a ponta de lança de um universo de setecentos milhões de muçulmanos.

Herdeiros de conflitos tradicionais, que as actuais gerações árabes receberam do colonialismo, e em grande parte envolvidos na teia da penetração e do domínio das grandes potências capitalistas, ainda não conseguiram juntar os seus esforços e canalizar o seu poderio para uma tarefa comum do que eles próprios, por vezes mais retóricos do que práticos, consideram o desafio histórico de defender a Nação Árabe.

Mas se compararmos a situação actual com a de vinte anos atrás ou um pouco mais, com a dos tempos de Lawrence, e dos ingleses no Cairo, em Bagdade e Amam, é pos-



Jovens palestinos capturados, vendados, algemados e (segundo testemunho ocular de médicos noruegueses), torturados pelas forças sionistas

sível constatar que eles avançaram muito na escala de desenvolvimento político, científico e tecnológico. Hoje ou amanhã, um Israel cujos cimentos da unidade nacional são cada vez mais débeis e contraditórios e que encontra crescentes resistências internacionais à sua política

expansionista, terá de enfrentar um poder árabe diferente do actual.

O mundo islâmico

A essa força em desenvolvimento acrescente-se o imenso arsenal político e militar do Mundo Islâmico.



O governo de Begin (na foto) e Sharon (ministro da Defesa e responsável máximo da operação de invasão) contaram com a cumplicidade ou o silêncio das potências ocidentais

Este é um fenômeno novo que merece referência à parte.

Os problemas entre as nações islâmicas não são menores do que entre os árabes. Paquistão e Afeganistão têm estado à beira da guerra e o Irão, sob a liderança do ayatollah Khomeiny, ressuscita os velhos estilos imperiais da dinastia de Reza Pahlevi prolongando uma guerra já sem finalidades contra o Iraque, que é um país de vanguarda na luta contra Israel.

Se analisarmos os problemas com uma visão de curto-prazo, então o vaticínio de Begin e Sharon de que dominarão o Médio Oriente por mais mil anos, estaria correcto. Mas a história é dinâmica e são evidentes os sinais de avanço de uma consciência anti-imperialista, senão na maioria dos governos, pelo menos nas massas populares islâmicas.

O caso do Irão é típico. Não há no momento uma linha política mais contraditória do que a do regime iraniano. Declara-se instrumento de uma revolução, mas continua matando, deportando, prendendo revolucionários. Combate Israel e envia guardas islâmicos para ajudar os palestinos em Beirute mas compra armas a Israel para atacar o Iraque.

Essa realidade provocou confusão e desânimo em muitos sectores progressistas, mesmo entre os que reconhecem o potencial revolucionário da nova situação instaurada no Irão.

Entre os sectores progressistas árabes encontrei agora uma grave preocupação: por detrás de uma terminologia radical, há na revolução iraniana um surto de fanatismo religioso que se projecta sobre o Médio Oriente como nunca se vira desde as Cruzadas cristãs do começo do segundo milénio. E o mais sério é que a matéria-prima desse movimento são os shiitas, grande parte dos quais e em muitos países — o Líbano, por exemplo — são, pela sua condição de marginalizados e discriminados, forças de vanguarda nas lutas sociais.

Mas, seja como for, o Mundo Islâmico é uma presença nova e influente nesse complexo e difícil contexto do Médio Oriente. E se as guerras têm sido, ao longo da histó-

ria, a parceira das revoluções, o Médio Oriente não seria, em verdade, a exceção.

Talvez que por sorte, para o processo da revolução árabe, Israel não tem sido administrado por homens sensatos e respeitadores dos direitos dos seus vizinhos, mas por governantes imbuidos de uma obsessão fanática, apaixonada e irresponsável de criar um Israel cujas fronteiras devem ir do Eufrates ao Nilo. Nenhum factor de unidade dos árabes — unidade extremamente necessária neste período de transição histórica que estão vivendo — é maior do que Israel e, mais precisamente, do que a acção de políticos do calibre de Menahem Begin e Ariel Sharon. E se isso é verdadeiro em relação aos árabes o é também no que diz respeito ao Mundo Islâmico. Muitas das querelas que separam os seus governos estão sendo ou serão inevitavelmente postas de lado, frente ao desafio maior de enfrentar Israel. A invasão do Líbano poderá ter, assim, um resultado totalmente diferente do que esperam Reagan e Begin e funcionar como uma emulsão capaz de acelerar um difícil, lento e turbulento processo de unidade do qual participam não apenas os países da linha de frente mas o Mundo Árabe e o Mundo Islâmico.

A posição soviética

Há, no entanto, nesse grave problema do Médio Oriente um factor a considerar que é a União Soviética. O governo de Israel tem agido como se a URSS não existisse com fronteiras próximas dos poços de petróleo que alimentam a máquina industrial do Ocidente e do Japão. A nota de Brejnev alertou Begin e os seus aliados de Washington para uma realidade que deve ser levada em conta: a URSS, aliada dos sírios e amiga dos palestinos, não poderia permitir o massacre dos últimos e a derrota dos primeiros, cruzando os braços em face de uma operação militar que esconde mal o apoio do Pentágono.

Uma observação importante que resulta das notas emitidas em Moscovo sobre a agressão ao Líbano é a advertência dos soviéticos a Israel de que o seu governo — o seu desavirado governo — pode estar a



Dupla responsabilidade para o OLP: resistir e impedir o genocídio do seu povo.
Que se interroga: «onde estão os nossos irmãos árabes?»

cavar hoje a ruína futura do seu país.

É possível que muitas pessoas, deslumbradas com a máquina militar israelita, considerem essa advertência fora de tempo e até mesmo inócuia. Quem sabe se os soviéticos não estão pensando como Churchill ao visitar os escombros de Coventry depois do bombardeamento alemão que destruiu aquela cidade inglesa? Caminhando entre as ruínas e os clamores dos sobreviventes do bombardeamento Churchill repetia sem cessar: «Coitados dos alemães!» Como alguém lhe advertisse que eram os ingleses e não os alemães que estavam sedo vícimas daquele terror e por isso não entendiam as suas exclamações, Churchill respondeu profeticamente: «Estou a pensar no que vai acontecer depois com os alemães».

O que se passou todos sabemos. Begin e Sharon seguramente não se recordarão. Mas seria construtivo que alguém tão profético como Churchill nesse episódio recordasse

a esses fanáticos da guerra a frase de Coventry, mas com uma variante contemporânea: «Coitados dos israelitas».

Não há dúvida que a OLP e os libaneses progressistas sairão militarmente enfraquecidos desta batalha. Mas eles contam com milhares de jovens combatentes que sobreviverão a este massacre e estarão prontos a empunhar novas armas e retomar a luta. Politicamente, no entanto, os palestinos, os seus aliados libaneses e aqueles governos e povos árabes que apoiam verdadeiramente essa luta poderão ver-se fortalecidos.

É tão brutal o que se passa no Líbano, tão descarado o objectivo expansionista de Israel e evidente a cumplicidade da maior parte das potências capitalistas neste genocídio, que a causa palestina se torna mais nítida, muito mais justificada e se convertirá na bandeira de luta de milhões e milhões de homens e mulheres em todo o mundo. □

a arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

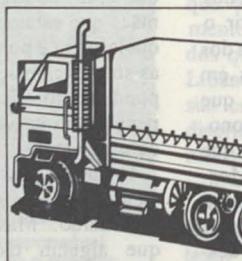
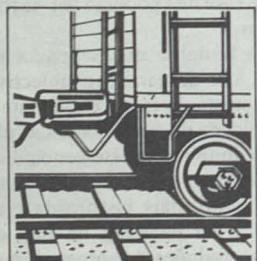
PORUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

PORUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



O sistema do café

A transnacionalização e monopolização são as características de um conjunto de operações responsáveis por um volume de vendas superior a 11 biliões de dólares

Marcos Arruda*

Euma pena que as palavras não tenham o impacto das imagens. Tente o leitor visualizar um grupo de humildes habitantes do interior, trabalhando numa plantação de café no Brasil, em El Salvador, na Costa do Marfim ou na Indonésia. São homens sem terra, sem habitat fixo. Só têm emprego durante uma estação do ano. São pais de prole numerosa, crianças que envelhecem antes do tempo, de corpo franzino e coração sem esperança. Sempre que tentam organizar um sindicato e lutar pelos seus direitos, param com a violência e a repressão. Encontram-se entre as populações mais pobres do mundo.

Agora uma segunda imagem: suponha o leitor estar sentado na companhia de executivos do mundo dos negócios, no alto de um arranha-céus de Nova Iorque, onde fica a saber que as vendas de café, em 1979, do maior precessor norte-americano, a *General Foods*, ultrapassaram em dólares o PIB de, pelo menos, vinte países do hemisfério sul; ou que está a beber uma chávena de nescafé nas margens do Lago de Genebra, ao lado de um director da Nestlé que o informa de que, em 1980, a sua companhia



Plantadores de café: entre os mais pobres do mundo

vendeu o equivalente a 21 vezes o total das exportações da Tanzânia.

O trabalhador da plantação de café e o vendedor e processador são dois elos da mesma cadeia, a que chamaremos «o sistema do café». De um lado da cadeia, está o trabalhador da plantação; do outro, o leitor, consumidor de café. Entre os dois, há uma longa e complexa sequência de elos, incluindo actividades como comercialização, embarques, torrefacção, embalagem e

vendas a retalho. Sem esquecer a publicidade! Quase todos conhecem as propriedades estimulantes e cardiotónicas do café, devidas ao seu ingrediente activo, a cafeína. Mas, se o café se tornou parte obrigatória da dieta de populações inteiras em todo o mundo, isso deve-se à publicidade. Nos EUA, país que consome 40% de toda a produção mundial de café, milhões de pessoas que vivem uma vida tensa e agitada, característica das modernas cidades super-

* O autor é coordenador do Programa do Conselho Mundial de Igrejas sobre as Corporações Transnacionais, membro do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE) e do Instituto Transnacional (Amesterdão)

povoadas, acrescentam cinco a oito chávenas de café ao seu *stress* diário. A publicidade é parcialmente responsável por esse excesso de consumo.

Um sistema de 11 biliões de dólares

Examinemos rapidamente o sistema do café. O café não é um género alimentício essencial: se não podemos passar sem legumes e cereais, podemos facilmente passar sem café. No entanto, o café é uma *commodity* (1) * responsável pelo segundo maior volume de vendas no mercado internacional, com exportações de mais de 11 biliões de dólares em 1980. Quem são os personagens do sistema de produção do café? Quem beneficia desse negócio intenso e rentável? O que nos ensina o sistema de café sobre o sistema de mercado mundial, de firmas e bancos transnacionais, e da ética do *big business*?

Como produto tropical, o café é uma mercadoria típica dos países menos desenvolvidos do Sul: Brasil, Colômbia, México, El Salvador e Guatemala, Costa do Marfim, Uganda e Etiópia, além da Indonésia, estão entre os maiores produtores e exportadores de café. Só o Brasil é responsável por um terço da produção mundial para exportação. A produção brasileira de café está nas mãos de cerca de 250 mil cafeicultores. Mas, lentamente, o sector tem sido infiltrado pelos grandes conglomerados: já em 1977, 20% dos cafeicultores possuíam 97% de toda a terra utilizada para a plantação de café. (2)

Normalmente, os grandes fazendeiros auferem enormes lucros à custa dos seus trabalhadores. Muitos destes recebem de um a um dólar e meio por dia durante as seis semanas da colheita, e muito menos ainda durante o resto do tempo que passam nas plantações. Os benefícios decorrentes dos preços internacionais do café geralmente não chegam a atingir os trabalhadores. O próprio Instituto Brasileiro do Café reconheceu que o facto de os preços do café em grão terem triplicado em 1977 «não

teve reflexo directo sobre os salários». (3)

Em 1960, os países subdesenvolvidos podiam comprar um tractor pelo preço de 160 sacos de café; em 1977, tinham que dar 400 sacos em troca do mesmo tractor. Naquele mesmo ano, a Nicarágua podia comprar 13 barris de petróleo com um saco de café; em 1981, o mesmo saco de café valia somente dois barris e meio. Esta deterioração das condições do mercado internacional obrigou os países pobres a exportarem muito mais café para obterem a mesma quantidade de mercadorias importadas. Fica claro, portanto, que o benefício para os países produtores vem a diminuir em termos relativos. Trata-se de uma situação especialmente grave no caso, por exemplo, dos nove países africanos onde um quarto de toda a receita de exportação depende do café.

Até a Volkswagen...

Se o sector da cafeicultura está ainda relativamente fragmentado, os elos subsequentes da cadeia estão sendo cada vez mais dominados por *trusts*. O comércio do café conta, na realidade, com três actores — o intermediário local que compra ao produtor e transporta o café para o porto; o negociante internacional que leva os sacos de café para o importador; e o comerciante que compra os sacos do negociante internacional para torrar e processar o café. Os intermediários locais ainda continuam a desempenhar um papel importante na primeira operação, mas um bom número de negociantes internacionais, associados a grandes bancos internacionais, começam a ganhar terreno. Entre os mais fortes agentes de comercialização estão a *ACL International* (sediada nos EUA, que controla 10 % do mercado mundial de café), a *Volkart* (sediada na Suíça) e a *J. Aron* (sediada nos EUA) (4). No Brasil, um grupo de 10 exportadores controla 65 % do volume de vendas de café verde. Os 15 maiores controlam mais de 80 %.

Certas grandes companhias, que fizeram a sua fortuna em outros

ramos de comércio, começam também a diversificar e a ingressar no mercado do café. É o caso da *Volkswagen* que, em 1980, fundou um *trading* — a *Trans-Trading Exportadora S.A.* — com um banco transnacional sediado no Brasil. (5). O maior cliente de café brasileiro é a *General Foods (GF)*, enorme companhia processadora que, muitas vezes, compra junto de produtores privados a preços não revelados, armazena o café e, em seguida, usa as suas informações privilegiadas para manipular preços e especular mais tarde no mercado. Vinte e cinco por cento dos contratos futuros resultam dessa especulação. A *GF* é o maior importador privado de café, superada apenas pelos próprios Estados Unidos. As suas compras anuais de café brasileiro são superiores às de nove dos maiores países importadores, inclusive Japão, Suíça e Reino Unido. Esta concentração de poder de comercialização faz, sem dúvida, com que um número cada vez menor de grandes processadores, apoiados por poderosos financiadores, possa apanhar uma grande fatia dos excedentes do negócio do café.

O papel dos conglomerados na negociação dos acordos

Os processadores são responsáveis pela torrefação, processamento e distribuição no comércio a retalho. No mercado mundial, apenas 20 dos principais processadores de géneros alimentícios são produtores de vulto. Os oito maiores processadores controlam de 55 a 60 % das vendas mundiais, sendo que as duas maiores firmas — *GF e Nestlé* — dominam quase 20 % do mercado mundial. (6) Nos Estados Unidos, o número de torrefactores independentes diminuiu de 261, em 1963, para cerca de 40, em 1978. Destes, a *GF* e a *Procter & Gamble* controlam mais de 50 % do mercado de café torrado.

Os torrefactores também armazem café, o que lhes permite especular com os *stocks*: quando o preço do café em grão aumenta, eles transfiram o custo para os comerciantes a

retalho, ficando como únicos beneficiários do lucro extra.

O poder que os processadores exercem no mercado baseia-se, em grande parte, em dois factores. Primeiro, o importante papel que desempenham na negociação dos Acordos Internacionais de Café entre países produtores e consumidores. Nos Estados Unidos, os processadores fundaram uma agência para actuar nos bastidores do Congresso — *National Coffee Association* — que tem grande influência sobre a política norte-americana de importação, tendo conseguido blo-

quear, durante anos, o esforço brasileiro para organizar os países produtores. Durante as negociações, as empresas jogam um produtor contra outro, na tentativa de obterem o preço mais baixo. Só se chega a uma solução quando os produtores, por intermédio do governo do país onde está localizada a sua sede, passam a assumir um papel dominante.

Segundo, a posição privilegiada dos processadores é mantida através de publicidade e promoção, e do controlo de patentes de processamento. De facto, essas patentes fazem da indústria do café uma indústria onde a concorrência é pequena e os lucros são altos. Os orçamentos de publicidade da *GF* e da *Procter & Gamble* (que são os maiores anunciantes do mundo) ultrapassam, em conjunto, o orçamento anual da Organização Mundial de Saúde. Nos Estados Unidos, os quatro principais processadores gastam mais de 3,5 % do total das suas vendas de café em publicidade. Os maiores processadores europeus — *Nestlé* (Suíça), *J. Jacobs* (Reino Unido), *Tchibo* (Alemanha Federal), *Brooke Bond Liebig* (Reino Unido), *Cadbury Schweppes* (Reino Unido), *J. Lyons* (Reino Unido) e *Melitta* (Alemanha Federal) — gastam também vultosas somas em publicidade. □

Roast, NACLA, Vol XI, N. 4, Abril de 1977, p.26.

(3) *Ibid., p. 27.*

(4) F.F. Clairmonte e J. Cavanagh, *Corporate Stranglehold on Commodities Markets, Monthly Review, Nova Iorque, Vol 33, N. 5, Outubro 1981, p. 30-32.*

(5) A Volkswagen, o Banco Itaú, a Duratex e Monteiro Aranha unem-se para formar a Trans-Trading Exportadora S.A., *Revista do Comércio do Café, Brasil, Maio 1980, p.31.*

(6) *Transnational Corporations in Food and Beverage Processing, Centro das Nações Unidas sobre as Transnacionais, Nova Iorque, 1981, p.79.*

Do petróleo bruto ao plástico em Sines	Du pétrole brut au plastique à Sines	From crude oil to plastics at Sines	Del petroleo en bruto al plástico en Sines
---	---	--	---

Poliétileno de baixa densidade
Poliétileno de alta densidade
Polipropileno

EPSI - Empresa de Polímeros de Sines, produz matérias primas para a indústria de transformação de plásticos
Mercado nacional e internacional

Polyethylene de basse densité
Polyethylene de haute densité
Polypropylene

EPSI - Empresa de Polímeros de Sines produz matérias primas para a indústria de transformação de plásticos
Mercado nacional e internacional

Low density polyethylene
High density polyethylene
Polypropylene

EPSI - Empresa de Polímeros de Sines, producing raw materials for the plastic manufacturing industry
National and international market

Poliétileno de baja densidad
Poliétileno de alta densidad
Polipropileno

EPSI - Empresa de Polímeros de Sines, produce materias primas para la industria de transformación de plásticos
Mercado nacional e internacional

EPSI

Empresa de Polímeros de Sines, S.A.R.L.
Rua Artilleria Um, 79, 7.^o
1200 LISBOA
Telefones: 65 96 81/5
Telex: 14103 EPSILX P

(1) Neste contexto *commodity* significa bem não essencial, artigo supérfluo.

(2) Hank Fundt, *Coffee — The Corporate*

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL

★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:



Compelmada presente nas Feiras FIL-
técnica (Lisboa) e Facim (Maputo).



Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal
Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines

Solidariedade com África Austral

□ A Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente a realizar em Lisboa de 16 a 18 de Julho próximo, terá como um dos seus patronos o Presidente Ramalho Eanes que deste modo aceitou juntar-se aos seus homólogos de Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Zimbabwe e Nigéria e aos presidentes da SWAPO e ANC.

O convite ao Presidente português, que deverá estar presente na sessão inaugural da Conferência, foi dirigido no termo da II Reunião Preparatória que teve lugar na capital portuguesa nos últimos dias de Maio. O tenente-coronel Vítor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução e figura de destaque do Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime colonial-fascista português em 25 de Abril de 1974, foi escolhido para presidir à Conferência de Solidariedade. Na mensagem que dirigiu às comissões que em diversos países apoiam a Conferência de Julho, Vítor Alves depois de recordar que em Junho de 1977 já se realizou em Lisboa uma Conferência Mundial contra o *Apartheid*, exprime a opinião de que a Conferência Internacional de Solidariedade «muito contribuirá para a indispensável e definitiva sensibilização dos Estados, das organizações internacionais e da opinião pública mundial para a necessidade de superação dos graves problemas com que a paz, a liberdade e o direito internacional se encontram intoleravelmente confrontados na África Austral».

Entre as diversas mensagens de apoio à Conferência vindas de numerosas organizações e entidades democráticas portuguesas ou estrangeiras que têm sido tornadas públicas pelo Comité Preparatório, refira-se uma declaração dos embaixadores de Angola, Moçambique, Zâmbia e Nigéria em Lisboa na qual os diplomatas afirmam «o seu total apoio e empenhamento» na Conferência e manifestam preocupação pelo facto de «alguns elementos da sociedade portuguesa terem, porventura inadvertidamente, suscitado dúvidas quanto à independência das políticas externas dos países da Linha da Frente, e quanto ao total empenho posto no apoio concreto dos seus povos e governos à próxima Conferência Internacional de Lisboa».

Esta tomada de posição vem no seguimento e é, de certo modo, uma resposta à atitude assumida pelo Partido Socialista Português de Mário Soares que se desvinculou da Conferência de Solidariedade considerando-a «controlada pela URSS e pelos partidos comunistas ortodoxos» e a associou a presumíveis intenções para prejudicar uma conferência da Internacional Socialista sobre a África Austral a realizar em Dar-es-Salam.

Ainda sobre este assunto, um porta-voz do Co-



Vítor Alves

mité Preparatório da Conferência lembrou em Lisboa que além de mais de trezentos delegados de diversos países e de variadas orientações políticas e ideológicas a Conferência de Solidariedade tem o patrocínio dos chefes de Estado dos países abrangidos e do Presidente da República portuguesa, pelo que a acusação do PS português é inteiramente «desprovida de fundamento».

Cidade de crianças no Kampuchea

□ A Hungria e vários movimentos pacifistas da Europa patrocinam a criação de uma cidade para alojar mil crianças órfãs no Kampuchea. O projecto visa a instalação dessa «cidade» em Kompong Kantut, a trinta quilómetros de Phnom Penh. Ao mesmo tempo, será reconstruída a Escola Superior Pedagógica, no mesmo local sobre os escombros da antiga. Os órfãos do Kampuchea, de idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, ficarão alojados nessa cidade até atingirem a idade de trabalhadores qualificados. Ser-lhes-á ministrado treino em diversas especialidades de trabalho industrial e agrícola. A partir deste Verão turnos de jovens húngaros começarão os trabalhos de construção da cidade dos órfãos. Espera-se que os trabalhos estejam concluídos no dia 7 de Janeiro de 1984, e que a sua inauguração coincida com os festejos nacionais do Kampuchea. A ideia nasceu em 1979, e partiu do Conselho Nacional Húngaro da Paz, rendo sido posteriormente aprovada pelo Conselho Mundial para a Paz e Cooperação. Em muitos países têm decorrido acções de apoio a esta iniciativa, na qual participam numerosas empresas húngaras.

I.A.N.I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.^o

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

PANORAMA TRICONTINENTAL

Movimento pacifista invade Nova Iorque

□ Seis dias após o início, na Organização das Nações Unidas, da sessão especial sobre o desarmamento, Nova Iorque tornou-se palco da maior manifestação pacifista jamais realizada nos Estados Unidos.

Efectivamente, no passado dia 12 de Junho, cerca de 800 mil pessoas – segundo fontes policiais de Nova Iorque, o que leva logicamente a admitir ser superior o número de manifestantes – convergiram para Central Park protestando contra a desenfreada corrida aos armamentos que tem caracterizado a administração Reagan, com reflexos evidentes na bolsa do contribuinte norte-americano. Mas, em verdade, não se poderá dizer serem motivações de ordem económica – ainda que importantes – que arrastaram aquelas largas centenas de milhares de manifestantes a Central Park. A principal razão terá de ser procurada no medo do holocausto nuclear, medo que o discurso belicista da administração Reagan mais não tem feito que agudizar.

Músicos, actores, intelectuais, padres juntaram-se aos manifestantes gritando «Não à guerra, sim à vida» – a palavra de ordem central desta grande marcha entre o Palácio de vidro da ONU e os relvados do principal parque novaiorquino.

Dois dias após este acontecimento, o chanceler alemão Helmut Schmidt, discursando na ONU, afirmaria que os governos não deveriam ignorar o movimento mundial a favor do desarmamento. Abordando a mesma temática – e reflectindo, talvez, sobre os ensinamentos que essa questão tem suscitado dentro do seu próprio partido, o SPD – o dirigente oeste-alemão lembraria não ser «só em Nova Iorque, mas em muitos países, que temos vindo a testemunhar que imensas pessoas manifestam o seu receio de uma excessiva concentração armamentista» e que «não devemos subestimar a grande força moral positiva que emana do movimento pelo desarmamento», o que viria a ser entendido por alguns observadores como um apelo à moderação por parte da administração Reagan. Esta, no entanto, pela



voz do secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger, responderia que a manifestação em nada virá alterar a política do governo que considera «errado e muito perigoso» concordar com o congelamento de armas nucleares.

Por seu lado, o maior jornal da China Popular, o *Renmin Ribao* (*Diário do Povo*) exprimia uma opinião favorável ao movimento pacifista no Ocidente, contrariando em absoluto as críticas manifestadas o ano passado pelas autoridades chinesas ao movimento pela Paz. O jornal, na sua edição de 22 de Junho último, afirmava que foi este movimento quem forçou os Estados Unidos e a União Soviética a reabrirem negociações para a redução das armas estratégicas (START).

O *Diário do Povo*, numa surpreendente mudança de opinião, acha agora que o movimento pacifista «constitui uma corrente gigantesca contra a corrida aos armamentos das duas superpotências, EUA e URSS» e não já «um perigo para a paz e a segurança na Europa», como era afirmado alguns meses atrás, ao mesmo tempo que acusa os Estados Unidos de subavaliarem a sua importância, considerando-o apenas como uma «conjura fomentada pela URSS».

Desarmamento: esperança, temor e preocupação

Na sede da ONU, em Nova York, iniciou-se na primeira semana de Junho deste ano a sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas consagrada aos problemas do desarmamento. Esta é a segunda sessão especial que a AG consagra ao tema após uma primeira reunião que decorreu há quatro anos. O presidente da AG, Ismael Kittani, afirmou que o mundo está atento aos trabalhos da AG, com «esperança, temor e preocupação». Esperança de que os 157 Estados presentes adoptem medidas eficazes, temor de que a sessão fracasse e preocupação pelas consequências que a corrida às armas acarreta para toda a humanidade. Segundo Kittani, o programa aprovado em 1978 ficou letra morta e estes quatro anos têm sido uma impressionante coleção de fracassos.

Antes da sessão da ONU, 500 «parlamentares para a ordem mundial», de 20 países, estiveram reunidos no Palácio de Vídeo e apelaram para o congelamento imediato dos arsenais nucleares seguido de medidas adequadas para um desarmamento geral. As resoluções adoptadas neste «fórum» serão presentes ao Parlamento Europeu e às assembleias legislativas do Canadá, Nigéria, EUA, Índia, Grã-Bretanha, Malásia, Austrália, Nova Zelândia, Quénia e Itália. Este mesmo grupo constituiu anteriormente uma delegação ao mais alto nível que visitou Moscovo e Washington para submeter à apreciação de altos funcionários soviéticos e norte-americanos uma série de propostas sobre o congelamento nuclear.



Paul
Berenger

Vitória da esquerda em Maurício

□ A coligação de esquerda MMM/PSM (Movimento Militante Mauriciano/Partido Socialista Mauriciano) liderada por Paul Berenger avançou uma esmagadora vitória nas eleições de 11 de Junho conquistando mais de 60 por cento dos votos expressos, o que lhe garantiu uma maioria de três quartos no Parlamento graças à qual poderá alterar a Constituição do país.

O velho dirigente, sir Sewosagur Ramgoolam, vê-se assim apeado do poder, por efeito de uma consulta eleitoral, ao fim de 22 anos de uma administração favorável aos interesses imperialistas.

Esta vitória eleitoral assume importância decisiva no contexto regional e mundial. A esquerda mauriciana favorece a cessação da soberania anglo-americana sobre Diego Garcia, a liquidação dessa base de grande valor estratégico para os EUA, e a restituição da ilha à soberania de Maurício. Além disso, defende uma política africana decididamente antiapartheid e a favor da libertação dos povos da África Austral. Por último, a esquerda agora vitoriosa defende a transformação do Oceano Índico em «zona de paz», de acordo, aliás, com a esmagadora maioria das populações ribeirinhas daquele oceano. Em 1979, a Assembleia Geral da ONU decidiu convocar para o Sri Lanka em 1981 uma conferência internacional a fim de debater esse tema. Mas os EUA fizeram frustrar a convocação dessa reunião. Para Washington e para os demais países imperialistas, a base de San Diego e a militarização do Índico constituem um instrumento de primacial importância para os seus designios nos continentes africano, asiático e no Médio Oriente.

Durante a campanha eleitoral em Maurício, a CIA teve uma interferência directa e, depois da vitória, a esquerda mauriciana interroga-se agora sobre o que a direita derrotada, em conluio com os norte-americanos e sul-africanos, irá tentar, para contrariar a vontade popular tão eloquientemente expressa nas urnas. Um dos meios que poderão ser utilizados é o recurso a Gaëtan Duval, dirigente do partido mauriciano social-democrata, ligado a Pretória. Não é também de excluir que Maurício, na esteira das Seychelles e das Comores, passe agora a ser um objectivo favorito dos atentados dos mercenários.

Prémio
CARAVELA
PORTUGUESA
1980
1981



COMETNA

EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico
- (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA
E METALURGIA



COMETNA

Companhia Metalúrgica Nacional, SARL

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:
Av. Samora Machel, 39 – Flat 603-6.º C.P. 1402
telefone 29461 Maputo

PANORAMA TRICONTINENTAL

Maputo:
Cabo Verde
e Guiné-Bissau
reconciliam-se

□ A Guiné-Bissau e Cabo Verde decidiram restabelecer relações diplomáticas ao nível de embaixada e manifestaram «o desejo de resolver as questões pendentes e relançar a cooperação entre os dois países, na base do respeito mútuo, da soberania dos Estados, da não ingerência nos assuntos internos, da igualdade e reciprocidade de vantagens». Estas as decisões mais importantes tornadas públicas no termo de um encontro que, entre 16,17 e 18 de Junho passado, reuniu em Maputo importantes delegações dos dois países, chefiadas pelos respectivos chefes de Estado, João Bernardo Vieira (Nírio) e Aristides Pereira.

O presidente de Moçambique, Samora Machel, o principal dinamizador deste esforço de aproximação entre os dois países — que não mantinham relações desde 14 de Novembro de 1980, altura em que se deu, em Bissau, o golpe de Estado que levaria ao derrube de Luis Cabral e à posterior cisão entre os ramos caboverdiano e guineense do PAIGC, — afirmaria que os resultados deste encontro de Maputo terá de ser considerado «uma vitória para as antigas colónias portuguesas».

No termo das conversações, as duas delegações concordaram, ainda, na realização de um encontro a realizar em finais de Julho na capital guineense, onde serão analisadas e perspectivadas as relações de cooperação entre os dois países em todos os campos, nomeadamente no incentivo das relações económicas e culturais. Crê-se, igualmente, que desta reaproximação entre os governos da Praia e Bissau resulte uma mais regular e eficaz troca de opiniões entre os dirigentes de ambos os países não só quanto aos grandes problemas com que o continente africano se debate, como aos que subsistem naquela região de África onde os dois países se localizam.

É de esperar, igualmente, que a normalização de relações entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau permita, agora, retomar e incentivar os encontros alargados a todos os países africanos de expressão oficial portuguesa, já que era reconhecido em todas aquelas capitais que o diferendo entre as autoridades da Praia e de Bissau enfraqueceria a unidade política e diplomática desse conjunto de países, tanto no relacionamento entre si como na sua intervenção a nível das mais variadas instâncias internacionais.



Samora Machel em terras libertadas da América

Nicarágua, Granada e Cuba – eis as três etapas da viagem que o presidente Samora Machel efectuou no passado mês de Maio pela América libertada, a segunda que fez àquele continente, na sua qualidade de chefe de Estado. Samora Machel viajou acompanhado de uma importante delegação, na qual se incluíam diversos altos funcionários do Partido e membros do governo, como os ministros Joaquim Chissano e Sérgio Vieira.

O acolhimento caloroso que Samora recebeu nos três países visitados, a ausência de protocolo e o reforço dos laços afro-latino-americanos caracterizaram esta viagem, no decurso da qual a República Popular de Moçambique e Cuba estreitaram a sua cooperação, graças à assinatura de importantes acordos nos domínios do comércio, transportes, e a nível interpartidário.

Na Nicarágua, Samora, sempre rodeado de grandes

multidões, pôde ver com os seus próprios olhos a extensão dos danos causados ao povo nicaraguense pela guerra de libertação que lhe foi imposta pela ditadura somozista.

Na cerimónia comemorativa do 87.º aniversário natalício do herói nacional, Augusto César Sandino, Machel discursou quase duas horas, falando em português, e modulando as palavras de modo a ser entendido pela multidão. «Só a crueldade do colonialismo e do imperialismo tornaram possível que os nossos dois povos tivessem permanecido tantos anos sem se conhecerem», disse. Depois aludiu aos males do colonialismo e do imperialismo, exemplificando com a pesada herança que tanto Moçambique como a Nicarágua herdaram do passado. De seguida, Samora Machel lembrou que tanto a Nicarágua como Moçambique tiveram de derrotar o opressor durante uma sangrenta e duradoura guerra de libertação.

No mesmo discurso, Samora Machel explicou o que era o regime do *apartheid* e afirmou que não basta combater a África do Sul com as resoluções da ONU: essa luta tem de ser travada também por meio de ações concretas – acrescentou.

Momento emotivo e de extraordinário significado foi o que se seguiu ao discurso: Samora começou a cantar o hino dos combatentes da FRELIMO, o qual, após um momento de hesitação, foi acompanhado em coro pela multidão presente. Numa capital tão distante do Maputo como Manágua, num país, cuja existência muitos moçambicanos durante anos e anos decerto desconheceram, ecoou, cantado por milhares de vezes, o hino que simboliza a luta contra o colonialismo em Moçambique.

Da Nicarágua, Samora Machel deslocou-se a Grâna-
da, onde foi recebido com o mesmo entusiasmo pelos dirigentes e pela população local. Aí, Samora teve ocasião de dar testemunho da solidariedade do seu povo para com esse pequeno Estado, que, com todas as dificuldades por demais conhecidas, tenta libertar-se definitivamente das sequelas do colonialismo e do neocolonialismo, encetando os passos que hão-de conduzir à edificação de uma nova sociedade.

A última etapa da viagem foi Cuba, onde Samora se demorou quatro dias. Estudantes moçambicanos saudaram com especial carinho o chefe do Estado moçambicano, que recebeu em Cuba o mesmo acolhimento caloroso a nível de dirigentes e população. Na noite de 25 de Maio, Samora foi agraciado pelo presidente Fidel Castro com a condecoração José Martí. Um ponto alto da visita foi a deslocação à Ilha da Juventude.

Por todos os locais onde se deslocou, Samora reafirmou a inquebrantável vontade do povo moçambicano em lutar contra o imperialismo e o colonialismo. A certa altura, louvando o exemplo cubano, afirmou Samora Machel: «Cuba não é um país de petróleo. Não é produtor de ouro. É um país pobre, mas Cuba é um exemplo da nossa época, um exemplo de internacionalismo. Devemos aprender a lição que Cuba nos dá, através do seu apoio aos movimentos de libertação e aos povos em luta. Cuba cumpre em todos os domínios o seu sagrado dever revolucionário».

Calamidade na Nicarágua

□ «A maior tragédia desde a guerra», «perdas só comparáveis às causadas pelo terramoto» — eis o que responsáveis sandinistas dizem ao referir-se às consequências catastróficas para a economia do país, resultantes das chuvas de Maio. Globalmente o desastre causou danos superiores a duzentos milhões de dólares, criando mais 60 mil desempregados neste país que, nos últimos dois anos, se esforça por resolver o grave problema do desemprego. Milhares de hectares de sementeiras ficaram perdidas. Dois mil quintais de sementes de algodão, 90 mil quintais de açúcar, dois milhões de caixas de bananas inutilizadas foram os prejuízos mais sensíveis na área agrícola, com incidência danosa no comércio externo. Nas inundações perderam-se ainda dez mil cabeças de gado vacum. Os dirigentes sandinistas concentram agora os seus esforços no desenvolvimento imediato dos sectores industrial e agropecuário, no maior controlo dos gastos administrativos, e na poupança incessante de divisas, como meio de obviar aos males causados por esta catástrofe natural, cujas consequências vêm agravar ainda mais os problemas dum país recém-saído duma mortífera e destrutiva guerra de libertação.

Crianças sem cérebro

□ Cubatao: este nome ficará na história da humanidade como um símbolo das destruições ecológicas causadas pelo capitalismo selvagem. Esta cidade brasileira, sita a 70 quilómetros de São Paulo, apresenta alto grau de contaminação da água e do ar, devido à grande concentração de indústrias químicas e outras, altamente poluentes. A saúde da população ressentiu-se tremendoamente deste desastre, que está a ter consequências catastróficas, a mais impressionante das quais é a elevada taxa de nascimento de crianças sem cérebro... O governo brasileiro pretende que os empresários alterem o seu sistema de fabrico, recorrendo nomeadamente à utilização de «fuel oil» de menor teor sulfúrico e ao tratamento dos dejectos, e projecta ainda a mudança dos bairros sitos perto das instalações fabris. No entanto, os industriais opõem-se às propostas do governo, consideradas muito onerosas, e os habitantes dos bairros recusam-se a sair das suas casas, receando ficar sem abrigo. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cuja preocupação central no corrente ano é a degradação do meio ambiente nacional, promoveu uma conferência sobre a crise ecológica de Cubatao e está a analisar medidas tendentes a solucionar este problema. Entretanto, vão nascendo mais crianças... sem cérebro.

A revolução e a letra

Fase após fase, a campanha nacional etíope para a erradicação do analfabetismo obtém notáveis êxitos.

Em 9 de Maio deste ano, a campanha entrou na sua sétima fase, cujo objectivo consiste em ensinar a ler e escrever a 1,4 milhões de etíopes depois de já terem sido alfabetizados 9,6 milhões nos últimos três anos.

Para entender a magnitude deste avanço deve-se ter presente que, em 1974, quando os militares progressistas encabeçados pelo coronel Mengistu Haile Mariam derrubaram a monarquia, apenas 7% da população estava alfabetizada, percentagem que equivalia a cerca de dois milhões de pessoas numa população total de trinta milhões. Em três anos o índice de analfabetismo foi reduzido de 95% para 55%.

A campanha deste ano está a mobilizar 20 mil instrutores e deverá custar 4 milhões de dólares, dos quais metade provém de contribuições voluntárias.

No inicio de Abril realizou-se em Addis Abeba um seminário com o fim de extrair as conclusões da experiência trienal e projectá-las para a presente fase.

No encontro o vice-presidente do conselho de ministros enquadrou ideologicamente a campanha com a seguinte definição:

«O objectivo final da revolução é a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras libertando-as do analfabetismo e desenvolvendo a sua perspectiva ideológica de maneira que possam contribuir apropriadamente nos esforços para implantar o socialismo e ao mesmo tempo desenvolver a sua criatividade».

Ciência e tecnologia

□ Agrava-se cada vez mais o fosso tecnológico entre o Terceiro Mundo e os países industrializados: esta uma das conclusões a que chegaram em Nova Iorque os 157 membros da Comissão Intergovernamental para a Ciência e Tecnologia, reunidos sob os auspícios da ONU naquela cidade norte-americana. A Comissão, criada em 1979, no final da conferência de Viena sobre Ciência e Tecnologia, chegou à conclusão pessimista de que durante estes três anos não se avançou um milímetro na solução do problema. O programa estabelecido em 1979 decretava que a Comissão auxiliaria os países do Terceiro Mundo mediante financiamentos de projectos científico-tecnológicos. Mas até agora a Comissão tem esbarrado com uma dificuldade inultrapassável: a falta de fundos. Das 800 propostas de financiamento recebidas, só foram atendidas 65. Outros 33 projectos aprovados continuam a aguardar fundos adicionais. E 678 dos 800 projectos apresentados não têm quaisquer hipóteses de vir a ser financiados.

telex telex telex telex telex

Penetração cultural – a preocupação com a crescente penetração económica e cultural norte-americana no México tem suscitado vigorosas declarações por parte de representantes governamentais deste país, e particularmente do candidato à presidência da República pelo partido no governo, PRI, Miguel de la Madrid.

Entre os principais efeitos desta penetração estão a cotação em dólares dos artigos e dos contratos de bens e serviços vendidos ou comprados em território mexicano, a substituição parcial do idioma espanhol pelo inglês e o incitamento ao consumismo, pela televisão norte-americana, dos quatro milhões de mexicanos que vivem na fronteira com os Estados Unidos. Tudo isso leva, naturalmente, a uma distorção de valores e tradições culturais autóctones que muito preocupa as autoridades aztecas.

Um velho ditado mexicano diz: «Coitado do México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos». Com uma fronteira comum de quase três mil quilómetros distribuídos por seis estados, o México sente que essa penetração pode «colocar em risco a sua soberania», segundo a expressão usada por um alto funcionário da chancelaria mexicana.

A ONU na República Dominicana – a partir de 5 de Julho, passa a funcionar na República Dominicana um alto organismo da ONU: o Instituto Internacional de Investigação e Promoção da Mulher. O instituto será dirigido pela jugoslava, Dunja

Pasticci-Fivenci, assistida por uma junta de conselheiros, da qual constam um representante dominicano e outro das Nações Unidas. O instituto actuará em cooperação com outras organizações da ONU como a Comissão Jurídica e Social da Mulher, o Centro de Desenvolvimento de Assuntos Humanitários, a UNICEF e Centros Regionais de Mulheres. Este novo organismo visa estabelecer uma estratégia eficaz a fim de superar os obstáculos e as limitações que impedem a participação da mulher nos processos de desenvolvimento.

Encontro de índios – duzentos representantes de várias comunidades indíias do Brasil reuniram-se em Brasília e exigiram a demarcação das suas terras, o direito a uma organização própria e independente e a demissão dos funcionários governamentais que não lhes mereçam confiança. Uma carta exigindo a demissão de vários funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi enviada às autoridades brasileiras: são considerados «anti-índios» quatro coronéis e o antigo presidente da FUNAI. Mas o actual presidente, coronel Paulo Moreira Leal, é considerado um homem íntegro que inspira confiança a todos os líderes presentes na reunião.

O maior censo – está em curso na China a operação censitária mais importante do Mundo: trata-se de proceder ao recenseamento da população do país mais habitado do Planeta. A campanha inclui filmes educativos, diapositivos e programas de Rádio e Televisão, além de toda uma série de iniciativas tendentes a explicar à população como vai realizar-se o censo. Panos de rua, emissões radiofónicas diárias irão apelar para o contributo de cada cidadão. A mobilização para este recenseamento não tem paralelo em mais parte nenhuma do Mundo: quatro milhões de inquiridores, um milhão de supervisores, cem mil codificadores de dados, quatro mil operadores de computadores estarão durante oito meses ocupados na contagem de uma população, que, segundo se calcula, é de mil milhões de pessoas.

Fundo para as Seychelles – o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação de um fundo especial para compensar as Ilhas Seychelles dos danos económicos causados pela invasão dos mercenários de 25 de Novembro passado. Os fundos serão recolhidos na base de contribuições voluntárias, cujo total será depois entregue às autoridades das Seychelles. Ao mesmo tempo, criou-se uma comissão de três membros para investigar a origem, antecedentes e financiamento do ataque.

Novos Estados na Nigéria – o presidente nigeriano Shohu Shagari, afirmou recentemente que em Outubro do ano próximo estarão criadas condições para a criação de novos Estados adentro da Federação Nigeriana. Um dos primeiros novos Estados será o de Kaduna.

Mudança no mercado de armas – um estudo do general peruano Mercado Jarrin analisa as mudanças ocorridas no mercado de armas da América Latina, no último número da revista da Venezuela, *Nueva Sociedad*. Os dois factos mais significativos neste campo são: a diversificação de fornecedores, que acabou com a dependência tradicional em relação aos EUA e à Inglaterra, e o aparecimento de três produtores de armas regionais (o Brasil, o Chile e a Argentina). Na década de 90, segundo Jarrin, o México, o Peru e a Colômbia poderão surgir como novos fornecedores de armas, o que virá alterar o equilíbrio militar tradicional na região.

Economia birmanesa – a Birmânia anunciou o início do seu quarto plano quadrienal de desenvolvimento, no qual se prevê um crescimento de 5,9 por cento da produção para o primeiro ano do plano, em comparação com os resultados alcançados em 1980-81. Durante o seu terceiro plano de desenvolvimento, a Birmânia registou um crescimento económico de 6,6 por cento. O valor da produção agrícola subiu 5,2% (total: 712,4 milhões de dólares), o da pesca, 6 por cento.



TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa – Porto – Setúbal – Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa

**Na grande ou pequena
intervenção
damos-lhe a garantia
da nossa experiência**

- montagem de estruturas metálicas
pórticos**
- pontes rolantes e transportadores**
- movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados**
- montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem**
- pré-fabricação e montagem de tubagem**
- montagem de equipamento rotativo**
- cedência de pessoal especializado**

servirmos as indústrias:

petróleos
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia

mineira
agrícola
alimentar



Pode a mandioca salvar o Terceiro Mundo?

Um plano apresentado por um cientista australiano sugere a mandioca como uma cultura capaz de reduzir a dependência dos países pobres em relação ao petróleo. Propõe ainda que a mandioca faça parte de um plano económico mais vasto que obrigue os países ricos a pagarem mais pelas exportações do Sul. É um projecto polémico que julgamos útil apresentar aos nossos leitores a fim de permitir a abertura de uma discussão mais ampla

Ed Cowan*

* Pesquisador norte-americano em Reno, Nevada (EUA)

MAGINE-SE uma planta de cultivo que produza, ao mesmo tempo, energia e proteínas, duas das necessidades básicas do mundo civilizado de hoje. Uma média de 8.530 litros de etanol (álcool etílico) por hectare por ano e 731 quilos de proteína; uma planta capaz de produzir grandes quantidades de proteína, amido, ou açúcar em vez de álcool; que exija pouco fertilizante e tenha resistência natural contra a seca, doenças e insetos. Que grande futuro não teria uma planta como essa!

Pois essa planta existe e chama-se *Manihot esculenta* — conhecida pelos povos do hemisfério sul pelo nome de mandioca ou maniçoba. As suas longas raízes tuberosas, muito ricas em amido, são actualmente consumidas em substituição da batata por várias centenas de milhões de pessoas em todo o mundo tropical. Hoje, a mandioca já possui uma técnica científica de cultivo e um sistema de comercialização internacionais, mas só agora começo a atingir o seu melhor potencial que é fornecer energia e proteínas. O amido das raízes pode ser usado para a produção de grandes quantidades de etanol. A mandioca pode vir a ser tão importante para o mundo como o trigo e o arroz porque, devidamente utilizada, pode ser uma fonte benigna de energia renovável, promover a saúde mundial e gerar prosperidade para o Terceiro Mundo.

Há vários anos que o Brasil produz etanol a partir da mandioca, mas os métodos brasileiros parecem grosseiros e pouco imaginativos quando comparados ao esquema adoptado pelo Dr. Dick McCann, ex-químico de pesquisas da Universidade de Sydney, na Austrália. Actualmente, McCann está a promover o desenvolvimento da produção de etanol da mandioca no sector privado, ao mesmo tempo que prossegue a pesquisa que realizou na Universidade de Sydney, aplicando-a a outras formas de biomassa, ou seja, material orgânico não-fóssil que pode ser convertido em combustível.

O plano de McCann prevê um sistema agro-industrial que utilizaria toda a planta da mandioca. As folhas contêm até 30 % de proteínas (numa base de pesagem a seco), sendo capazes de produzir proteínas em quantidade e qualidade superiores às produzidas pela melhor soja. Não devemos, portanto, ignorar a importância dessa proteína. Podemos considerar a mandioca como uma produtora de energia que fornece proteínas como subproduto, ou como uma produtora de proteínas cujo subproduto é a energia.

O que sobra da planta após a extração do amido e da proteína pode ser convertido em metano mediante fermentação anaeróbica. Esse gás pode ser usado como combustível para accionar toda a operação de processamento, desde o descascamento das raízes até à destilação final do álcool. Parte do metano poderia ser usado como combustível para tractores. Futuramente, a operação de processamento usaria energia solar, o que permitiria utilizar todo o metano nos tractores, aumentando o seu rendimento energético efectivo. Mas, mesmo nas condições actuais, o plano

SOGUIPAL (ex-ACTIMESA)

**Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL**

IMPORTAÇÃO:
Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:
Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
Áreas administrativa e financeira

**ÁREA GEOGRÁFICA DE
ACTUAÇÃO:**
Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.^o
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62-85

de McCann prevê uma produção de energia 6,7 vezes superior ao consumo.

Convertendo-se as partes superiores da planta e as cascas das raízes em metano, em vez de serem diretamente queimadas, certos elementos nutritivos do solo, como potássio e fósforo, permaneceria no líquido de despejo para serem devolvidos ao solo. Teoricamente, nenhum nutritivo seria perdido, à exceção do nitrogénio, o que levaria a que uma vez adequadamente fertilizado o solo, seria necessário somente acrescentar-se nitrogénio. Segundo o plano de McCann, obter-se-ia esse nitrogénio mediante a rotação da cultura de mandioca, cada quatro anos, com um legume fixador de azoto, como a alfafa. Na prática, alguns outros nutritivos seriam perdidos, havendo necessidade de reaplicá-los periodicamente.

A fermentação

Actualmente, no caso de quase toda a forma de biomassa, o sector em que se pode introduzir maior economia e eficiência é o processo de fermentação. Pelo sistema proposto por McCann, o amido da mandioca seria transformado, primeiro, em polpa e, em seguida, em açúcar (mediante hidrólise), o qual seria finalmente fermentado para produzir etanol.

Se for possível encontrar um fermento que decomponha o amido, este dispendioso processo em dois estágios pode vir a ser eliminado. Talvez não tenhamos de esperar muito. Henry Schneider, do Conselho Nacional de Pesquisas do Canadá, descobriu recentemente um fermento capaz de decompor açúcares de cinco átomos de carbono, tais como a xilose, encontrada na madeira e em vários resíduos industriais, bem como a glicose e outros açúcares de seis átomos de carbono. A sua descoberta permitirá um rendimento 50 a 80 % maior no caso de certos materiais da biomassa. As matérias-primas utilizadas para a fabricação do etanol usado no «gasool» (gasolina adicionada de álcool) contêm açúcares de cinco e seis átomos de carbono, e o programa actualmente consome quase tanta energia quanto produz.

A concorrência do álcool

Se actualmente, no Brasil e nos EUA, o álcool pode fazer concorrência à gasolina, é porque recebe isenção de impostos federais e estaduais para uso em motores. O aperfeiçoamento do processo de fermentação será um grande passo no sentido de se atingir a paridade de preço entre os dois combustíveis.

No caso da biomassa da mandioca, outra área em que se pode obter grande economia de custo é o rendimento das colheitas. Já se atingiram rendimentos de até 49 toneladas de tubérculos de mandioca por hectare em terras não irrigadas da Austrália, ao passo que, na América do Sul, já se conseguiram índices de até 66 toneladas por hectare. McCann, bem como outros cientistas que estudaram a taxa em que a planta

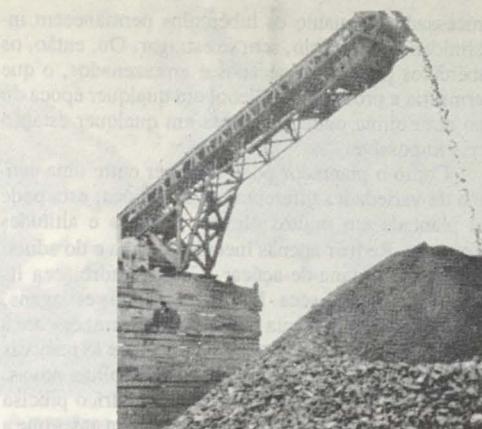
converte a energia solar, prevêem um rendimento óptimo de 84 a 89 toneladas de tubérculos por hectare.

O complexo para processamento da mandioca pode ser construído em qualquer escala. Em grande parte do mundo subdesenvolvido, num estágio inicial, o mais adequado seria o modelo destinado a pequenas povoações. Uma vez que a mão-de-obra seria barata, o equipamento simples e os custos de distribuição quase nulos, McCann prevê, no seu estudo, que o etanol assim produzido custaria cerca de sete centavos de dólar por litro. Para uma comunidade agrícola de seis mil hectares, McCann propõe um complexo de processamento de tamanho médio, que custaria 24 milhões de dólares. Para a produção de etanol de mandioca em grande escala, ele sugere um complexo agroindustrial capaz de atender 47 mil hectares de terra plantada. Anualmente, 35 mil hectares seriam destinados ao plantio da mandioca; os restantes 12 mil seriam utilizados para o plantio de um legume que contribuísse para aumentar o teor de nitrogénio do solo, como a alfafa. Com um rendimento médio de 49 toneladas de tubérculos por hectare, esse complexo seria capaz de produzir 230 mil toneladas de álcool e 63 mil toneladas de proteínas (extraída dos caules e folhas) por ano. O investimento total para um complexo desse porte seria de 115 milhões de dólares — quase nada em comparação com o custo de uma central nuclear, uma central de liquefação de carvão ou até mesmo uma nova refinaria.

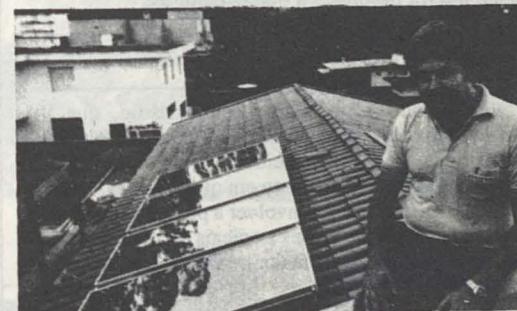
A única desvantagem do álcool como combustível é que não produz tanta energia ou potência quanto os combustíveis de petróleo. Para substituir determinada quantidade de óleo combustível num forno, por exemplo, seria necessário utilizar 1,5 vezes essa quantidade em álcool. De um modo geral, o etanol é um excelente combustível para automóveis. É mais limpo que a gasolina, e produz menos poluição quando utilizado puro ou em mistura com a gasolina.

Além disso, o álcool pode tornar-se — como já o é no Brasil e na Índia — uma matéria-prima para alguns sectores da indústria química.

Uma fábrica que use álcool como combustível será muito mais limpa que outra que queime combustíveis fósseis que enviam para a atmosfera, vastas quantidades de carbono. A liquefação e a gaseificação do carvão mineral só contribuirão para agravar o problema. De facto, os combustíveis sintéticos, além de exigirem grandes investimentos de capital, são triplicamente antieconómicos e poluidores. Há consumo de energia e produção de poluição quando o carvão é retirado da mina, quando é convertido em combustível, e quando o produto final é queimado. Já a biomassa não faz mais do que reciclar os elementos básicos — carbono, hidrogénio, oxigénio e nitrogénio. As plantas verdes retiram da atmosfera o carbono introduzido no ar pela queima dos seus produtos. Assim, a sociedade que use álcool como combustível ajudará naturalmente a eliminar os problemas de chuvas ácidas, poluição urbana e o efeito da inversão



O carvão, combustível fóssil, é altamente poluidor. O álcool (combinado com a energia solar) ajudar a eliminar esse problema



térmica provocado pela presença de grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera.

As vantagens da mandioca

A mandioca adapta-se de tal forma ao aproveitamento em grande escala da biomassa que até parece ter sido feita especialmente para esse fim. Não tem época obrigatória para colheita: continua a crescer até que o lavrador se disponha a colhê-la. Ao contrário da cana de açúcar, que precisa ser processada oito horas após o corte, os tubérculos da mandioca só começam a apresentar problemas de deterioração após quarenta e oito horas. A parte aérea da planta pode ser cortada e

processada, enquanto os tubérculos permanecem indefinidamente no solo, sem se estragar. Ou, então, os tubérculos podem ser secados e armazenados, o que permitiria a produção do álcool em qualquer época do ano num clima onde a colheita em qualquer estação seria impossível.

Como o plantador pode escolher entre uma centena de variedades diferentes de mandioca, esta pode ser plantada em muitos climas, terrenos e altitudes diferentes. Requer apenas metade da água e do adubo exigidos pela cana-de-açúcar. Como euforbiácea típica, resiste bem à seca. Durante as longas estiagens, as folhas caem e a planta como que «adormece» até à chegada das chuvas; nessa ocasião, recorre às reservas acumuladas nas raízes e faz germinar folhas novas. Presente em toda a planta, o ácido cianídrico precisa ser retirado por meio de fervura ou moagem antes que a planta possa ser consumida pelo homem, mas é esse ácido que a torna naturalmente resistente às doenças e pragas da lavoura.

Mas a principal característica da mandioca é a sua produtividade. Daremos alguns exemplos. A um rendimento de 49 toneladas por hectare, bastariam 22% de toda a terra arável do Terceiro Mundo para que o plantio de mandioca pudesse suprir todo o consumo de energia queimada por esses países sob a forma de derivados de petróleo em 1979. A Austrália, que é o continente mais seco, poderia — dependendo da utilização ou não dos seus lençóis subterrâneos de água — produzir o equivalente a entre duas a cinco vezes o seu consumo actual de combustíveis derivados do petróleo, sem que para isto precisasse reduzir apreciavelmente a terra destinada a outras culturas.

A saúde do Terceiro Mundo

Admitindo-se, para fins de discussão, que já existem uma agronomia e uma tecnologia de processamento da mandioca, cheias de potencialidades e esperando apenas o momento em que serão desenvolvidas, como iniciar e desenvolver a produção de metanol da mandioca nos países tropicais da maneira mais inteligente e que traga o maior benefício para todos os povos do mundo?

Embora o mundo tropical não use adequadamente a terra que possui por não ter recursos para fazê-lo, podemos pressupor que, nesta altura, resta pouca terra virgem nas regiões tropicais. Sem dúvida, existem florestas, mas o mundo necessita das suas selvas e florestas tropicais. Actualmente, elas encontram-se já ameaçadas e precisam da nossa proteção, e não de devastação para novos plantios. Além disso, a transformação de selva húmida em terra de cultivo cria tantos problemas quantos pretende resolver, como o vem constatando o Brasil.

Mas mesmo aqueles países que possuem boas terras aráveis ainda não cultivadas achariam mais sensato plantar mandioca em terras onde hoje cultivam cana de açúcar, tabaco, café, chá, cacau e talvez outras

culturas menores que tenham as mesmas características destas cinco, ou seja, cujos produtos sejam vendidos em grandes quantidades para o hemisfério norte, que é o mundo desenvolvido, e tenham valor nutritivo duvidoso. Se o Terceiro Mundo agisse em conjunto para substituir essas culturas pela mandioca, numa redução ordenada e uniforme que fosse relativamente a mesma em cada país, é provável que isso trouxesse uma série de benefícios.

Na sequência da diminuição da oferta, haveria um aumento no preço de cinco *commodities* — bebidas, doces, cigarros, chá, café e chocolate. O aumento seria maior para aquelas que não têm substitutos reais em grande escala — cigarros, café e chocolate — e menor no caso do chá e do açúcar. No fim da década, um maço de cigarros talvez custasse 3 dólares, ao passo que o quilo de café ultrapassaria a marca dos 30 dólares. O aumento do preço e a redução da oferta trariam uma redução do consumo desses produtos, todos prejudiciais à saúde. O açúcar refinado, na forma que é hoje consumido no mundo, é rico em calorias, mas quase não contém vitaminas nem sais minerais. É um factor de obesidade e cárries dentárias. O café contribui para problemas cardíacos; o tabaco é agente de cancro da garganta e dos pulmões. Metade de todas as mortes que ocorrem hoje em dia no mundo desenvolvido é o resultado da ingestão excessiva de açúcar, cafeína, nicotina, gorduras, colesterol, sal e álcool — «excesso de nutrição», como é ironicamente chamada. No entanto, aqueles que continuarem a exigir a sua «Coca Cola» e o seu maço de «Marlboro» poderão continuar a comprá-los, embora a um preço bem mais elevado.

A substituição dessas culturas pela mandioca contribuirá de duas maneiras para a saúde do Terceiro Mundo. Trabalhando em conjunto para reduzir a extensão de terra a elas dedicadas, os países produtores ganharão mais — provavelmente muito mais — produzindo menos. Uma redução de 15 a 20% das terras produtoras de café levará, ao cabo de alguns anos, a duplicar o preço do produto no mercado mundial. Isto criará uma transfusão de capital do norte para o sul — divisas e créditos que as nações do Terceiro Mundo poderão utilizar para comprar alimentos ou para outros fins que mais lhe convenham. E, reduzindo as suas importações de energia através da produção local de álcool, terão verba adicional para comprar mais alimentos ou, o que é mais provável, expandir a sua nascente indústria de etanol. E, naturalmente, estarão a produzir também um precioso suprimento de proteínas que poderão acrescentar aos pratos locais.

Um outro tipo de terra que o mundo tropical poderia utilizar é a que é empregue em culturas que podem ou não ter valor alimentício e que são vendidas principalmente para o norte. Estas incluem frutas, algodão, borracha e plantas têxteis, principalmente juta e sisal. Isso em nada contribuiria para a saúde do mundo desenvolvido — no caso das frutas, iria prejudicá-la — mas aumentaria o rendimento e a produção de proteí-

nas do mundo tropical. Finalmente, a mandioca poderia ser plantada em terras aráveis não cultivadas, mas, pelos motivos já mencionados, conviria ao Terceiro Mundo usá-las na menor escala possível. O tipo de terras que os países em desenvolvimento não devem utilizar para a mandioca é o utilizado nas culturas como o arroz, bambu e outras que eles mesmos consomem.

A ideia parece óptima, mas, resultaria? O plano é radical, e existem bons argumentos em contrário.

O mais óbvio de todos é que a elevação do preço de determinada mercadoria criará a tentação de ampliar a sua cultura, especialmente num Terceiro Mundo desesperadamente necessitado de dinheiro. Um país produtor de chá, como o Quénia, desejaría que todos os outros passassem a produzir menos chá, enquanto ele ampliaria as suas culturas, talvez até sacrificando a produção de alimentos, para produzir chá devido ao aumento de preço. Trata-se de uma reacção natural, especialmente forte num primeiro estágio da mudança. No entanto, vários factores sugerem que não seria difícil ultrapassar essa tendência.

O papel do Brasil, China e Índia

Somente poucos países detêm o grosso da produção mundial de cana-de-açúcar, café, tabaco, chá, cacau, borracha e algodão. De um mínimo de três países no caso do chá e da borracha, até um máximo de sete no caso do tabaco, os grandes produtores são responsáveis por 56 a 80% dessas culturas. Caso os três grandes do Terceiro Mundo — Índia, Brasil e China — aceitassem o plano e agissem em conjunto, poderiam exercer considerável pressão sobre o preço dessas mercadorias, uma vez que produzem 42% do total mundial. E, se fossem seguidos pelo Paquistão, Colômbia, Cuba, Indonésia, México, Tailândia e Malásia, provavelmente poderiam elevar os preços até ao nível desejado, pois esses dez países são responsáveis por 70% da produção mundial. E, embora os países menores não tenham o poder de fazer baixar os preços, também produzem essas mercadorias. Zaire, Camarões e Peru cultivam todas as sete, e a maioria dos países tropicais cultiva várias delas. Em média, cada uma dessas sete mercadorias é cultivada por 58 países do Terceiro Mundo. Todos estão interessados em manter os preços elevados, e isto só ocorreria se mantivessem baixo o total de terras a ela dedicadas.

O mais importante, porém, é que este contra-argumento ignora as vantagens da mandioca, que proporciona um triplo benefício. Se um dos países do Terceiro Mundo, em oposição aos seus irmãos, resolvesse aumentar, ao invés de diminuir, o total de terras dedicadas a uma dessas culturas, grande parte do rendimento adicional que auferiria voltaria para o exterior sob a forma de importações de petróleo. Por outro lado, se diminuísse o total de terras ocupadas por tais culturas e plantasse mandioca, segundo o exemplo de outros produtores, teria energia de fabricação



A mandioca poderá substituir as culturas de certos produtos trazendo benefícios ao Terceiro Mundo



nacional para reduzir as suas contas de petróleo. Isso equivaleria a aumentar a sua receita de exportação. Além disso, criando sistemas energéticos locais, reduziria o desemprego, que é um grave problema em todo o Terceiro Mundo, e aumentaria a sua produção de proteínas. Tudo isso, a par de um preço maior pelas mercadorias acima mencionadas, uma vez que o país estaria a agir em conjunto com os outros para manter os preços elevados.

Os substitutos representam um argumento mais sério contra esse plano. Vejamos o segundo grupo de culturas: frutas, algodão, borracha e plantas têxteis. Cada uma delas é um produto muito especial. As frutas são um alimento vital para a saúde, de forma que seria de esperar que o Norte exigisse que o Sul não diminuisse o total de terras em que são cultivadas. O algodão é uma mercadoria que o Terceiro Mundo exporta para o mundo desenvolvido apenas em pequenas quantidades. Caso o Terceiro Mundo reduzisse drasticamente o total de terras dedicado à cultura do algodão, deixaria de vendê-lo ao Norte. Mas a substituição do algodão pela mandioca faz sentido, porque o país poderia usar parte do etanol como combustível e outra parte para a produção de fibras sintéticas, a fim de compensar a redução da oferta de tecidos de algodão. Isso para não falar da produção adicional de proteínas. A borracha é um material estratégico, e novamente os países desenvolvidos poderiam exigir que os produtores não diminuíssem apreciavelmente o total das terras dedicadas à plantação de borracha. É possível produzir borracha a partir de gauíule (*Parthenium argentatum*) das regiões subtropicais do mundo; mas, como o rendimento é menor que o das árvores tropicais, e como a planta é nativa de regiões áridas — onde a água é escassa — o custo seria alto. Os Estados Unidos só poderiam produzir grandes quantidades de borracha de guaiúle se esta planta passasse a substituir outras culturas nas terras irrigadas do sudeste do país, o que elevaria o preço destas últimas. Fá-lo-iam por precisar da borracha, não para forçar a baixa do preço do produto tropical.

Uma vez que quase todos os países do mundo têm uma certa produção nacional de açúcar a partir da cana ou da beterraba, e como é possível produzir açúcar a partir do milho e de outros cereais (inclusive mandioca), pode parecer que nem mesmo uma redução drástica da cultura da cana poderia forçar um aumento apreciável do preço do açúcar. Não obstante, o milho já é usado hoje para diversas finalidades, além de ração animal, sendo a conversão em etanol já hoje uma dessas finalidades importantes. Wallace Tyner, economista agrícola da Universidade Purdue, que estudou o efeito do «gasool» sobre o preço do milho e dos cereais, prevê que, quando a produção de álcool de milho ultrapassar a case dos dois mil milhões de galões por ano (o que pode ocorrer antes do fim da década), o preço do milho aumentará substancialmente. É pouco provável que se possa desviar grandes quantidades de milho para a produção de açúcar sem que o preço suba

ao ponto de torná-la antieconómica.

A produção de beterraba não poderia ser expandida para satisfazer a procura; a percentagem da produção de açúcar natural de beterraba é hoje 34%, e está em declínio. Acontece que a beterraba é também uma excelente cultura de biomassa, e a Europa, que possui metade da produção de beterraba e importa a maior parte do petróleo da OPEP, pode muito bem vir a preferir o açúcar mais caro a uma gasolina mais cara. Assim, parece correcto afirmar que o preço do açúcar não subirá tanto nem tão depressa quanto o de outras mercadorias que não têm substitutos reais, mas o preço subirá se o mundo tropical reduzir apreciavelmente as suas culturas de cana-de-açúcar. E o mais importante na substituição da cana-de-açúcar pela mandioca é que a cana ocupa actualmente as melhores terras tropicais; o rendimento da mandioca em terras de plantio de cana tenderá a exceder as 49 toneladas de tubérculos por hectare que servem de base ao nosso cálculo.

O preço do café

Os consumidores de bebidas não alcoólicas serão as maiores vítimas deste plano. Se o café fosse a única mercadoria a sofrer a pressão da oferta, os consumidores de café passariam a beber refrigerantes, chá e chocolate quente. Mas estes três produtos estarão também mais caros. Restariam somente chás de ervas, sumos de fruta, refrigerantes dietéticos e leite para suprir a procura, o que não traria muita satisfação aos viciados em cafeína. Uma vez que os preços em ascensão dessas quatro mercadorias — açúcar, café, chá e chocolate — servem de apoio uns aos outros, e uma vez que o Norte está viciado em cafeína, o que significa uma procura real independentemente do preço, não seria irrealista prever um aumento do preço do café para 20 — 30 dólares o quilo e o da lata de refrigerante para 2 — 3 dólares dentro de dez anos.

Suponhamos agora que o mundo tropical venha a aceitar esta ideia e, trabalhando em conjunto com as Nações Unidas para a formação daquilo que provavelmente poderia ser chamado de um cartel, começasse a reduzir sistematicamente as suas culturas de cana-de-açúcar, café, chá, tabaco, cacau, algodão, borracha e juta. O que poderia ocorrer daqui a 12 anos, tempo suficiente para gerar algumas alterações? O que poderia isso significar em termos de mudança de condições materiais para o Terceiro Mundo?

Digamos que, por volta de 1993, as culturas de chá e de açúcar tenham sido reduzidas a metade, e que isso tenha duplicado o preço dessas mercadorias que vigorava em 1979, mesmo depois de descontada a inflação. As culturas de tabaco, café e cacau também terão sido reduzidas a metade, mas, uma vez que é mais difícil substitui-las, o preço terá triplicado. Uma vez que a borracha é uma matéria-prima estratégica e como os produtores de borracha foram generosos com o mundo



A desnutrição é um facto indiscutível em todo o Terceiro Mundo. A utilização da mandioca poderá produzir mais combustível social (inclusive anulando a poluição e o terrorismo da opção nuclear) e mais combustível humano útil (proteínas, amido, açúcar)

desenvolvido, reduzindo somente 10% das culturas existentes em 1979, o preço apenas duplicou, graças em parte à borracha de gaiúle. Os produtores de algodão do Terceiro Mundo também reduziram a metade das suas culturas. O preço subiu, mas não chegou a duplicar dada a concorrência das fibras sintéticas, grande parte das quais produzidas a partir do etanol da mandioca. Mas como o Sul já não estará a vender algodão ao Norte, teremos que subtrair os 435 milhões de dólares (que era quanto o Sul ganhava com o algodão em 1979) da sua receita de 1993. O mesmo se aplica à juta, pois os países produtores de juta estariam a receber em 1993 apenas um terço das suas receitas de exportação de juta de 1979, embora, por outro lado, tenham drasticamente reduzido as suas importações de petróleo e aumentado o seu consumo de proteínas.

Processando todos esses dados num computador, verificaremos que a terra subtraída a essas oito mercadorias e destinada à mandioca produzirá 51,4 mil milhões de galões de álcool por ano. Esta cifra baseia-se na utilização de três quartos da terra para o plantio de mandioca, e um quarto para o plantio de alfafa, cujo valor monetário ignoraremos a fim de simplificar os cálculos. Feito o ajuste referente ao menor teor de calorias do álcool, verificamos que esta produção substitui 20% de todo o petróleo consumido pelo Terceiro Mundo em 1979. Isto significa uma economia de 25,7 mil milhões de dólares.

Acrescente a isto os 9,4 mil milhões de dólares resultantes do aumento de preços causado pela redução das culturas, e teremos uma receita efectiva mais alta para o Terceiro Mundo de 35,1 mil milhões de dólares em 1993. São algarismos conservadores. Mark Mueller, analista de mercadorias da firma *Bache Halsey Stuart Inc.*, de Nova Iorque, confirma que é realmente conservador sugerir que, reduzirem-se a metade, em 1993, as culturas da cana-de-açúcar, chá, café, tabaco e cacau, os preços do açúcar e do chá apenas duplicassem e os preços do café, do tabaco e do cacau apenas triplicassem. Uma geada no Brasil pode facilmente fazer dobrar o preço do café. Se considerarmos que os preços do chá e açúcar triplicarão, e os preços de café, tabaco e cacau quadruplicarão, teremos uma receita adicional para o Terceiro Mundo de 47,3 mil milhões de dólares em 1993.

Portanto, reduzindo as suas culturas de talas mercadorias e plantando mandioca, como propomos acima, o Terceiro Mundo geraria anualmente mais 35 mil milhões de dólares de receita líquida. Os países tropicais do Terceiro Mundo reduziriam o consumo mundial de combustíveis fósseis poluentes, promoveriam as indústrias locais que ajudam a reduzir o desemprego, e ajudariam a eliminar o *kwashiorkor* — doença causada pela extrema deficiência de proteínas — produzindo 41 milhões de toneladas de proteínas de folhas de mandioca por ano.

Há ainda outro benefício que não deve ser esquecido. Este plano promove a renovação da sociedade. A

biomassa pode ser dividida em dois tipos: a decorrente directamente das culturas agrícolas e aquela que resulta de fontes não-agrícolas, como resíduos vegetais, animais e humanos, lixo e outros resíduos. Amory Lovins, o estrategista da energia que contribuiu para ampliar a nossa compreensão do problema com o termo *soft energy* (energia branca), prevê que a biomassa resultante de fontes não-agrícolas pode produzir toda a gasolina que os Estados Unidos usarão em começos do próximo século. Note-se que o consumo de gasolina dos EUA em 1979 representou 70% de todo o petróleo consumido no mesmo ano pelos 3,5 bilhões de pessoas do Terceiro Mundo. Se isso é verdade, ou ainda que reduzamos a metade a estimativa de Lovins, para quê perder tempo com a mandioca? Por que não usar esse tipo de biomassa também no Terceiro Mundo?

A resposta é que o Terceiro Mundo pode desenvolver — e desenvolverá — a sua biomassa de fontes não-agrícolas juntamente com a mandioca, e, dentro de 50 anos, poderá produzir grande parte da sua energia líquida a partir dessa biomassa e somente pequenas quantidades a partir da mandioca. Mas, para isso, o Terceiro Mundo precisará de possuir o *know-how* e o capital necessário.

O *know-how* está a ser rapidamente criado nos Estados Unidos, graças ao seu programa de «gasool» e pesquisas universitárias, e pode ser assim facilmente partilhado com o Terceiro Mundo. Quanto ao capital, a coisa é diferente; e este plano é um meio de gerar esse capital de uma maneira natural, sem a chamada ajuda externa. Um método pelo qual o Terceiro Mundo pode pôr a funcionar a sua bomba de energia.

A retaliação económica

Caso o Terceiro Mundo venha a adoptar este plano, os países do Norte poderiam retaliar, aumentando o preço dos produtos manufacturados que vendem ao Sul. Esta será a reacção de muitos conservadores, e os economistas do mundo desenvolvido ficarão muito mais insatisfeitos com a inflação promovida pelo Norte do que impressionados com os aspectos saudáveis do plano. No entanto, a retaliação económica seria uma medida insensata. A inflação está à espreita do mundo desenvolvido, qualquer que seja a opção tomada; uma política de cruzar os braços, baseada em preços cada vez mais altos da OPEP; o custo ainda mais elevado, a poluição e o terrorismo da opção nuclear e dos combustíveis sintéticos; ou os preços cada vez mais caros da energia da biomassa, com o Norte a usar principalmente a biomassa de fontes não-agrícolas, e o Sul principalmente a mandioca. A inflação causada pela última ocorrerá naqueles aditivos que não representam alimentos; e, se desenvol-

vermos a biomassa e outras formas de energia branca o mais breve possível, os preços do petróleo e da gasolina tenderão a estabilizar-se.

Excelente solução

Tudo isto se baseia no pressuposto de que não existam problemas intransponíveis no tocante a uma tecnologia da mandioca. No entanto, pode ser que existam. Problemas que podem ser previstos, mas não em nível suficiente para impedir o desenvolvimento em grande escala. Ou talvez surja outra solução melhor. No momento actual, porém, a mandioca afigura-se-nos uma excelente solução.

O argumento mais usado contra a biomassa resultante de fontes agrícolas é que ela utiliza terra que um mundo faminto poderia usar para a produção de alimentos. (O Banco Mundial calcula que há no mundo 1 bilião de pessoas subnutridas). O consumo de proteínas das populações do Sul é apenas 59% do consumo nos países do Norte, e 55% do consumo norte-americano. Ainda assim, até mesmo nos EUA há quem morra de subnutrição, e o motivo disso não é a produção inadequada de alimentos. No mundo inteiro, as causas da desnutrição e da subnutrição são barreiras políticas, barreiras comerciais, barreiras ideológicas, o desemprego, a ignorância, a cobiça e a distribuição inadequada — para citar algumas de uma lista interminável de causas. A insuficiência de terras de cultivo ainda não é uma causa importante. Uma prova pelo menos parcial disso são os 32 milhões de hectares de terra que o Terceiro Mundo dedicou ao plantio de cana-de-açúcar, café, chá, tabaco e cacau em 1979.

A conversão de parte dessas terras para o plantio da mandioca não eliminará todas as causas da subnutrição, mas constitui provavelmente o maior e melhor passo isolado nessa direcção, porque muitas das causas pertencem à categoria geral da pobreza. Ou, para reduzir o argumento à sua essência, o plano reconhece que tanto os alimentos como o petróleo e o etanol são combustíveis. O alimento serve de combustível ao corpo humano; o petróleo e o etanol servem de combustível à sociedade humana. Substituindo pela mandioca aqueles alimentos que constituem mau combustível humano — café, chá, tabaco etc. — poderemos produzir mais combustível para a sociedade (etanol) e mais combustível humano útil (proteínas). E, reduzindo a oferta daqueles maus alimentos, que não passam de aditivos geradores de dependência, aumentamos o seu valor monetário, criando um fluxo de capital em direcção àquela região do mundo que mais necessita — e recebe — ambos os tipos de combustível, humano e social. De modo que, além de mais etanol e proteínas, o Terceiro Mundo gera uma receita maior que contribui para minorar a sua pobreza. Com isso, pode comprar e distribuir uma quantidade maior dos alimentos saudáveis de que precisa. □

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

ANGOLA

A color photograph showing a woman from behind, wearing a light-colored headwrap and a patterned cloth, as she reaches up to pick coffee beans from a bush. A large woven basket is slung across her body, and she is standing in a field of coffee plants.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Ay. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.